

Um Futuro

Um Território

Um Grupo Regional

Uma Estratégia

Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Leiria

REGIÃO DE LEIRIA 2020

| Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria

Em resposta ao convite para apresentação de candidaturas

nº 01/2014 de 12 de novembro de 2014



CIMRL
Comunidade
Intermunicipal
da Região de Leiria

Nota Introdutória

A presente **Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial** (EIDT) tem por base o exercício estratégico desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal da região de Leiria (anteriores Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral e Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte) e expressa a aposta da região para o novo período 2014-2020.

O exercício realizado com o objetivo de construir o quadro estratégico da região no período 2014-2020 foi mobilizador e amplamente participado, espelhando o trabalho coletivo de todas as entidades regionais e locais que pensaram o seu território e dinâmicas nele existentes, debateram complementaridades e sinergias e definiram prioridades e ações a implementar até 2020. Com as devidas e necessárias adaptações à realidade da região de Leiria, do ponto de vista temático e setorial, este trabalho foi alicerçado no Plano de Ação Centro 2020, no Acordo de Parceria Portugal 2020 e na Agenda Europeia 2020 (foco nos temas que integram os domínios: crescimento Inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo) e estruturou o contributo que a região de Leiria pode dar para estas agendas e para o alcance de metas de desenvolvimento pertinentes e claras.

A estratégia assentou numa **metodologia** participativa, envolvendo uma extensa rede de parceiros que participaram em diversos momentos de reflexão e capacitação desenvolvidas ao longo de quase doze meses de trabalho. Ao longo deste trabalho foi desenvolvido um **diagnóstico** aprofundado do potencial de desenvolvimento do território, o que ultrapassou a caracterização do território e procurou avaliar o impacto das políticas e projetos implementados nos últimos anos. Com base neste diagnóstico, consolidou-se uma **estratégia** regional que objetivou visão, linhas de orientação estratégica e o posicionamento da região de Leiria no horizonte 2014-2020, e que levou ao passo seguinte relacionado com a definição de medidas concretas a implementar e de indicadores e **metas de resultado** que se pretendem alcançar neste período. O **modelo de governação** foi também trabalhado, com especial relevo para a valorização do modelo de funcionamento da CIM e do modelo do Grupo de Ação Regional adotado ao longo da elaboração do trabalho de planeamento estratégico para a região de Leiria.

Dezembro 2014

Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria

ÍNDICE

1.	METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA	6
1.1	Metodologia.....	6
1.2	Mobilização e capacitação rede de parceiros.....	7
1.2.1	Grupo de Ação Regional Leiria 2020	7
1.2.2	Momentos de participação	10
2.	DIAGNÓSTICO DO POTENCIAL REGIONAL 2020	16
2.1	A nova região de Leiria	16
2.2	Abordagem	17
2.2.1	Território	17
2.2.2	Crescimento inteligente.....	21
2.2.3	Crescimento sustentável.....	26
2.2.4	Crescimento inclusivo	31
2.3	Investimento e captação de financiamento QREN 2007-2013.	35
2.4	Stakeholders	36
2.5	Análise SWOT.....	47
2.6	Fatores críticos de sucesso	51
2.6.1	Fatores críticos associados às metas 2020	51
2.6.2	Fatores críticos relativos aos temas 2020	54
3.	ESTRATÉGIA REGIÃO DE LEIRIA 2020	58
3.1	Introdução à Estratégia região de Leiria 2020.....	58
3.2	Missão e visão	58
3.3	Posicionamento estratégico a atingir	60
3.4	Eixos e objetivos.....	64
3.4.1	Simplificação administrativa	66
3.4.2	Educação e Competências	66
3.4.3	Coesão Social	68
3.4.4	Gestão de recursos	70
3.4.5	Alterações climáticas	72
3.4.6	Investigação e Desenvolvimento, Inovação e Internacionalização.....	74
3.4.7	Empreendedorismo	76
3.4.8	Sociedade Digital.....	77
3.4.9	Requalificação Urbana	78
3.4.10	Especialização Inteligente - Moldes, ferramentas especiais e plásticos	81
3.4.11	Especialização Inteligente - Materiais para o Habitat.....	81
3.4.12	Especialização Inteligente - Floresta	83
3.4.13	Especialização Inteligente - Turismo	84
3.4.14	Síntese - Correlação com áreas temáticas do aviso	85
3.5	Medidas a desenvolver	86
3.6	Síntese	106
4.	MODELO DE GOVERNAÇÃO	109
4.1	Modelo de gestão e organização	109
4.2	Mecanismos de acompanhamento, monitorização e autoavaliação/mecanismos de <i>intelligence</i> e gestão de redes.....	111
4.3	Recursos e competências	112
4.4	Parcerias e redes	113
5.	INDICADORES E METAS DE RESULTADO	120
5.1	Articulação das metas de sucesso da EIDT da região de Leiria e outras metas estabelecidas em diferentes unidades territoriais	122



6.	SÍNTESE	129
7.	ANEXOS	131
7.1	Orientações Europeias	131
7.1.1	Estratégia Europa 2020	131
7.1.2	Estratégias de especialização inteligente (RIS3)	133
7.1.3	Quadro Estratégico Comum 2014-2020	137
7.2	Orientações Nacionais.....	138
4.2.1.	Portugal 2020 - Programa Nacional de Reformas.....	138
4.2.2.	Acordo de Parceria.....	140
7.3	Orientações da região Centro.....	143
7.3.1	Região Centro – CENTRO 2020	143
7.3.2	RIS3 do Centro de Portugal	149
7.4	Orientações dos Instrumentos de Gestão Territorial	151
7.4.1	PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	151
7.4.2	PROT-C: Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro.....	158

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Etapas realizadas para a definição da EIDT.....	6
Figura 2. Metodologia para a construção da Estratégia região de Leiria 2020.	7
Figura 3. Modelo de gestão para o desenvolvimento da Estratégia Regional 2020.	8
Figura 4. Esquema organizativo dos órgãos constituídos para a elaboração da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Leiria 2020.	11
Figura 5. Imagens da primeira sessão regional da EIDT região de Leiria 2020.	12
Figura 6. Imagens das primeiras sessões de trabalho temáticas – Sub-grupos Leiria 2020.	13
Figura 7. Imagens dos debates regionais Leiria 2020.	14
Figura 8. Imagens da sessão de apresentação pública da estratégia e plano região de Leiria 2020.	15
Figura 9. Nova organização administrativa da região Centro.....	16
Figura 10. Conteúdo do diagnóstico e avaliação do potencial de desenvolvimento regional.	17
Figura 11. Tipologia das economias regionais 2007.	18
Figura 12. População com baixa formação educacional – 2010.....	18
Figura 13. Saldo migratório por município 2001-2011. Os municípios da região de Leiria estão indicados a azul.	20
Figura 14. Acessibilidade dos municípios da região de Leiria.....	20
Figura 15. Volume de negócios (€) por atividade económica (CAE Rev. 3). Valores de 2009.	21
Figura 16. Proporção do VAB das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia.	22
Figura 17. Proporção do VAB das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados.....	22
Figura 18. Agregação das indústrias da região de Leiria em fileiras.....	25
Figura 19. Produtos com maior índice de vantagem comparativa revelada.....	26
Figura 20. Evolução da energia produzida a partir de fontes renováveis (TWh) de 2004 e 2012.	27
Figura 21. Proporção de energia elétrica consumida pela indústria, em 2000, 2008 e 2009.	27
Figura 22. Percentagem de população servida com estações de tratamento de águas residuais, em 2000, 2007 e 2009.	28
Figura 23. Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente, em 2007 e 2009.	29
Figura 24. Emissões de CO ₂ em 2009, por concelho.	30
Figura 25. População Residente segundo o nível de instrução mais elevado completo e sexo.....	32
Figura 26. Stakeholders regionais – atores dominantes e sinergias.	36
Figura 27. Portefólio de indústrias e <i>clusters</i>	57
Figura 28. Visão região de Leiria 2020.....	59
Figura 29. Posicionamento e alinhamento da EIDT região de Leiria 2020.	62
Figura 30. Mapeamento de <i>clusters região de Leiria</i>	63
Figura 31. Estratégia de Especialização Inteligente para a região de Leiria.	80
Figura 32. Modelo de gestão e monitorização. Fonte: CIM RL, 2013.....	110
Figura 33. Ecossistema de Inovação.....	135
Figura 34. Estruturação operacional dos fundos europeus.....	140
Figura 35. Matriz de Estruturação temática do Portugal 2020.	140
Figura 36. Mapeamento de atratividade dos 100 concelhos da região Centro de acordo com as dinâmicas populacionais e índice de poder de compra.	144
Figura 37. Princípios da Estratégia para a região Centro para 2014-2020.	145
Figura 38. Domínios diferenciadores e transversais (a vermelho) RIS3 Centro.	150
Figura 39. Prioridades RIS3: Áreas de Interligação.....	150

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Entidades participantes no GAR.	9
Tabela 2. Indicadores demográficos, 2011.	19
Tabela 3. Especialização Económica e constrangimentos do ambiente de inovação.	23
Tabela 4. Vantagens competitivas da economia portuguesa, de acordo com o pedido de marcas.	24
Tabela 5. Taxa de Desemprego, 1991 e 2001.	31
Tabela 6. Taxa de bruta de escolarização (em percentagem), 2010.	33
Tabela 7. Indicadores de prestações sociais da Segurança Social por município, 2010.	34
Tabela 8. Beneficiários do rendimento social de inserção, segundo o sexo e a idade, 2010.	35
Tabela 9. Captação por comunidade e por município dos fundos comunitários, 2007-2014.	35
Tabela 10. Stakeholders no domínio do emprego – IEF.	38
Tabela 11. Metas 2020 – situação atual.	52
Tabela 12. Eixos e objetivos gerais associados.	64
Tabela 13. Matriz de correlação de eixos estratégicos Leiria 2020 e áreas temáticas do convite PT 2020 nº1/2014.	85
Tabela 14. Correlação das medidas a desenvolver e eixos /objetivos estratégicos.	106
Tabela 15. Matriz de correlação das medidas Leiria 2020 e áreas temáticas do convite PT 2020 nº1/2014.	107
Tabela 16. Matriz de correlação entre medidas região de Leiria 2020 e CENTRO 2020.	108
Tabela 17. Recursos humanos a afetar à EIDT - Quadro Síntese.	112
Tabela 18. Parceiros / potenciais promotores das medidas a implementar na região no período 2014-2020.	114
Tabela 19. Parcerias e redes promovidas pela CIM ou das quais faz/fez parte.	116
Tabela 20. Metas para 2020 Região de Leiria.	120
Tabela 21. Bateria de Indicadores de Monitorização região de Leiria 2020.	121
Tabela 22. Barómetro Regional do Plano de Ação Regional Centro 2020.	123
Tabela 23. Alinhamento das metas RL, Centro e Europa.	124
Tabela 24. Contributos das medidas para os indicadores.	125
Tabela 25. Prioridades Estratégia 2020.	132
Tabela 26. Metas a alcançar no Horizonte 2020.	132
Tabela 27. Apostas indicativas RIS3 Centro.	151
Tabela 28. Matriz de correlação entre as medidas região de Leiria 2020 e as opções estratégicas do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).	157
Tabela 29. Normas específicas de base territorial por domínio estratégico e unidade territorial (Centro Litoral e Pinhal Interior e Serra da Estrela).	160
Tabela 30. Matriz de correlação entre as medidas região de Leiria 2020 e os domínios estratégicos do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C).	170

1. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA

(alínea a) do ponto 5. do convite)

1.1 Metodologia

A elaboração da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) enquadrou-se num exercício amplo de planeamento estratégico iniciado no final do ano de 2012 que culminou em 2014 com a apresentação do Plano Estratégico.

A metodologia de elaboração da estratégia assentou em quatro fases interdependentes, sustentadas num trabalho de proximidade e mobilização, liderado pela Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL), (Figura 1), como a seguir se apresenta.

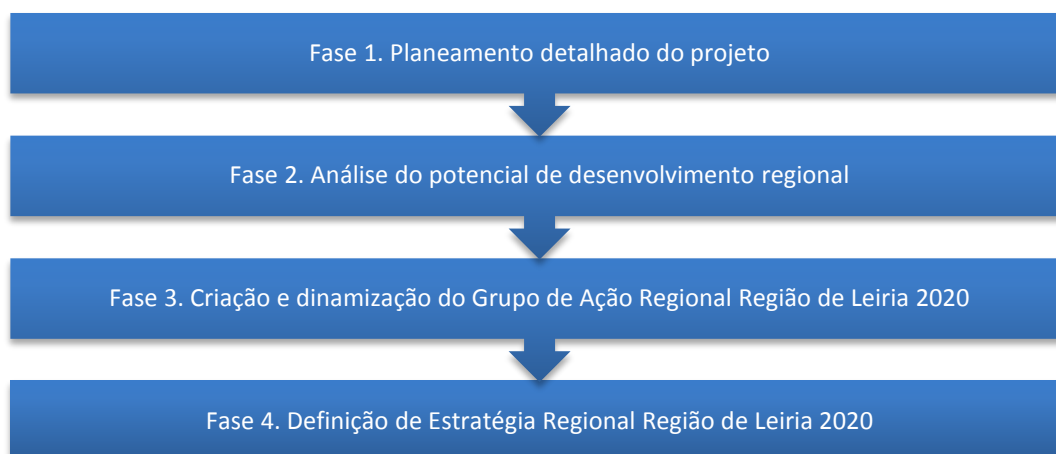


Figura 1. Etapas realizadas para a definição da EIDT

Fonte: CIMRL.

A análise do potencial de desenvolvimento regional constituiu a etapa preliminar para a construção da estratégia, correspondente ao trabalho necessário de recolha de informação e dados de caracterização regional nas áreas de emprego, inovação, educação e formação, ambiente e sustentabilidade, eficiência energética, entre outras que se revelem estruturantes para aferir a capacidade de desenvolvimento da sub-região. Esta fase culmina com uma análise SWOT.

A informação sobre o diagnóstico e o potencial de desenvolvimento da região de Leiria constituiu o ponto de partida para o desenvolvimento da Estratégia Regional 2020, construída de forma coletiva pelo Grupo de Ação Regional, representante das forças vivas da sub-região.

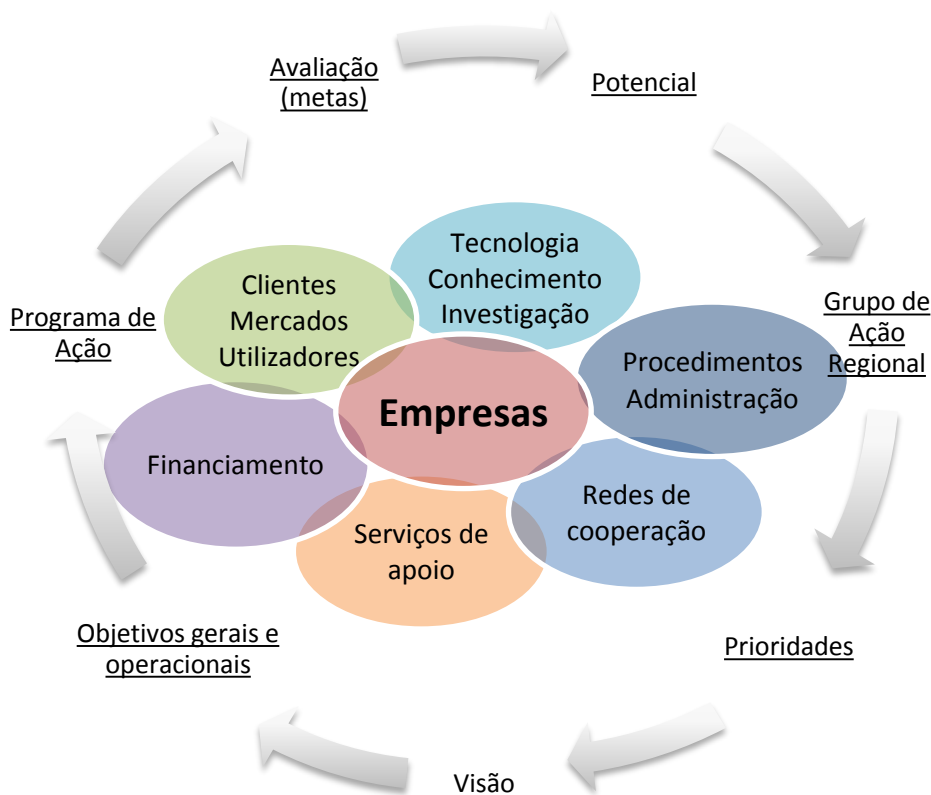


Figura 2. Metodologia para a construção da Estratégia região de Leiria 2020.

Fonte: Foray et al (2012). Guide To Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation. Março 2012. (adaptado).

A EIDT contém a visão, os objetivos gerais e mais específicos, as metas globais de sucesso a alcançar, os fatores críticos e as redes de cooperação a criar, considerando a inserção em escalas múltiplas, europeu, nacional e regional.

1.2 Mobilização e capacitação | rede de parceiros

1.2.1 Grupo de Ação Regional Leiria 2020

Seguindo as orientações comunitárias, a Estratégia 2020 baseia-se num processo de desenvolvimento liderado pela comunidade (*Community Led*). Para o efeito a sociedade civil foi desafiada no sentido de constituir uma plataforma de parceria regional, designada Grupo de Ação Regional Leiria 2020 (GAR), que assumisse as responsabilidades de, em conjunto,

identificar os temas estruturantes para o horizonte 2020, debater fragilidades e oportunidades e constituir-se como o fio condutor da construção da estratégia e carteira de projetos.

Em termos de orgânica de gestão, as funções de gestão de todo este processo cabe ao conselho executivo, com o apoio da equipa técnica. A informação é estruturada pelo GAR, constituído por três subgrupos correspondente às prioridades 2020: sustentável, inteligente e inclusivo (Figura 3).



Figura 3. Modelo de gestão para o desenvolvimento da Estratégia Regional 2020.

Fonte: CIMRL.

O GAR é constituído por organizações da administração pública central e local, associações empresariais e empresas, instituições do ensino superior e da investigação e desenvolvimento e outras organizações não-governamentais (Tabela 1).

Tabela 1. Entidades participantes no GAR.

CRESCIMENTO INTELIGENTE	CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	CRESCIMENTO INCLUSIVO
CIMRL	CIMRL	CIMRL
CM Batalha	CM Batalha	CM Batalha
CM Leiria	CM Leiria	CM Leiria
CM Marinha Grande	CM Marinha Grande	CM Marinha Grande
CM Pombal	CM Pombal	CM Pombal
CM Porto de Mós	CM Porto de Mós	CM Porto de Mós
ADAE	ADAE	ADAE
CM Alvaiázere	CM Alvaiázere	Cm Alvaiázere
CM Ansião	CM Ansião	Cm Ansião
CM Figueiró dos Vinhos	CM Figueiró dos Vinhos	Cm Figueiró dos Vinhos
CM Castanheira de Pera	CM Castanheira de Pera	Cm Castanheira de Pera
CM Pedrógão Grande	CM Pedrógão Grande	Cm Pedrógão Grande
Ministério da Economia	Ministério da Economia	Ministério da Economia
CCDR	CCDR	CCDR
IPL	Pinhais do Zêzere	Pinhais do Zêzere
POL NET / CENTIMFE	Direção Geral de Cultura do Centro	Direção Geral de Cultura do Centro
Direção Regional de Cultura do Centro	Terras de Sicó	Escola profissional de Pombal
CEFAMOL	FORESTIS – Associação Florestal de Portugal	Escola Profissional de Leiria
NERLEI	ADXTUR - Aldeias do Xisto	Escola Profissional da Marinha Grande
Escola profissional de Pombal	Armando Carvalho, Eng.º	ISLA
Escola Profissional de Leiria	Aldear - Turismo Rural e de Habitação (ALV)	Escola Tecnológica e Profissional de Sicó
Escola Profissional da Marinha Grande	RUSTINVEST (FVN)	Escola Técnica da Zona do Pinhal (ETPZP)
ISLA	CASALFRIAS - Turismo no Espaço Rural (ANS)	Armando Carvalho, Eng.º
APED - Ass. Portuguesa Emp. Diversões	CEPAE	Instituto Português do Desporto e
ENERPELETS	ENERDURA	Segurança Social - Centro Distrital de SS
Pinhais do Zêzere	DRAPC	IEFP regional – Centro de Emprego Leiria
Terras de Sicó	PARQUE NATURAL SAC	Centro Formação -IEFP
FORESTIS – Associação Florestal de Portugal	VALORLIS	ARS Centro, IP
Associação Empresarial de Penedo Granada (AEPG) (PGR)	SIMLIS	ACILIS
Associação Empresarial do Pinhal Interior (FVN)	Centro de Biomassa para a Energia	Santa Casa da Marinha Grande (em representação das SCM)
AEDA - Associação Empresarial de Ansião (ANS)	APFLOR	CerciPom
Associação de Desenvolvimento de Empresas Concelho Alvaiázere (ALV)	Associação de Caça e Pesca	CerciLei
José Silva Duarte - Produção de Azeite	Associação Refúgios de Pedra (FVN)	Misericórdia de Pombal
Escola Tecnológica e Profissional de Sicó	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas	
Escola Técnica da Zona do Pinhal (ETPZP)	Autoridade Nacional de Proteção Civil	
Trilhos do Zêzere - Organização de Eventos	Trilhos do Zêzere – Org. de Eventos Turísticos	
ADXTUR - Aldeias do Xisto		
Armando Carvalho, Eng.º		
Aldear - Turismo Rural e de Habitação (ALV)		
RUSTINVEST (FVN)		
CASALFRIAS - Turismo no Espaço Rural (ANS)		
Região de Turismo do Centro		
Albano Morgado SA.		
Francisco Batista Têxteis		
TIEL, S.A. e TIEL Transportes		
Associação Nacional de Jovens Empresários		
Luís de Matos		
ADILPOM		

1.2.2 Momentos de participação

Ao longo do exercício de construção da EIDT da região de Leiria, foram realizadas entrevistas com os principais parceiros regionais com a presença no terreno da equipa técnica. Importa assim salientar que, de acordo com a metodologia estabelecida foram concretizadas diversas tarefas com o intuito de promover a participação pública e o envolvimento dos agentes locais na construção da EIDT:

- Criação de Equipa Técnica Estratégia 2020 - Equipa CIMRL (interna e apoio externo) + Equipa Municípios;
- Desenvolvimento de elementos de comunicação – página web, brochura;
- Entrevistas aos presidentes/executivos dos 10 municípios;
- Visitas aos 10 municípios – potencialidades, investimentos realizados, projetos/atividades prioritárias;
- Criação e dinamização do Grupo de Ação Regional CIMRL 2020 e dos subgrupos crescimento inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo;
- Realização de Debates Regionais.

O trabalho envolveu assim a criação de uma plataforma de parceria, mobilizada ao longo de todo o projeto, baseando a abordagem metodológica nos processos de desenvolvimento “community led”. Esta plataforma – o Grupo de Ação Regional (GAR) constitui-se como o elemento âncora da construção do Programa Estratégico 2020 e na sua posterior negociação e implementação. As entidades que integraram o GAR são representativas dos setores e atividades consideradas estratégicas e prioritárias na implementação a estratégia de desenvolvimento para o período 2014-2020, destacando-se as que atuam em domínios como a inclusão, a competitividade e especialização inteligente e a sustentabilidade.

Pretendeu-se que a construção do quadro de referência estratégico regional passasse por um trabalho intensivo de mobilização de todos os agentes de desenvolvimento, locais e regionais, liderado pela CIMRL, e que permitiu definir os conteúdos agora apresentados.

Em termos metodológicos e organizacionais (Figura 4), ao GAR competiu debater e apoiar na definição de linhas de orientação estratégica, propondo também atividades e sinergias a dinamizar na região. Como órgão composto pelas forças democraticamente eleitas, competiu

à CIMRL a validação política das opções. À Equipa Técnica competiu o apoio necessário para levar a cabo a missão dos dois órgãos referidos.

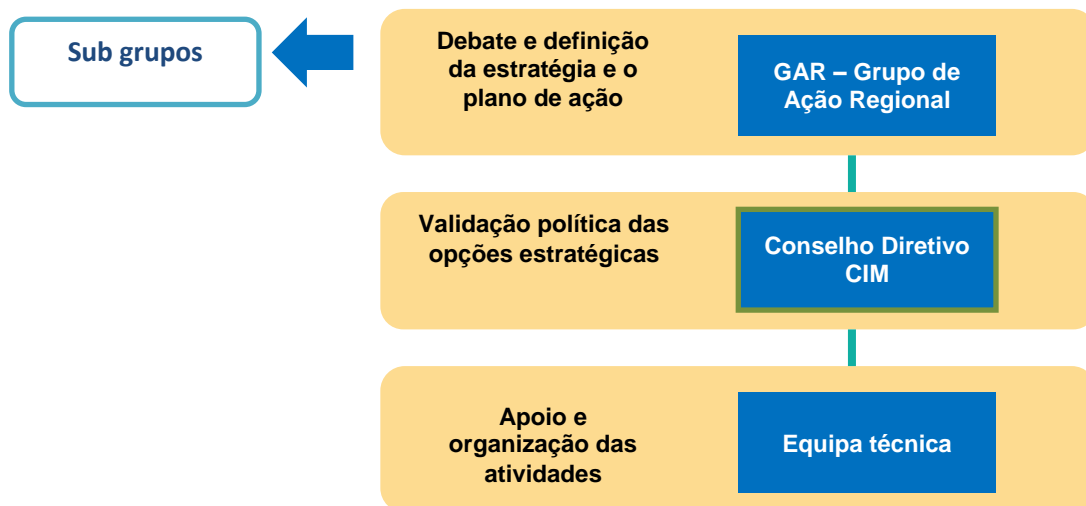


Figura 4. Esquema organizativo dos órgãos constituídos para a elaboração da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Leiria 2020.

Atividades realizadas

O exercício estratégico de construção da EIDT da região de Leiria teve o seu arranque no mês de outubro de 2012 numa sessão regional de apresentação dos trabalhos. Identificar temas chave para a região, mobilizar agentes dinamizadores internos e externos que permitissem debater fragilidades e oportunidades e dar início à construção da estratégia e carteira de ações 2020, foram os desígnios enunciados.

Definida a constituição do GAR, em sede de conselho diretivo da CIM, foi realizada uma primeira sessão de trabalho (1º trimestre de 2013) na qual foram apresentados a metodologia de trabalho, os objetivos do GAR e o Diagnóstico do Potencial de Desenvolvimento Regional. Com base nos resultados desta sessão, foi elaborada a proposta de modelo de funcionamento do GAR 2020 e definidos os subgrupos do GAR (Tabela 1).

De salientar também a criação de ferramentas *online* para recolha de sugestões.



Figura 5. Imagens da primeira sessão regional da EIDT região de Leiria 2020.

Após a primeira sessão conjunta do GAR, foram realizadas, durante o mês de abril de 2013, as primeiras sessões de trabalho dos subgrupos temáticos com o objetivo de analisar e debater o contexto regional. Destaca-se, de entre inúmeras entidades da região de Leiria, o envolvimento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) em todos os momentos com a presença de um ou mais técnicos.

Na figura seguinte, apresentam-se algumas imagens que demonstram a ampla adesão ao projeto.



Figura 6. Imagens das primeiras sessões de trabalho temáticas – Sub-grupos Leiria 2020.

Após estes momentos de partilha e reflexão foram realizados debates regionais alargados convidando oradores externos e abertos à comunidade. A lógica foi promover a reflexão sobre possibilidades, oportunidades, valorizando a partilha de experiências e a aprendizagem com outras entidades e projetos que pudessem inspirar a região e os seus agentes de desenvolvimento. Foram realizados os seguintes debates durante o segundo trimestre de 2013, contando com um vasto painel de oradores e com a participação de mais de uma centena de entidades da região:

- Debate Leiria 2020 - Crescimento Inclusivo
- Debate Leiria 2020 - Crescimento sustentável
- Debate Leiria 2020 - Crescimento Inteligente



Figura 7. Imagens dos debates regionais Leiria 2020.

Adicionalmente ao trabalho desenvolvido em conjunto com o GAR, a CIM promoveu reuniões regulares entre os 10 municípios, que se afirmaram como cruciais para o debate e a consolidação da estratégia, aferindo complementaridades de atuação entre diferentes entidades regionais.

De salientar também a promoção de um momento final de apresentação da estratégia, com a participação de todas as entidades responsáveis pela implementação da estratégia e ações propostas (Figura 8).



Figura 8. Imagens da sessão de apresentação pública da estratégia e plano região de Leiria 2020.

2. DIAGNÓSTICO DO POTENCIAL REGIONAL 2020

(alínea b) do ponto 5. do convite)

2.1 A nova região de Leiria

A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro veio introduzir alterações no mapa administrativo Português, nomeadamente na redefinição da escala intermunicipal / reorganização do mapa das NUTS III. As alterações tiveram efeito nas duas comunidades intermunicipais de referência do presente documento: Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral (CIMPL) e a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte (CIMPIN). Foi criada uma nova região: Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL) que agrega os cinco municípios da CIMPL com cinco municípios da CIMPIN – Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande. Esta nova configuração é apresentada na figura seguinte:



Figura 9. Nova organização administrativa da região Centro.
Fonte: CCDRC, 2014.

O diagnóstico regional foi desenvolvido anteriormente à alteração administrativa havendo uma avaliação das realidades das duas CIM prévias à atual e que coincidem com as ainda atuais NUTS III – Pinhal Interior Norte e Pinhal Litoral.

2.2 Abordagem

A avaliação da situação atual/potencial de desenvolvimento regional encontra-se organizada, como se evidencia na figura seguinte, nos domínios relacionados com as prioridades estratégicas da Agenda 2020. Por seu turno, o domínio território e população assume uma perspetiva transversal.

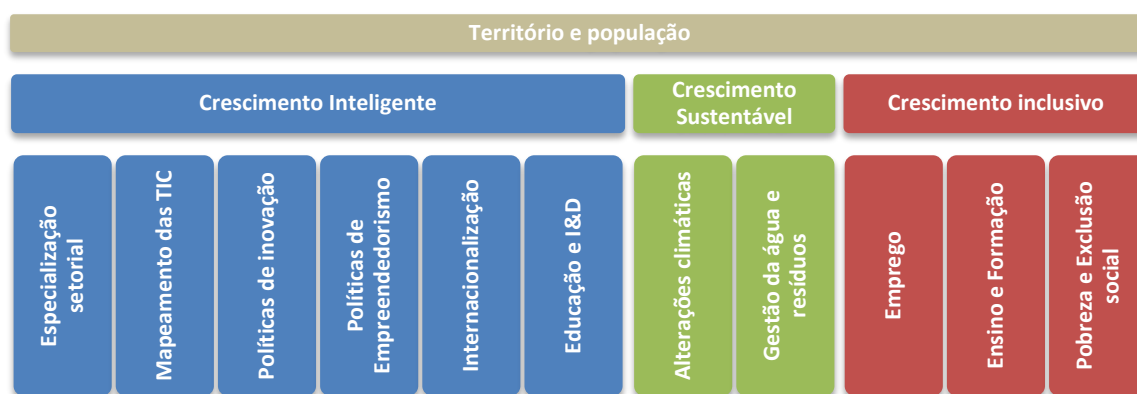


Figura 10. Conteúdo do diagnóstico e avaliação do potencial de desenvolvimento regional.

2.2.1 Território

No quadro europeu, a região Centro ocupa uma posição geograficamente periférica. Longe das áreas mais desenvolvidas e economicamente mais dinâmicas do centro europeu, as características da economia regional acabam por refletir, com clareza, este posicionamento.

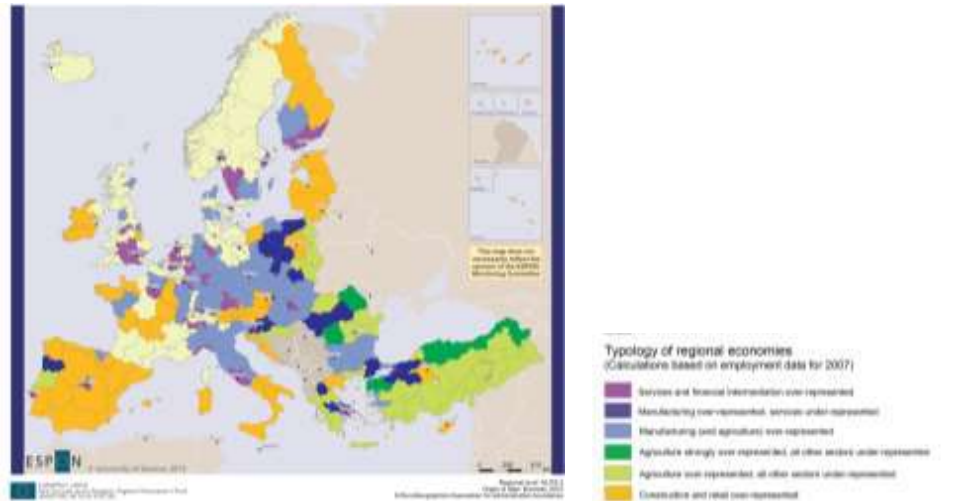


Figura 11. Tipologia das economias regionais 2007.
 Fonte: ESPON - European Observation Network.

A *European Observation Network* (ESPON) estabeleceu uma tipologia das economias das regiões europeias, dividindo-as em seis categorias. A figura anterior, que ilustra a distribuição dessas tipologias no espaço europeu revelando que a região Centro de Portugal, onde se situa a região de Leiria, integra o grupo das regiões onde a agricultura se encontra ainda sobre-representada e onde não existe destaque especial para qualquer dos outros setores, que se encontram sub-representados. Esta tipologia é típica de situações periféricas na União Europeia e encontra-se presente praticamente apenas nas franjas orientais do espaço europeu (Polónia, Roménia, Turquia, Grécia).

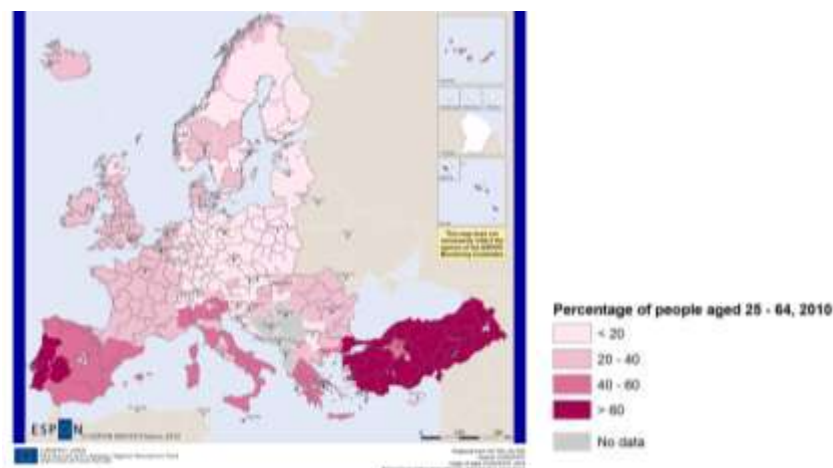


Figura 12. População com baixa formação educacional – 2010.
 Fonte: ESPON - European Observation Network.

A posição periférica de Portugal no contexto europeu reflete-se nas capacidades de desenvolvimento da economia regional e nas condições de vida da população residente. O fraco desempenho de Portugal e das suas regiões é marcante e constitui certamente um dos principais indicadores da situação socioeconómica e condicionamento ao respetivo desenvolvimento económico.

Os dez concelhos da região de Leiria registam densidades populacionais diferenciadas, consubstanciando uma clara divisão entre litoral e interior. Assim, colocando os municípios do Pinhal Interior Norte em contexto com a sub-região do Pinhal Litoral, verifica-se uma evidente diferença populacional. A necessidade de promover políticas que compensem as tendências centrípetas ganha uma nova dimensão, num novo contexto regional marcado por uma região litoral de características opostas à região interior.

Tabela 2. Indicadores demográficos, 2011.

	POPULAÇÃO		DENSIDADE POPULACIONAL	TAXA DE ENTRADAS (2011-2005)	TAXA DE SAÍDAS (2011-2005)
	2011	2001			
Pinhal Litoral	260 942	250.990	149,60	5,11	2,86
Pinhal Interior Norte	131 468	138.535	50,20	6,06	4,05

Fonte: Censos 2011, 2012.

O território tem assim duas dinâmicas diferenciadas, entre o litoral e o interior: saldo migratório positivo nos concelhos de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal, Porto de Mós, Ansião e Pedrógão Grande (entrada superior a saídas) e saldo negativo nos restantes municípios.

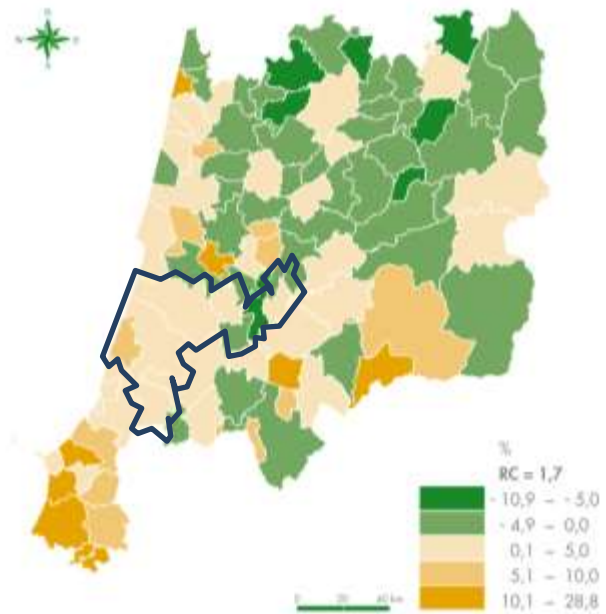


Figura 13. Saldo migratório por município 2001-2011. Os municípios da região de Leiria estão indicados a azul.

Fonte: Análise dos resultados preliminares dos censos 2011 para a região Centro.

A acessibilidade é uma característica determinante para este território, situando-se no cruzamento entre eixos rodoviários e ferroviários e próximo dos principais terminais do transporte aéreo (Lisboa) e do transporte marítimo (Figueira da Foz). A figura seguinte ilustra esta afirmação situando alguns municípios da sub-região entre os mais acessíveis, considerando-se os parâmetros do tempo e da distância em quilómetros.

Tempo médio para todas as regiões do país.		Distância média em KM para todas as regiões do país.	
Condeixa-a-Nova	01:47	Azambuja	174,3
Coimbra	01:51	Santarém	174,9
Meslhada	01:51	Alcanena	175,1
Leiria	01:51	Vila Franca Xira	175,7
Alcanena	01:51	Cartaxo	175,8
Pombal	01:51	Caldas da Rainha	176,1
Albergaria-a-Velha	01:52	Alenquer	176,4
Santarém	01:52	Bombarral	176,6
Torres Novas	01:53	Leiria	176,7
Estarreja	01:53	Porto de Mós	177,2

Figura 14. Acessibilidade dos municípios da região de Leiria.

Fonte: Retrato Territorial de Portugal, 2007.

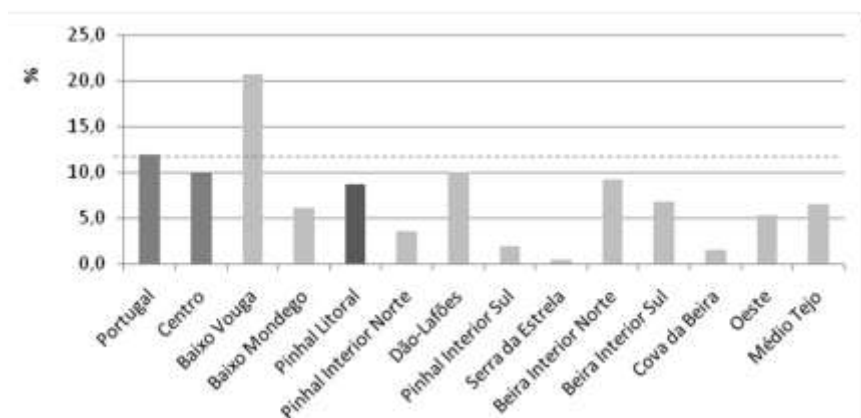


Figura 16. Proporção do VAB das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia.

Fonte: INE, 2007.

As indústrias predominantes da região de Leiria integram em particular o setor dos moldes e plásticos, produtos metálicos, nos minerais não metálicos (cerâmica, rocha, vidro, cimento), têxteis e alimentares. Existem também algumas atividades relacionadas com a fileira da floresta: madeiras, silvicultura, máquinas e outras atividades diversas (energia, gastronomia, atividades de lazer, resinas, turismo, etc.).

A proporção do VAB das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados² constitui um indicador da competitividade empresarial correspondente a economias de escala, diferenciação do produto, mão-de-obra, recursos naturais ou investigação e desenvolvimento (I&D). Neste âmbito, em termos gerais o posicionamento das indústrias transformadoras do Pinhal Litoral é extremamente favorável, superior à média nacional e regional.

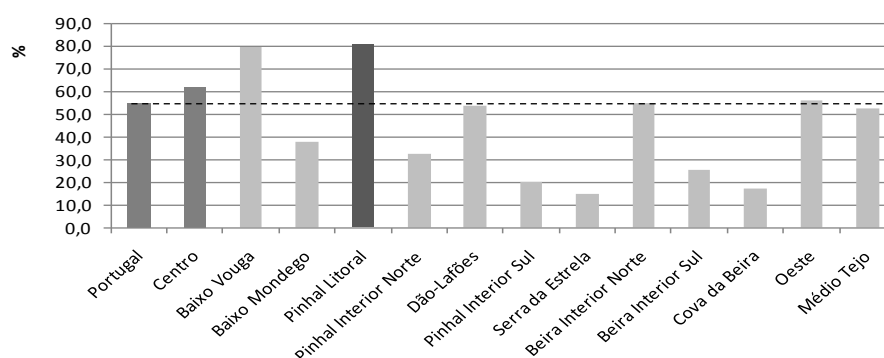


Figura 17. Proporção do VAB das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados.

Fonte: INE, 2007.

² São definidos segundo a classificação baseada nos fatores-chave para a competitividade das atividades industriais: recursos naturais (divisões 15, 16, 21 e 23 da CAE-Rev.2.1), mão-de-obra (divisões 17 a 20), economias de escala (divisões 24, 25, 34 e 35), diferenciação do produto (22, 26, 27, 28, 29 e 31) e I&D (divisões 30, 32 e 33).

O número de empresas dedicadas à atividade de animação e de lazer assume também uma clara posição de relevo nalguns municípios do interior, nomeadamente Pedrógão Grande. Neste território existe um número mais elevado que a média de “outras atividades de diversão” e “outras atividades recreativas”, bem como de “parques de diversão”. O quociente de localização desta última atividade é além do mais, considerável: 17,698, ou seja, o primeiro lugar do ranking a nível nacional.

Tabela 3. Especialização Económica e constrangimentos do ambiente de inovação.

ÁREAS DE ESPECIALIZAÇÃO ECONÓMICA	PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	CONSTRANGIMENTOS
<ul style="list-style-type: none"> – Concentração de empresas de plásticos, produtos metálicos/metalurgia, minerais não metálicos (cerâmica, rocha, vidro e cimento), têxteis, madeiras e alimentares. – Cluster de empresas de moldes e ferramentas e de estruturas de apoio à inovação (com reconhecimento oficial – EEC). – Concentração de materiais para o habitat (cerâmica, vidro, rocha, produtos metálicos, têxteis para o lar). – Conjunto de atividades económicas inseridas na fileira da floresta. – Atividades económicas dispersas de valorização do potencial natural (esp. Turismo) – Atividades recreativas ou de diversão 	<ul style="list-style-type: none"> – Produção científica (patentes) nas áreas dos “minerais não metálicos”, “plásticos”, “construção e os seus materiais”, “bioquímica/alimentares”. – Produção científica do IPL: 152 pedidos registo de propriedade industrial desde 2005³ (14 internacionais). – Potencial de alinhamento da produção científica e as atividades económicas predominantes – Presença de centros tecnológicos, incubadoras, associações empresariais e laboratórios nas principais áreas de especialização económica. – Desenvolvimento de atividades de I&D nas empresas superior à média nacional, incluindo alguma I&D de referência. 	<ul style="list-style-type: none"> – Proporção de indústrias de média e alta tecnologia inferior à média nacional (2009). – Elevada dependência do cluster dos moldes e ferramentas do setor automóvel. – Dependência da economia em produtos tradicionais e baseada nos recursos naturais – Posicionamento na cadeia de valor (predomínio de fornecimento de matérias-primas, ex. Rocha) – Capacidade limitada de imposição de preços. – Base económica frágil em alguns concelhos do interior. – Patentes e marcas essencialmente referentes ao grupo de baixa tecnologia ou atividades de baixa intensidade informacional suscetíveis de enfrentarem maior concorrência global. – Baixo investimento em I&D (inferior à meta 2020) – Produção científica regional escassa em algumas áreas chave (ex. rocha, floresta).

Fonte: Avaliação Potencial Regional do Pinhal Litoral, 2013 e dos municípios de Ansião, Alvaiázere, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, 2013.

A capacidade competitiva da região de Leiria assenta sobretudo nos recursos naturais, constatando-se uma margem para uma maior expressão da diferenciação do produto (uma vez que há uma correspondência linear entre redução da procura externa desses produtos e

³ IPL, 2013.

alturas de contração económica). Estas características consubstanciam sinais evidentes da dependência da economia sub-regional em produtos tradicionais com fraca capacidade para competir em mercados exigentes e dependentes da procura interna.

A informação recolhida demonstra que, muito embora a indústria predominante – minerais não metálicos – apresente alguma relação histórica com recursos naturais (Grupo II), a indústria encontra-se em plena competição internacional. A base económica da sub-região assenta sobretudo na indústria de bens transacionáveis e de serviços informacionais de elevada intensidade, concorrente a nível internacional e cujas opções de localização estão relacionadas com a competitividade inerente à essa localização.

Tabela 4. Vantagens competitivas da economia portuguesa, de acordo com o pedido de marcas.

Mega Setores <i>Revealed Marketing Advantage</i>	1996-1999	2001-2004	2006-2009	Posição Portugal 2005-2009 nos países com RMA > 1
Indústria Alta Tecnologia	0,64	0,62	0,63	-
Indústria Média Alta Tecnologia	0,68	0,73	0,68	-
Indústria Média Baixa Tecnologia	0,78	0,89	0,72	-
Indústria Baixa Tecnologia	1,53	1,43	1,18	2º
Serviços de alta intensidade informacional	0,83	0,88	1,22	2º
Serviços de baixa intensidade informacional	0,87	1,10	1,03	-

Fonte: DINÂMIA-CET (2011), pp.47.

Neste sentido, níveis de competitividade que não possibilitem um posicionamento afirmativo no contexto internacional poderão conduzir a fenómenos de vulnerabilidade da economia regional, nomeadamente de deslocalização de empresas e quebras de emprego.

A análise da especialização económica, científica e tecnológica, utilizando um conjunto de parâmetros (quociente de localização (nº empresas), volume de negócios/ emprego, vantagens competitivas, nível de exportações, atividades de I&D / patentes (IPL), marcas registadas, dinâmicas de diferenciação do produto, suporte institucional) permitem caracterizar a predominância de indústrias que se podem agregar em duas tipologias distintas:

- *Cluster* dos moldes, ferramentas especiais e plásticos (EEC)

- Concentrações de indústrias que poderão possuir as características básicas necessárias para a configuração de um *cluster*:
 - Fornecedoras de materiais para o habitat,
 - Agroalimentar,
 - Associadas à floresta,
 - Turismo,
 - Atividades de animação.

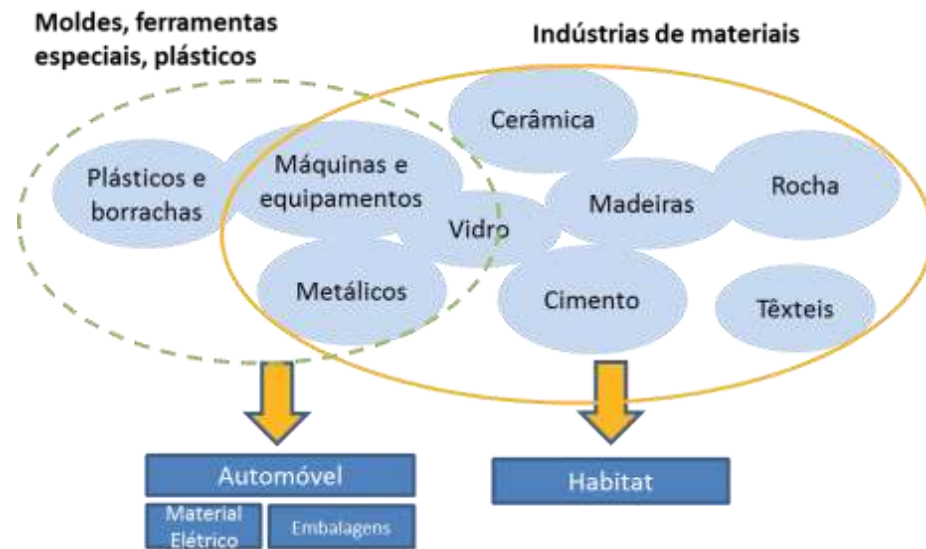


Figura 18. Agregação das indústrias da região de Leiria em fileiras.
 Fonte: Retrato Territorial de Portugal, 2007.

O território regional possui entidades de apoio à investigação e desenvolvimento e inovação (IDI) de referência: centros tecnológicos, incubadoras, associações empresariais e laboratórios. Contudo, é manifesta a sua especialização nalguns dos domínios descritos anteriormente como predominantes, **em particular os moldes**.

Considerando o macro contexto, os domínios de especialização apresentam algumas vantagens nos mercados globais. A figura seguinte descreve os **produtos com maior capacidade de conquistar quotas de mercado a nível internacional, recorrendo para o efeito ao índice de vantagens comparativas (Gabinete de Estudos e Estatística, 2007)**. Reconhecem-se os produtos anteriormente referidos: **cerâmica (2º lugar), vidro, veículos automóveis (incluindo peças e ferramentas) e o plástico e suas obras**.

Quadro 1. Produtos com maior índice de vantagem comparativa revelada e peso na exportação em 2000, 2005 e 2007, ordenação de acordo com o índice de vantagem comparativa revelada em 2007

Posição em 2007	NC	Descrição dos produtos da NC-2	IVCR		
			2000	2005	2007
Produtos com maior Índice de Vantagem Comparativa Revelada					
2	69	Produtos cerâmicos	5,26	6,00	5,67
11	70	Vidro e suas obras	1,84	2,33	2,43
33	87	Veículos automóveis, tractores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	1,48	1,41	1,32
37	39	Plástico e suas obras	0,77	1,06	1,16

Figura 19. Produtos com maior índice de vantagem comparativa revelada.
 Fonte: GEE / GPEARI, 2007.

No que concerne o mapeamento das tecnologias de informação e comunicação o estudo da situação atual recomenda a adoção de uma **nova geração de políticas de promoção das TIC, em que a preocupação pelo acesso, visivelmente conseguido, deverá ser substituído por preocupações na inclusão digital, nomeadamente ao nível do aproveitamento das capacidades de fornecer serviços à distância, seja informacionais ou de substituição da presença.** Note-se a aposta europeia e mundial no conceito *smart cities*, baseado na utilização das TIC para gestão dos espaços urbanos e resposta inteligente aos problemas e necessidades dos cidadãos.

2.2.3 Crescimento sustentável

Nos últimos anos têm-se verificado mudanças em termos estruturais e comportamentais com um impacto positivo em termos de eficiência energética nacionais e atenuado a dependência energética externa. No território da região de Leiria tem-se registado uma evolução positiva da produção de energia renovável que, no território dos **municípios do Pinhal Interior Norte, significa um nível próximo da autossuficiência energética**, assente primordialmente na energia eólica e hídrica.

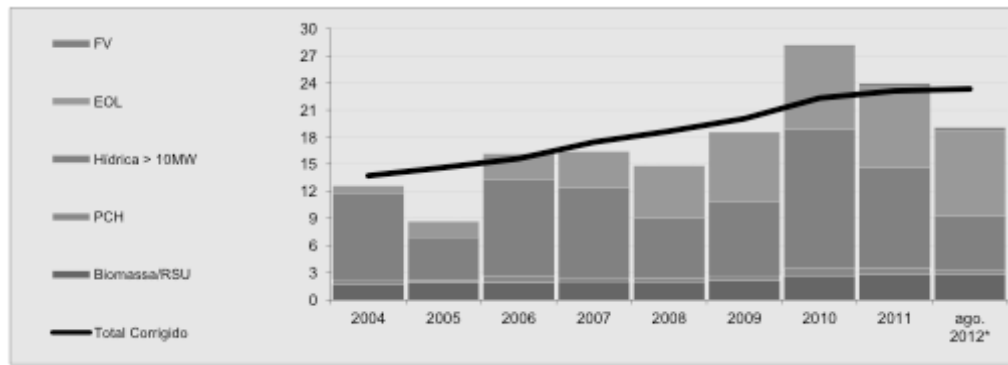


Figura 20. Evolução da energia produzida a partir de fontes renováveis (TWh) de 2004 e 2012.

Fonte: DGEG, 2012.

De uma forma geral assistiu-se também a uma diminuição do consumo de energia elétrica pela indústria.

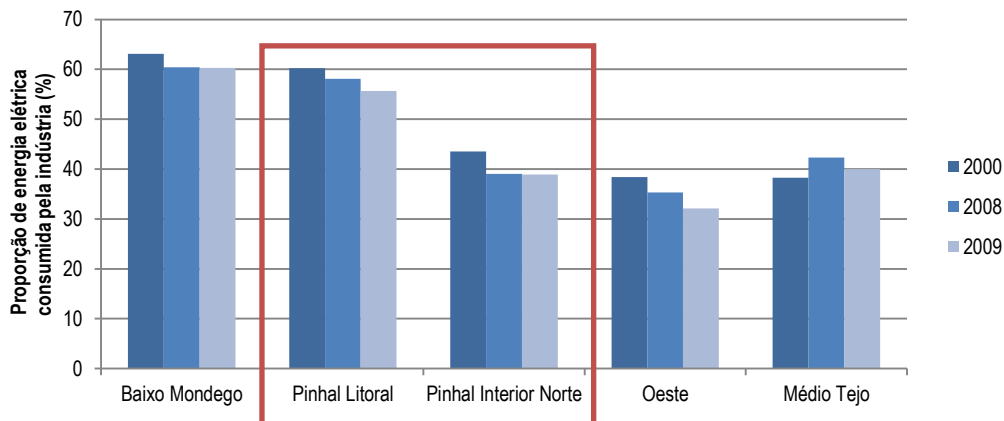


Figura 21. Proporção de energia elétrica consumida pela indústria, em 2000, 2008 e 2009.

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da região Centro e LVT de 2001, 2008 e 2010.

A região de Leiria alberga também recursos cuja utilização tem potencial para alterar a dependência energética:

- Um grande número de explorações pecuárias de suínos e bovinos, o que permite a sua exploração energética (biogás).
- Um vasto coberto vegetal que serve de matéria para a biomassa.

Foram contudo identificadas algumas deficiências ou constrangimentos. A predominância de edifícios antigos e mal preparados em termos de isolamento de calor, que originam perdas de calor, e a antiguidade e desadequação das redes de distribuição de água e eletricidade que colocam dificuldades à progressão dos indicadores de eficiência energética.

Relativamente às **infraestruturas de gestão de água e resíduos**, a região de Leiria é dotada de sistemas multimunicipais, o que facilita o controlo da qualidade da água e, conseqüentemente, do ar, através da remoção de odores emitidos pelos efluentes. Este sistema é constituído por um elevado número de estações de tratamento de águas residuais, que possibilitou um acréscimo considerável na extensão da rede de saneamento durante o último quadro comunitário, atingindo-se uma situação que se pode considerar em geral satisfatória na cobertura e nível de serviço de água e saneamento. Não obstante, subsistem lacunas ao nível da cobertura em baixa do serviço de recolha e drenagem de efluentes domésticos, apesar dos investimentos referidos. Acresce que, para alcançar a redução definitiva da pressão da poluição sobre os recursos hídricos da região é essencial a construção de uma estação de tratamento de efluentes da suinicultura.

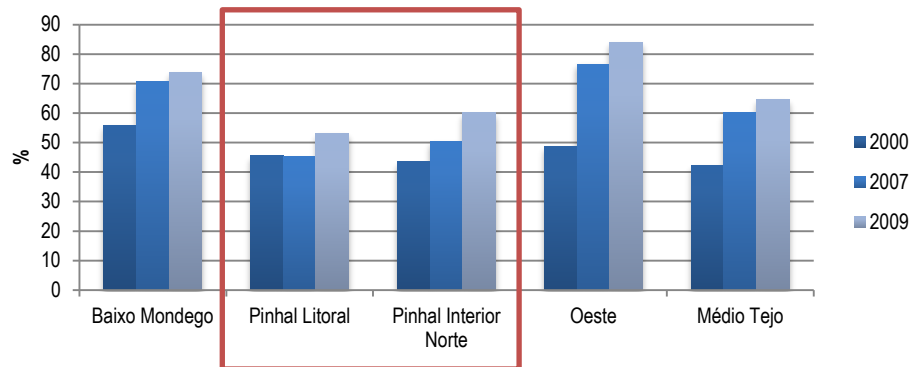
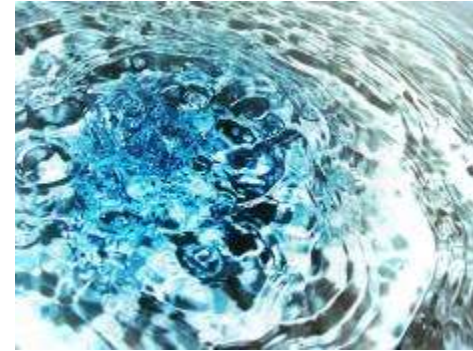


Figura 22. Percentagem de população servida com estações de tratamento de águas residuais, em 2000, 2007 e 2009.

Fonte: INE, Anuário Estatístico da região Centro e LVT de 2001, 2008 e 2010.

Contudo, persistem problemas especialmente ao nível da **qualidade de água** do Rio Lis e dos meios hídricos que lhe estão associados. O território inserido no Maciço Calcário Estremenho apresenta também um elevado grau de vulnerabilidade e um grande risco de contaminação dos lençóis freáticos, subsistindo pontos de qualidade de água abaixo do desejável.

Quanto aos **resíduos**, os objetivos estabelecidos de recolha seletiva não foram atingidos, muito embora se tenha registado uma evolução positiva nos últimos anos, nomeadamente em virtude de ações meritórias como a Agenda Local e projetos nas escolas (ex. Ecoescolas).

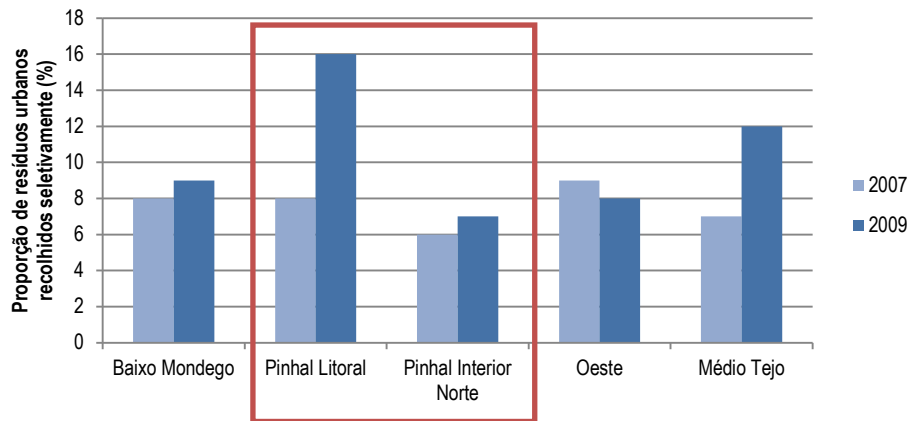


Figura 23. Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente, em 2007 e 2009.

Fonte: INE, Anuário Estatístico da região Centro de 2008 e 2010.

No domínio da **qualidade do ar**, o território regista níveis muito diferenciados de emissão de Gases de Efeito Estufa. Assim, no interior verificam-se em geral valores baixos de emissão dos gases constantes no Relatório de cumprimento do Protocolo de Quioto. No litoral, em virtude de um mais elevado grau de industrialização, essa qualidade não é garantida. Esta situação é contudo invertida nas épocas do verão, em que a dificuldade de controlo e prevenção de fogos florestais contribui para níveis muito elevados, e concentrados, de GEE nos concelhos do interior.

2.2.4 Crescimento inclusivo

No que se refere à taxa de desemprego, a região de Leiria apresenta uma taxa de desemprego ligeiramente superior ao valor registado na NUTS II Centro, considerando a média dos valores municipais. Este posicionamento ligeiramente desfavorável prende-se essencialmente com o panorama registado nos concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande (tabela seguinte).

Tabela 5. Taxa de Desemprego, 1991 e 2001.

Unidade Territorial	1991			2001			2011		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Centro	5,1	3,1	8,1	5,8	3,9	8,1	10,98	9,99	12,08
Pinhal Litoral	3,5	1,9	6	3,7	2,3	5,4	9,29	8,05	10,63
Batalha	1,7	0,9	3,1	2,5	1,6	3,7	7,87	6,81	9,03
Leiria	3,6	1,9	6,1	3,7	2,4	5,3	8,97	8,02	9,99
Marinha grande	5	2,6	8,5	4,9	3,6	6,5	11,1	9,38	12,88
Pombal	3,2	1,8	5,8	3,4	1,8	5,7	9,14	7,82	10,7
Porto de Mos	2,7	1,9	4	3,2	2	4,9	9,37	7,51	11,47
Pinhal Interior Norte	4,6	2,8	7,5	5,6	3,5	8,5	10,88	9,57	12,39
Alvaiázere	3,8	2,4	6,4	4,7	2,7	7,9	10,57	9,38	12,1
Ansião	4,7	2,9	8,5	4,9	2,7	8	10,46	8,29	13,04
Castanheira de Pera	8,1	5,3	12	16,6	10,1	25,1	14,38	11,54	17,65
Figueiró dos Vinhos	6,4	3,5	11,6	5	3,7	6,8	15,08	11,09	19,73
Pedrógão Grande	4,2	2,6	7,1	6,8	4,5	10	14,88	11,15	19,26

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População - 2001.

Os Gabinetes de Inserção Profissional – GIP, enquanto estruturas locais de apoio ao emprego, assumem-se como interlocutores privilegiados para apoio a desempregados, jovens ou adultos, que necessitem de apoio na resolução do seu problema de inserção ou reinserção profissional. No interior, a presença do Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos e GIP de Alvaiázere e Ansião é muito relevante. No cômputo geral salienta-se o seguinte:

- Planeamento supraconcelhio das respostas sociais.
- Taxa de atividade muito inferior à meta Europeia.
- Ganhos médios mensais inferiores à média nacional.
- Disparidade elevada do rendimento por grau de habilitação.
- Nível de desemprego feminino.
- Existência de situações de desemprego perene (estrutural)

As políticas de educação e reforço de qualificação do capital humano resultaram em indicadores favoráveis, em particular a aposta na educação para adultos, através dos cursos CEFA e RVCC, como medidas de combate ao abandono escolar e causa do aumento do número de adultos a retomarem o ensino, permitiu antecipar e a gerir a mudança investindo na aquisição de competências e na formação.

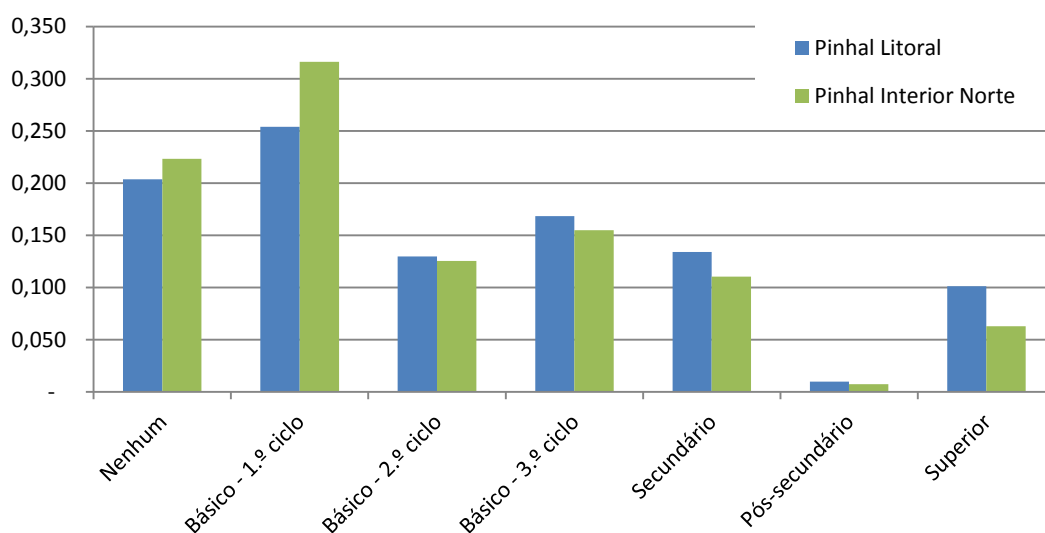


Figura 25. População Residente segundo o nível de instrução mais elevado completo e sexo.

Fonte: INE, Censos 2011 – Resultados Provisórios.

De uma forma geral, no que se refere aos indicadores da educação, temos o seguinte panorama:

- Taxas elevadas de escolarização (Tabela 6).
- Os investimentos efetuados no parque escolar não permitiram ainda eliminar o problema do abandono escolar precoce. O valor médio para os países da UE-27 situou-se nos 13,5%, sendo que a região Centro ainda se posiciona nos 20,5%, ainda distante do objetivo 2020 dos 10%.
- Taxas retenção e desistência próximas da região Centro, especialmente favoráveis nos concelhos da NUT Pinhal Litoral.

Tabela 6. Taxa de bruta de escolarização (em percentagem), 2010.

Unidades Territoriais	Taxa Bruta de Escolarização	
	Ensino Básico	Ensino Secundário
Portugal	127,1	146,2
Centro	126,3	150,9
Baixo Mondego	129,8	172,5
Oeste	122,9	139,7
Médio Tejo	122,1	169,6
Pinhal Interior Norte	121,8	141,1
Alvaiázere	107,3	79,7
Ansião	157,4	190,7
Castanheira de Pera	114,4	0,0
Figueiró dos Vinhos	100,2	148,6
Pedrógão Grande	120,3	225,2
Pinhal Litoral	125,3	157,3
Batalha	159,9	111,8
Leiria	119,7	148,6
Marinha Grande	131,8	229,1
Pombal	125,0	174,3
Porto de Mós	124,0	100,4

Fonte: INE, Anuário Estatístico – região Centro, 2009.

Em termos dos beneficiários de mecanismos redistributivos como subsídio de desemprego e rendimento social de inserção, a região de Leiria apresenta uma média semelhante à da região Centro, registando-se contudo uma elevada heterogeneidade interna, como se pode ver nas tabelas seguintes. Destaque para os concelhos de Marinha Grande e Leiria com os valores médios anuais das pensões mais elevados.

Tabela 7. Indicadores de prestações sociais da Segurança Social por município, 2010.

Unidade Territorial	Valor médio anual das pensões (€)				Valor médio de subsídios de desemprego (€)		
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	HM	H	M
Portugal	4 665	4 445	5 441	2 689	3 497	3 794	3 214
Centro	4 113	4 368	4 698	2 449	3 291	3 669	2 964
Baixo Mondego	4 306	4 534	4 897	2 559	3 489	3 876	3 103
Oeste	4 333	4 563	5 001	2 529	3 215	3 600	2 900
Médio Tejo	4 338	4 481	4 998	2 586	3 257	3 744	2 791
Pinhal Interior Norte	3 810	4 349	4 300	2 325	3 325	3 571	3 136
Alvaiázere	3 391	3 858	3 787	2 107	3 194	3 683	2 785
Ansião	3 652	4 052	4 138	2 192	3 499	3 772	3 300
Castanheira de Pera	4 079	4 704	4 597	2 391	3 324	3 406	3 256
Figueiró dos Vinhos	3 597	4 134	4 057	2 273	3 528	3 523	3 531
Pedrógão Grande	3 605	4 720	4 041	2 269	3 109	3 271	2 964
Pinhal Litoral	4 360	5 062	4 917	2 474	3 324	3 818	2 936
Batalha	3 897	4 390	4 409	2 254	3 205	3 689	2 829
Leiria	4 457	4 890	5 068	2 528	3 382	3 881	2 958
Marinha Grande	5 593	6 778	6 231	2 927	3 390	3 997	2 926
Pombal	3 567	4 023	4 029	2 212	3 287	3 762	2 926
Porto de Mós	4 057	4 578	4 566	2 347	3 050	3 239	2 935

Fonte: INE, Anuário Estatístico – região Centro, 2009.

Procurando traçar um quadro geral sobre o posicionamento da região no âmbito da pobreza e inclusão social, alcançamos as seguintes conclusões:

- População em risco de pobreza acima da média Europeia.
- Valores de pensões da Segurança Social abaixo da média Portuguesa.
- Desigualdade entre pensões e subsídios da população masculina e da feminina.
- Parcela elevada de indivíduos a receber rendimento social de inserção, destacando-se o grupo etário menos de 25 anos.
- Valores de subsídios de desemprego da Segurança Social abaixo da média Portuguesa.

Tabela 8. Beneficiários do rendimento social de inserção, segundo o sexo e a idade, 2010.

Unidade Territorial	Total	Sexo		Idade			
		H	M	Menos de 25 anos	25-39 anos	40-54 anos	55 e mais anos
Portugal	527 167	250 117	277 050	247 254	104 851	114 606	60 456
Centro	75 620	36 230	39 390	34 132	15 097	16 440	9 951
Baixo Mondego	11 835	5 607	6 228	4 888	2 651	2 703	1 593
Oeste	8 809	4 227	4 582	4 142	1 874	1 706	1 087
Médio Tejo	5 790	2 856	2 934	2 725	1 126	1 267	672
Pinhal Interior Norte	6 203	2 998	3 205	2 620	1 183	1 452	948
Pinhal Litoral	7 044	3 256	3 788	3 259	1 425	1 593	767

Fonte: INE, Anuário Estatístico – região Centro, 2009.

2.3 Investimento e captação de financiamento QREN 2007-2013.

A região de Leiria (CIMPL, CIMPIN e os 10 municípios) foi particularmente ativa no investimento com cofinanciamento QREN/Mais Centro. O quadro seguinte ilustra o investimento total mobilizado pelas comunidades e municípios e cofinanciado pelo QREN.

Tabela 9. Captação por comunidade e por município dos fundos comunitários, 2007-2014.

BENEFICIÁRIO	INVESTIMENTO TOTAL APROVADO	CUSTO TOTAL ELEGÍVEL APROVADO	FUNDO COMUNITÁRIO APROVADO
Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral	2.709.863,36	1.959.477,05	1.665.555,50
Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte	327.240,00	327.240,00	278.154,00
Município de Alvaiázere	10.814.068,21	9.893.409,62	8.409.398,19
Município de Ansião	9.902.754,20	9.406.218,02	7.995.285,29
Município da Batalha	9.446.523,80	9.053.980,56	7.695.883,47
Município de Castanheira de Pera	2.791.609,86	2.487.312,64	2.114.215,74
Município de Leiria	18.808.494,14	17.759.876,70	15.021.138,29
Município da Marinha Grande	13.794.784,95	12.401.689,02	10.541.435,68
Município de Pedrógão Grande	4.566.836,18	4.482.746,16	3.810.334,24
Município de Pombal	26.618.737,27	25.243.541,36	21.457.010,16
Município de Porto de Mós	10.328.335,40	8.540.784,81	7.259.667,12
Município de Figueiró dos Vinhos	2.473.294,34	2.441.808,66	2.075.537,37

Fonte: Mais Centro, 2014.

ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura

A ADAE é uma agência de desenvolvimento regional e local, criada em 1994 e que tem como principal missão a gestão do desenvolvimento das zonas de baixa densidade, nomeadamente no que concerne à gestão do Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER). A ADAE é constituída por todos os municípios do Pinhal Litoral, à exceção de Pombal que, em matéria de gestão do espaço rural integra a Associação Terras de Sicó, pela Câmara Municipal de Ourém e por várias entidades públicas e privadas (AMAE, ACIL, ACISO, CEPAE, NERLEI e região de Turismo Leiria - Fátima).

É objetivo da ADAE potenciar e estimular os valores e as capacidades endógenas desta região, com particular incidência nas zonas rurais dos diversos concelhos, tendo sempre presente a importância da participação da população local como interveniente no desenvolvimento local/regional. Entre os diversos projetos materiais e imateriais já realizados ou em curso constam o Plano Diretor de Ensino e Formação (2003), a Feira Internacional de Artesanato da Batalha - FIABA (2003), o Festival dos Ventos em Porto de Mós (2004), a Animação Turística no âmbito do Euro 2004 (2004), as Freguesias Ecológicas em Leiria (2004), o Roteiro Percursos Pedestres em inglês, Leiria (2004), a Criação de Qualidade Alimentar e Conforto (2005), o Roteiro Municipal da Batalha (2005), a Recuperação do Percurso e Estações da Via Sacra em Porto de Mós (2005) e a Fábrica da Calçada à Portuguesa em Porto de Mós (2005).

Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó

A TERRAS DE SICÓ - Associação de Desenvolvimento é uma associação de direito privado, criada em 1995, dando resposta ao alargamento de parcerias pelo desenvolvimento do território, centrado no maciço da Serra de Sicó - centro de Portugal -, somando novas tarefas às iniciadas em 1988 quando se constituiu a Associação de Municípios da Serra de Sicó - ADSICÓ - então primeiro passo na assunção técnica e política da sub-região.

Associação de Desenvolvimento Pinhais do Zêzere

A Associação para o Desenvolvimento Pinhais do Zêzere abrange os concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Pampilhosa da Serra. Esta associação foi gestora, através da parceria com a DUECEIRA que estabeleceu a ELOZ, dos fundos LEADER.

Instituto do Emprego e Segurança social

No domínio do emprego existem os seguintes stakeholders estratégicos:

Tabela 10. Stakeholders no domínio do emprego – IEFP.

Rede de Centros	Tipologia	Intervenção
Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria	Serviço de Emprego Leiria	Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós.
	Serviço de Emprego da Marinha Grande	Marinha Grande
Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte	Serviço de Emprego de Figueiró dos Vinhos	Alvaiázere, Ansião, Arganil, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela, Tábua e Vila Nova de Poiares.
Gabinetes de Inserção Profissional	GIP Batalha	Batalha
	GIP Porto de Mós	Porto de Mós
	GIP Pombal	Pombal
	GIP Alvaiázere	Alvaiázere (Ass. Desenvolvimento do Concelho de Alvaiázere – ADECA)
	GIP Ansião	Ansião (Ass. Desenvolvimento de Iniciativas Locais do Concelho de Ansião – ADILCAN)

APOIO AO TECIDO EMPRESARIAL

NERLEI – Associação Empresarial da Região de Leiria

A NERLEI é a associação de empresas mais referenciada pelos agentes económicos do Pinhal Litoral, que destacam a amplitude, alcance e dinâmica de intervenção no tecido empresarial. A NERLEI (Associação Empresarial da Região de Leiria), criada em 1985 como delegação da Associação Industrial Portuguesa, é atualmente uma Instituição de Utilidade Pública que acompanha os empresários de forma sistemática na resolução dos seus problemas, fortalecendo o tecido empresarial regional.

A NERLEI disponibiliza um conjunto de serviços desde o âmbito técnico e logístico (aluguer de espaços, registo e outras formalidades), a formação profissional (ex. Escola de Negócios para empresários), apoio a iniciativas empresariais (ex. Incubadora D. Dinis, sociedade de capital de risco – NERVENTURE, sociedade de garantia mútua), comunicação e imagem, e em particular a internacionalização das empresas, sendo promotora com frequência de eventos de criação e animação de redes empresariais nacionais e internacionais (participação em feiras e missões empresariais, organização de exposições, elaboração de catálogos para empresas, informação de mercado, entre outros). Atualmente tem cerca de 670 associados, dos quais, 44% estão ligados ao setor da indústria, 31% ao setor dos serviços e 21 % no setor do comércio, e 4% aos

setores da construção e do turismo. Por último, refira-se o contributo desta organização para o apoio à internacionalização.

CEFAMOL – Associação Nacional da Indústria dos Moldes

É uma associação sem fins lucrativos criada em 1969 por sete empresas fabricantes de moldes para a indústria de plásticos. Conta presentemente com 114 associados da indústria dos moldes. Desenvolve várias atividades com vista ao fortalecimento da cooperação neste setor, nomeadamente nas áreas da investigação tecnológica, formação técnico-profissional e troca de ideias através de conferências e seminários organizados pela Associação.

Um exemplo desses eventos foi realizado desde 2010 – a Semana de Moldes, organizado pela CEFAMOL, conjuntamente com o CENTIMFE e a Associação Pool.Net, integrando um conjunto de iniciativas de criação e consolidação de redes e parcerias internacionais.

ASSIMAGRA - Associação Portuguesa dos Industriais de Mármore, Granitos e Ramos Afins

A Assimagra constitui a Associação Portuguesa dos Industriais de Mármore, Granitos e Ramos Afins responsável por analisar, desenvolver respostas e propor orientações que auxiliem o setor, enquanto um todo, e as empresas, individualmente, a preparem-se permanentemente para uma atuação eficaz e rentável no mercado. A Assimagra encontra-se sediada em Porto de Mós.

ACILIS - Associação Comercial e Industrial de Leiria Batalha e Porto de Mós

A ACILIS é uma estrutura associativa de direito privado, sem fins lucrativos e dotada de personalidade jurídica. São uma associação patronal de empresários comerciais, industriais e de serviços, que se rege pelos estatutos e por um regulamento interno e que defende os interesses da classe empresarial, o comércio, a indústria e os serviços.

ACIMG - Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande

A Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande surgiu em meados de 1930. São uma associação patronal de empresários comerciais, industriais e de serviços, que se rege pelos estatutos e por um regulamento interno e que defende os interesses da classe empresarial, o comércio, a indústria e os serviços.

AEPIN – Associação Empresarial do pinhal interior

A AEPIN- Associação Empresarial do Pinhal Interior, foi constituída em 1991, com o objetivo de suprir uma lacuna existente nesta região em termos de associativismo empresarial. Desde 1999, a AEPIN tem vindo a implementar um conjunto de ações que têm a finalidade de promover iniciativas de utilidade regional e empresarial e fomentar o associativismo. A sua atividade assenta nos seguintes pilares: prestação de serviços de apoio às empresas, projetos estruturantes, movimento associativo e formação profissional. A AEPIN apoia o tecido empresarial do norte do distrito de Leiria, nomeadamente, dos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Alvaiázere e Pedrógão Grande.

CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos

O Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos (CENTIMFE), sedado na Marinha Grande desde 1991, é uma associação sem fins lucrativos, que conta com mais de 200 organizações associadas, entre elas empresas industriais e instituições públicas, como o IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas), o INETI (Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial) e câmaras municipais.

Conhecendo a importância do desenvolvimento tecnológico e da ligação entre empresas e a comunidade científica e tecnológica, o CENTIMFE procura oferecer apoio, de modo a acrescentar valor aos produtos/serviços dos seus associados. Refira-se que o CENTIMFE é o primeiro Centro Tecnológico a obter a certificação NP4457 em Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI).

Atualmente, o CENTIMFE possui uma carteira significativa de projetos em curso numa grande diversidade de áreas temáticas. Em comum têm o facto de reforçarem a capacidade técnica, tecnológica e de marketing, assim como das competências dos recursos humanos. São exemplos BigPROTO, Business & Technical Intelligence para PME, Clusterplast, EME, ENER, ETF, GAPI@Centimfe, HM21, InnoPro2, entre outros. Destaca-se ainda a parceria com a CEFAMOL.

CENFIM - Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica

O CENFIM - Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica através dos Departamentos e Assessorias e dos Núcleos de Amarante, Arcos de Valdevez, Caldas da Rainha, Ermesinde, Lisboa, Marinha Grande, Oliveira de Azeméis, Peniche, Porto, Santarém, Sines, Torres Vedras e Trofa.

O CENFIM tem como objetivo apoiar e fomentar a valorização das pessoas e das empresas, prestar serviços integrados às empresas, promover a formação e inserção profissional dos jovens, desenvolver projetos de cooperação abrangentes e inovadores a nível nacional e transnacional, reconhecer, certificar e validar competências profissionais, atuar de um modo abrangente e inovador e incentivar uma política de igualdade de oportunidades.

CENCAL - CRISFORM - Centro de Formação Profissional para o Setor de Cristalaria

O CENCAL - Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica - é uma conhecida instituição de formação e de apoio técnico-pedagógico, sediada nas Caldas da Rainha, vocacionada para o setor da indústria cerâmica portuguesa. Em 2011, por decisão governamental, o CENCAL alargou a sua ação ao setor do vidro, com a integração das instalações do CRISFORM, na Marinha Grande. Já em 2008, o CENCAL havia criado uma delegação em Alcobaca para melhor apoiar as empresas cerâmicas daquele concelho e desenvolver atividades no âmbito das Novas Oportunidades.

A CRISFORM é um Centro de Formação Profissional para o Setor de Cristalaria, localizado na Marinha Grande.

Associação POL-NET

A associação Pool-net é a entidade responsável pela dinamização do **Pólo de Competitividade e Tecnologia Engineering and Tooling**, nomeadamente através da implementação da estratégia de eficiência coletiva criada para este setor.

O Polo de Competitividade e Tecnologia *Engineering and Tooling* envolve a criação de redes na conceção e produção de moldes, ferramentas especiais e peças maquinadas, nas suas múltiplas dimensões e aplicações (energia e ambiente, eletrónica, automóvel, aeronáutica, embalagem e saúde). Tem como objetivos desenvolver e produzir moldes de forma a otimizar as funcionalidades dos produtos e respetivos processos de fabrico; integrar o molde numa cadeia alargada de serviços de engenharia e desenvolver e produzir ferramentas especiais e peças maquinadas assentes numa forte aposta na inovação do produto e processo.

Incubadora D. Dinis

A Incubadora é uma entidade criada sob iniciativa do IPL (Instituto Politécnico de Leiria), do NERLEI e da Câmara Municipal de Leiria, não sendo uma entidade com figura jurídica

autónoma. Tem por objetivo promover o empreendedorismo, a inovação e as novas tecnologias e contribuir para a criação de novos projetos empresariais. No presente dispõe de nove empresas incubadas, na sua maioria associadas às tecnologias de informação e comunicação e à educação e gestão ambiental.

Além dos serviços básicos relativos às instalações (infraestruturas básicas, reprografia, salas de reuniões, etc.), e um conjunto de serviços de apoio às empresas, como o apoio na entrada no mercado, formação, *business coaching*, etc.

Incubadora Open

A OPEN é uma instituição privada gestora de um Centro de Incubação, localizado na Zona Industrial da Marinha Grande. Tem como objetivo geral contribuir para o rejuvenescimento empresarial da região através da promoção da iniciativa empresarial de base tecnológica. Atualmente a OPEN possui 8 empresas incubadas. A OPEN tem como sócios fundadores o CENTIMFE, a CEFAMOL, o Município da Marinha Grande, a ANJE e a INOVA-Engenharia de Sistemas, S.A. e define como objetivo contribuir para a promoção do emprego e da inovação.

Além dos serviços básicos relativos às instalações (infraestruturas básicas, reprografia, salas de reuniões, etc.), a OPEN oferece ainda um conjunto de serviços de apoio às empresas, nomeadamente, o apoio na constituição e legalização das empresas, formação/ seminários/ conferências/ workshops, entre outros.

De entre os projetos atualmente em curso destaca-se o “Start Up – uma iniciativa RIERC” e o “Desafio Emprego XXI 2.0”, um projeto de formação, com acompanhamento individual e personalizado, que pretende valorizar suas competências de desempregados, em áreas do saber transversais (Microsoft Office, Empreendedorismo, entre outros), promovido pelo CITEVE – Centro Tecnológico da Indústria Têxtil e do Vestuário e a MICROSOFT, em parceria com a Incubadora de Empresas OPEN.

SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (incluído sistema de ensino)

IPL – Instituto Politécnico de Leiria

O IPL encontra-se presente nas cidades de Leiria, Caldas da Rainha e Peniche, tendo como missão difundir o conhecimento, criar e disseminar a cultura, a ciência, a tecnologia e as artes, a investigação orientada e o desenvolvimento experimental. Na atualidade possui 11.500 estudantes repartidos por cinco escolas superiores nas três cidades referidas: Escola Superior

de Educação e Ciências Sociais, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Escola Superior de Artes e *Design*, Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar e Escola Superior de Saúde. No domínio (estrito) empresarial integra diversas unidades de investigação, destacando-se:

- O Centro para o Desenvolvimento Rápido e Sustentado do Produto (classificação FCT de excelente), com ligações ativas ao tecido empresarial regional;
- O globADVANTAGE – *Centre of Research on International Business & Strategy*, destinada à investigação teórica e aplicada da promoção da competitividade internacional;
- O Centro de Transferência e Valorização do Conhecimento (CTC/OTIC) é uma Unidade Orgânica do Instituto Politécnico de Leiria, que promove a valorização e transferência do conhecimento científico e tecnológico entre o meio académico e o tecido empresarial.

ISLA Leiria

O ISLA – Leiria (Instituto Superior de Línguas e Administração) é uma instituição de ensino superior particular e encontra-se instalada em Leiria desde 1990. Esta instituição possui uma oferta formativa (licenciaturas, mestrados, pós-graduações e CET) nas áreas das línguas e administração (ex.: gestão de empresas, gestão de recursos humanos, engenharia da segurança no trabalho, entre outros).

ISDOM

O ISDOM - Instituto Superior D. Dinis da Marinha Grande é um estabelecimento de ensino superior politécnico, não integrado, cujo reconhecimento de interesse público foi consagrado no Decreto-Lei nº 56/2005 de 3 de março. É um estabelecimento de ensino localizado na Marinha Grande e tem como objetivo ministrar o Ensino Politécnico no domínio das tecnologias, artes, contabilidade, administração e gestão.

O Projeto Científico do ISDOM assenta em vetores dirigidos à formação científica, tanto na área das tecnologias da produção (cursos de Engenharia de Produção Industrial, Design Industrial e Design Gráfico), como nas áreas da gestão e assessoria de empresas (cursos de Contabilidade e Administração, Assessoria de Direção, Informática de Gestão e Gestão de Recursos Humanos), na área das ciências jurídicas (Solicitadoria) e na área da comunicação aplicada (Marketing, Publicidade e Relações públicas). Para além da formação superior politécnica, o ISDOM também promove cursos de atualização, de pós-graduação e de especialização vocacionados para quadros médios e superiores de empresas e serviços.

REDE IDT - Rede Regional de Inovação, Desenvolvimento e Tecnologia

Não sendo um parceiro, mas uma iniciativa promovida por múltiplos parceiros, importa referir a Rede IDT.

Em 2005, um conjunto de entidades públicas e privadas do Pinhal Litoral, entre elas a Associação de Municípios da Alta Estremadura (AMAE), o Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos (CENTIMFE), o Instituto Politécnico de Leiria (IPL), a Associação Nacional de Indústria de Moldes (CEFAMOL), a Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE) e a Agência de Inovação (ADI), juntaram-se para criar uma Rede Regional de Inovação, Desenvolvimento e Tecnologia, com o objetivo de ligar formalmente os “nós” de Inovação e desenvolvimento da região, ampliando a visibilidade da capacidade de inovação regional. Os objetivos desta Rede incluem a promoção da criação de um “ambiente de inovação” na região, o estímulo do contacto regular entre os agentes de inovação, o incremento da atração de novos agentes de inovação e o estímulo de integração em Rede, numa perspetiva de atuação concentrada na ERA – European Research Area e, por fim, aproximar a comunidade científica à comunidade empresarial da região.

Sistema de ensino (instituições de ensino secundário e profissional):

- Agrupamento de Escolas da Batalha - Escola Secundária da Batalha
- Agrupamento de Escolas da Guia - Escola 2,3 – S da Guia - Pombal
- Agrupamento de Escolas de Mira de Aire e Alvalade - Escola Secundária de Mira de Aire – Porto de Mós
- Agrupamento de Escolas de Porto de Mós - Escola Secundária de Porto de Mós
- Agrupamento de Escolas de Ansião
- Agrupamento de Escolas de Alvaiázere
- Agrupamento de Escolas de Pedrógão Grande
- Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto – Castanheira de Pera
- Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos
- CEARTE
- Colégio de São Mamede – Batalha
- Escola Secundária Domingos Sequeira - Leiria
- Escola Secundária Afonso Lopes Vieira - Leiria

- Escola Secundária de Francisco Rodrigues Lobo - Leiria
- Escola Básica e Secundária de Maceira - Leiria
- Escola Profissional de Leiria (EPL)
- Escola Secundária /3 de Pinhal do Rei Marinha Grande
- Escola Secundária Acácio Calazans Duarte - Marinha Grande
- Escola Secundária José Loureiro Botas - Marinha Grande
- Escola Secundária de Pombal
- EPAMG - Escola Profissional e Artística da Marinha Grande
- ETAP - Escola Tecnológica Artística e Profissional de Pombal
- ETPZP- Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal
- SICÓ Formação – Escola Tecnológica e Profissional de Sicó (ETP Sicó)

OUTRAS ENTIDADES

Instituições Sociais

O conjunto de stakeholders no domínio social é muito vasto no território da região de Leiria, destacando-se a rede de IPSS e as redes sociais estabelecidas. Em alguns concelhos destaca-se também a existência de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS).

ENERDURA

A Enerdura - Agência Regional de Energia da Alta Estremadura foi constituída a 26 de outubro de 2000 e tem o estatuto jurídico de associação sem fins lucrativos. O trabalho desenvolvido pela Agência é dirigido aos consumidores públicos e privados, sendo estes os que mais beneficiam com os lucros obtidos. A Agência tem como área de intervenção os municípios de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós.

A Enerdura tem como objetivo principal contribuir para aumentar a eficiência energética da sua zona de intervenção, através da utilização racional da energia e do aproveitamento dos recursos energéticos endógenos.

AREAC

A AREAC- Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro, é uma pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, constituída em Julho de 2003 por vários Municípios da região

Centro. A AREAC desenvolve as suas atividades focalizada nas questões da energia e do ambiente. Tem como objetivo promover boas práticas de utilização da energia e a valorização dos recursos energéticos endógenos. A AREAC abrange os concelhos de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Penela, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Coimbra, Vila Nova de Poiares, Góis, Tábua e Lousã.

Entidades que atuam na área da área da gestão da água e dos resíduos:

- SIMLIS
- Águas do Centro
- VALORLIS
- ERSUC

2.5 Análise SWOT

CRESCIMENTO INTELIGENTE	CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	CRESCIMENTO INCLUSIVO
PONTOS FORTES		
Especialização do território nas indústrias de produtos minerais não metálicos, produtos metálicos, alimentares e plásticos, verificada em termos de número de empresas, valor acrescentado, emprego e quociente de localização. Estas indústrias encontram-se em plena competição no mercado global.	Nos últimos anos têm-se verificado mudanças positivas em termos estruturais e de comportamentos que têm melhorado o desempenho nacional em termos de eficiência energética e atenuado a dependência energética externa.	Posicionamento favorável no que se refere à taxa de desemprego, apresentando valores inferiores à média nacional e regional.
Competitividade das empresas da região assente em fatores competitivos avançados como a diferenciação do produto.	Existência de áreas propícias à instalação de centrais de energia eólica.	Presença do Centro de Emprego e GIP, como estruturas locais de apoio ao emprego e interlocutores privilegiados para apoio a desempregados.
Vantagens competitivas no mega-setor industrial “baixa tecnologia”, e nos serviços de “baixa intensidade informacional”, sinalizadas ao nível dos pedidos de patentes.	Forte presença de explorações pecuárias.	Aposta na educação para adultos, através dos cursos CEF e RVCC, permitiu antecipar e a gerir a mudança investindo na aquisição de competências e na formação.
Evolução muito positiva nos indicadores de inovação, especialmente no que se refere aos pedidos de patentes nos setores de especialização territorial: <i>cluster</i> da construção e moldes.	Existência de um vasto coberto vegetal em toda a sub-região que serve de matéria para a biomassa.	Prosperidade social. O ganho médio mensal (945,2€) é superior à média da região Centro (864,4€), apresentando município da Marinha Grande uma diferença substancial - 1 034,2€.
Desenvolvimento de atividades de I&D nas empresas superior à média nacional.	Existência de sistemas multimunicipais de gestão de água e resíduos, o que facilita o controlo da qualidade da água e do ar.	As políticas de educação e reforço de afirmação do capital humano resultam em indicadores favoráveis. A taxa de retenção e desistência no ensino básico apresentava neste território uma taxa inferior à média regional.
Resultados positivos do IPL em termos de pedidos de patentes.	Elevado número de ETAR no território.	Em termos dos beneficiários de mecanismos redistributivos como subsídio de desemprego e rendimento social de inserção, a região mantém uma posição favorável face ao contexto nacional.
Resultados positivos das empresas em termos de pedidos de marca registada.	Evolução positiva da produção de energia renovável no distrito de Leiria.	Taxas elevadas de escolarização.
Forte capacidade de adaptação do “ <i>cluster</i> ” dos moldes à envolvente, nomeadamente em termos de procura de novos mercados..		
Acesso quase completo a infraestruturas de comunicação e		

banda larga (ex. acesso Internet).		
Atuação do polo de competitividade Engineering and Tooling numa área débil da região: o capital social.		
Parque empresarial constituído por micro empresas, com maior capacidade de adaptação face a desafios externos.		
Taxa de sobrevivência empresarial acima da média.		
Evolução positiva nas exportações, consubstanciando uma recuperação e ganho de importância face a outras regiões portuguesas. A tendência segue igualmente um ritmo constante.		
Diplomados com ensino superior constituem uma parcela minoritária mas crescente na população local e regional.		
Atividade e potencial da Rede Regional de Apoio ao Empreendedorismo.		
ÁREAS DE MELHORIAS		
Estrutura empresarial dedicada fundamentalmente a empresas de fornecimento de serviços locais (c. 75% das empresas), com escasso valor acrescentado e contributo no nível salarial para a economia.	Forte dependência energética externa de combustíveis fósseis.	Maior incidência do desemprego na faixa etária dos adultos (35 a 54 anos), sendo isto contraditório com as políticas nacionais de incentivo ao emprego e empreendedorismo, as quais afiguram como público alvo população abaixo desta faixa etária.
Sinais evidentes da dependência da economia sub-regional em produtos tradicionais com fraca capacidade para competir em mercados exigentes e dependentes da procura interna.	Baixos níveis de reciclagem, apesar da evolução positiva registada nos últimos anos.	Taxa de emprego abaixo das metas europeias e nacionais.
Especialização em indústrias de baixa tecnologia e fraco potencial de inserção no grupo das indústrias baseadas em alta tecnologia.	Obstáculos financeiros dos municípios dificultam a implementação de projetos ambientais para a melhoria da eficiência energética.	Em termos de educação, os investimentos efetuados no parque escolar não permitiram ainda eliminar o problema do abandono escolar precoce. O valor médio para os países da UE-27 situou-se nos 13,5%, sendo que a região Centro ainda se posiciona nos 20,5%, ainda distante do objetivo 2020 dos 10%.
Atraso patente na utilização das TIC pela população.	Dificuldade de controlo e prevenção de fogos florestais que contribuem para a emissão de GEE.	A coesão e identidade regional ainda frágil pode dificultar a apropriação regional das oportunidades proporcionadas pela estratégia 2020 baseada no fortalecimento de estratégias colaborativas e de cooperação.
Baixa densidade e debilidade dos laços estabelecidos entre os atores no sistema regional de inovação (capital social).	Má qualidade da água do Rio Lis e dos meios hídricos que lhe estão associados.	Ganhos médios mensais inferiores à média nacional.
Taxa de natalidade de empresas abaixo da média.	Predominância de edifícios antigos e mal preparados em termos de isolamento de calor, que originam perdas de calor, um obstáculo à eficiência energética.	Disparidade elevada do rendimento por grau de habilitação.

Perfil das exportações concentrado em bens de baixa e média tecnologia.	Antiguidade e desadequação das redes de distribuição de água e eletricidade que poderão dificultar a eficiência energética.	Parcela elevada de indivíduos a receber rendimento social de inserção.
Predominância de indivíduos com o ensino básico e rarefação de elementos de qualificação média e superior.	Características geomorfológicas e litológicas (Maciço Calcário Estremenho) apresentam um elevado grau de vulnerabilidade e um grande risco de contaminação dos lençóis freáticos e por em causa a qualidade da água.	Desigualdade entre pensões e subsídios da população masculina e da feminina.
Relevância diminuta do I&D no conjunto do SCT nacional.	Escassa expressão do distrito de Leiria em termos de produção de energia renovável.	
Formação profissional fornecida por um conjunto de entidades relacionadas em particular com associações empresariais.		
OPORTUNIDADES		
Políticas favoráveis e investimento público crescente na área do apoio à inovação e ao empreendedorismo.	Projetos inovadores na área da produção e consumo de energia.	Aumento da procura por mão-de-obra especializada em setores estratégicos.
Crescimento exponencial dos indicadores de inovação em Portugal até 2010, que se reflete no envolvimento frequente das empresas nacionais em atividades de inovação.	Maior controlo sobre a qualidade da água e do ar regido através de normas europeias.	Apoio da EU à aprendizagem ao longo da vida e às competências humanas.
Potencial de fertilização dos moldes em outros <i>clusters</i> e polos nacionais.	Grande potencial energético de fontes que utilizam recursos endógenos (biogás, biomassa, etc.) ainda pouco exploradas.	Implementação de um programa de combate ao insucesso escolar, que garanta a deteção precoce de alunos com dificuldades económicas e/ou de aprendizagem.
Vantagens competitivas regionais no contexto empresarial Português, a que acresce o contributo do IPL na manutenção dessas vantagens ao nível da produção de I&D.	Maior consciencialização dos cidadãos para as questões éticas e ambientais.	
Políticas e incentivos nacionais e comunitários à internacionalização de empresas.	Existência de apoios comunitários que facilitam a reconversão para fontes de energia renovável no setor público e privado.	
Existência da Linha do Oeste como fator de desenvolvimento e estruturação do centro litoral Português.		
AMEAÇAS		
Inserção de Portugal no grupo de “Inovadores Moderados” em razão de um desempenho desequilibrado nas diversas categorias de indicadores.	Grande pressão urbana e industrial em grande parte do território do Pinhal Litoral.	As políticas de emprego assumem na sua maioria um carácter macro, sendo definidas no espectro europeu e nacional e implementadas através de ciclos diferenciados. Este facto pode comprometer algumas especificidades locais.
Acordos voluntários desempenham o papel mais relevante nas inovações de cariz ambiental.	Impacto das alterações climáticas sobre os recursos naturais do planeta.	Aprofundamento das problemáticas de coesão social – nomeadamente pela continuada perda do poder de compra da população portuguesa e a recessão em que se encontra a economia nacional.
Debilidade competitiva da indústria da construção, em particular no que se refere à incidência das indústrias da região	Impacto do aumento do preço da energia nas dinâmicas de investimento.	Tendência de envelhecimento nos países desenvolvidos com consequente aumento de pressão sobre os sistemas sociais.

no princípio da cadeia de valor.		
Valorização do Euro nos mercados cambiais.	Morosidade e elevado custo dos processos de licenciamento e de certificação energética dos edifícios e equipamentos.	
	A transversalidade que a área do ambiente possui pode dificultar a implementação de medidas de apoio à eficiência energética e redução das emissões de GEE.	

2.6 Fatores críticos de sucesso

No presente ponto integram-se dados relativos ao posicionamento da região de Leiria no que concerne às metas 2020, focando a análise na situação atual, nomeadamente os fatores críticos que se registam e que devem ser tidos em consideração. Integram ainda este ponto as conclusões do diagnóstico temático realizado (crescimento inteligente, sustentável e inclusivo) que revelam fatores críticos mais abrangentes tidos em consideração na construção da estratégia.

Importa referir desde já que um dos fatores críticos de sucesso se prende com o ainda **recente percurso de trabalho conjunto dos 10 municípios que agora integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria** e que obrigou a uma aprendizagem e conhecimento de diferentes realidades e a procura de complementaridades e sinergias num território que, pela primeira vez, é abordado como uma unidade territorial. Este facto acarreta um quadro também complexo, uma vez que, à anterior divisão administrativa, estavam associadas divisões de serviços públicos e lógicas funcionais que agora deverão ser desconstruídas.

2.6.1 Fatores críticos associados às metas 2020

O quadro seguinte mostra qual o posicionamento da região de Leiria em relação às temáticas e indicadores da Estratégia Europa 2020 e Portugal 2020 integrando na última coluna as observações que se afiguram como preponderantes para a definição da estratégia.

Tabela 11. Metas 2020 – situação atual.

TEMÁTICA	INDICADORES	UE		PT		REGIÃO DE LEIRIA	
		METAS	PREVISÕES	METAS*	ATUAL 2011	VALOR REF ATUAL	Fatores críticos / observações
Emprego	Taxa de emprego (faixa etária 25-64 anos)	75% da população entre os 20 e os 64 anos deverá estar empregada	73,70-74 %	Nível de 75%	69.1%	69,7% Região Centro (Barómetro RC, 2012)	<p>Posicionamento favorável no que se refere à taxa de desemprego, apresentando valores inferiores à média nacional e regional.</p> <p>Os municípios de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande apresentam um posicionamento desfavorável apresentando valores superiores à média nacional e regional.</p> <p>No entanto, em termos de distribuição etária do desemprego, a maior incidência do desemprego na faixa etária dos adultos (35 a 54 anos), é contraditória com as políticas nacionais de incentivo ao emprego e empreendedorismo, as quais afiguram como público alvo população abaixo desta faixa etária.</p> <p>A existência de GIP locais e de duas estruturas deve ser aproveitada como uma mais-valia devendo estes adequar as políticas nacionais às necessidades regionais. O limitado papel dos GIP deve ser reequacionado, devendo apostar-se num maior trabalho de proximidade junto das empresas regionais, garantindo assim maiores probabilidades de resposta à população desempregada.</p>
I&D/ Inovação	I&D em % do PIB	3% do PIB da UE (publico e privado) deverá ser investido em I e I&D	2,65-2,72 %	2,7% a 3,3% Meta 3%	1,59% *	CIMPL 0,76% CIMPIN 0,1% (INE, 2010) Região Centro 1,32% (Barómetro RC, 2011)	<p>Posicionamento muito desfavorável apresentando valores muito inferiores às metas 2020 e inclusivamente à média nacional.</p>
Mudanças climáticas/ energia	Emissões de CO2	Diminuição de 20% dos gases com efeito de estufa em relação a valores de 1990	=	1%	117% em 2010**	Emissões totais CO ₂ (APA, 2012) Média de emissões CO ₂ Pinhal litoral: 782,8t/km ² Média de emissões CO ₂ PIN (5 mun.): 58,8t/km ²	<p>No contexto da região, o concelho de Leiria destaca-se de forma negativa, com elevado valor de emissões (1865t/km²) devido à combustão automóvel e à forte concentração da atividade industrial.</p>
	Energias renováveis	20% da energia proveniente de fontes renováveis	=	31%	25,7%	Percentagem de energias renováveis no consumo final de energia elétrica Região Centro: 53,9%	<p>A proporção de energia elétrica produzida centrais eólicas é bastante relevante na região de Leiria, com especial destaque para os municípios do Pinhal Interior Norte.</p> <p>As características da região de Leiria deverão ser valorizadas de modo a permitir a exploração energética dos seus recursos. Espera-se ainda que a entrada em funcionamento da zona de teste de energia das ondas situada na praia de São Pedro de Moel (M.G.) favoreça a produção de energias renováveis no território.</p>

	Eficiência energética (redução do consumo de energia em Mtep)	Aumento de 20 % da eficiência energética, equivalente a 368 Mtep	206.9 Mtep	Aumento de 20 % - Redução de 6	-23,0%	Consumo de energia elétrica por habitante 1299kWh (DGEG, 2012)	A região de Leiria Norte destaca-se positivamente por apresentarem uma subida menos acentuada do consumo de energia relativamente a outras sub-regiões, contribuindo de forma considerável para a maior eficiência energética do país. A atual recessão económica tem funcionado como desaceleradora do consumo energético. A proporção de energia elétrica consumida pela indústria é mais elevada no Pinhal Litoral (55,7%) do que no Pinhal Interior Norte (38,9%). No entanto, ambos os valores sofreram uma diminuição considerável na última década, fruto das políticas energéticas em vigor e da retração da economia.
Educação	Abandono escolar precoce (%)	Redução para 10%	10,30-10,50 %	Nível de 10%	23,2%	18,7 % Região Centro (Barómetro RC, 2012)	Em termos de educação, os investimentos efetuados no parque escolar não permitiram ainda eliminar o problema do abandono escolar precoce. O valor médio para os países da UE-27 situou-se nos 13,5%, sendo que a região Centro ainda se posiciona nos 18,7%, ainda distante do objetivo 2020 dos 10%.
	Ensino superior	Pelo menos 40% da população dos 30 e 34 anos com o nível 3 de formação completo	37,50-38,0 %	40%	26,1%	Região Centro: 22,8% (Barómetro RC, 2012) CIMPL 28% CIMPIN 18,5% (INE, 2011)	Posicionamento muito desfavorável apresentando valores muito inferiores às metas 2020
Redução da pobreza e exclusão social	Redução da população em risco de pobreza	Menos 20 milhões de pessoas em risco de pobreza e exclusão social	Impossível de calcular devido a diferenças nas metodologias nacionais	Menos 200.000 pessoas	2.693.000 (25,3% do total)*	Região Centro: 30,6 Beneficiários por 1000 habitantes (Barómetro RC, 2012)	Em termos dos beneficiários de mecanismos redistributivos como subsídio de desemprego e rendimento social de inserção, a região mantém uma posição favorável face ao contexto nacional, situação que resulta, em grande medida, do seu modelo económico baseado em atividades intensivas em trabalho, com mão-de-obra de baixo custo e pouco qualificada. Esta situação pode revelar um equilíbrio social positivo mas é importante questionar se estão a ser realizados as devidas sinalizações de pessoas a viver abaixo do limiar de pobreza.

* valor 2010

** Meta Quioto/Burden sharing Europeu – não compara com meta 2020, a qual que só se aplica a emissões fora do CELE.

2.6.2 Fatores críticos relativos aos temas 2020

A análise do território, resumida nos pontos anteriores, foi posteriormente trabalhada com os agentes de desenvolvimento da região, tendo-se aferido os fatores críticos de sucesso que sustentam a estratégia a seguir proposta e que devem ser tidos em consideração por níveis de programação de políticas públicas e apoios de escala regional e nacional.

No contexto atual anteriormente descrito, destacam-se os fatores críticos de sucesso a seguir descritos:

CRESCIMENTO INTELIGENTE

- Assegurar modelos de atuação de incremento da info-inclusão e mobilização do potencial dos serviços baseados em TIC para melhorar a prestação de serviços à distância e serviços públicos em particular.
- Criar dinâmicas de cooperação entre os dez municípios e as entidades públicas e privadas.
- Garantir modelos de articulação entre a ação dos agentes públicos a nível sub-regional e as políticas, programas e iniciativas da administração central, fomentando a apropriação dos apoios e incentivos à realidade regional e assegurando a melhoria de desempenho em domínios críticos como o investimento em I&D.
- Avaliar, de forma integrada, o apoio público recente à inovação empresarial e internacionalização, especificamente na promoção do marketing territorial e na redução dos custos de contexto, que possam contribuir para afirmar o posicionamento internacional das indústrias locais e prevenir fenómenos como a deslocalização empresarial e quebras conjunturais da oferta de emprego.
- Garantir a focalização dos recursos disponíveis em determinados setores ou *clusters* onde a região apresenta vantagens competitivas, como os moldes e a construção.
- Melhorar e reforçar os laços formais e informais entre as empresas, o sistema científico e tecnológico (em especial as unidades de investigação), a administração pública e a população.
- Apoiar iniciativas que possam contribuir para a elevação das indústrias locais, nomeadamente no setor da extração da rocha, nas respetivas cadeias de valor.
- Garantir a existência e o aumento de setores recetores dos produtos do *cluster* dos moldes, de forma a aumentar a sua resiliência, diversificar a base industrial e aumentar os níveis salariais.

- Garantir a valorização da diferença e heterogeneidade do tecido económico regional, reforçando complementaridades e cadeias de valor.

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

- Criar uma estratégia energética comum, à escala sub-regional, que permita monitorizar, de forma mais efetiva e articulada, a implementação das medidas já existentes;
- Promover a mobilização da população e da comunidade empresarial para a concretização das metas estabelecidas, o que obriga a um esforço contínuo de sensibilização e capacitação;
- Responsabilizar e integrar as empresas locais na implementação de projetos sub-regionais de eficiência energética.
- Garantir o equilíbrio regional em matéria de desempenho ambiental num território marcado pela heterogeneidade nesta matéria, com claras diferenças entre municípios do litoral e interior.

CRESCIMENTO INCLUSIVO

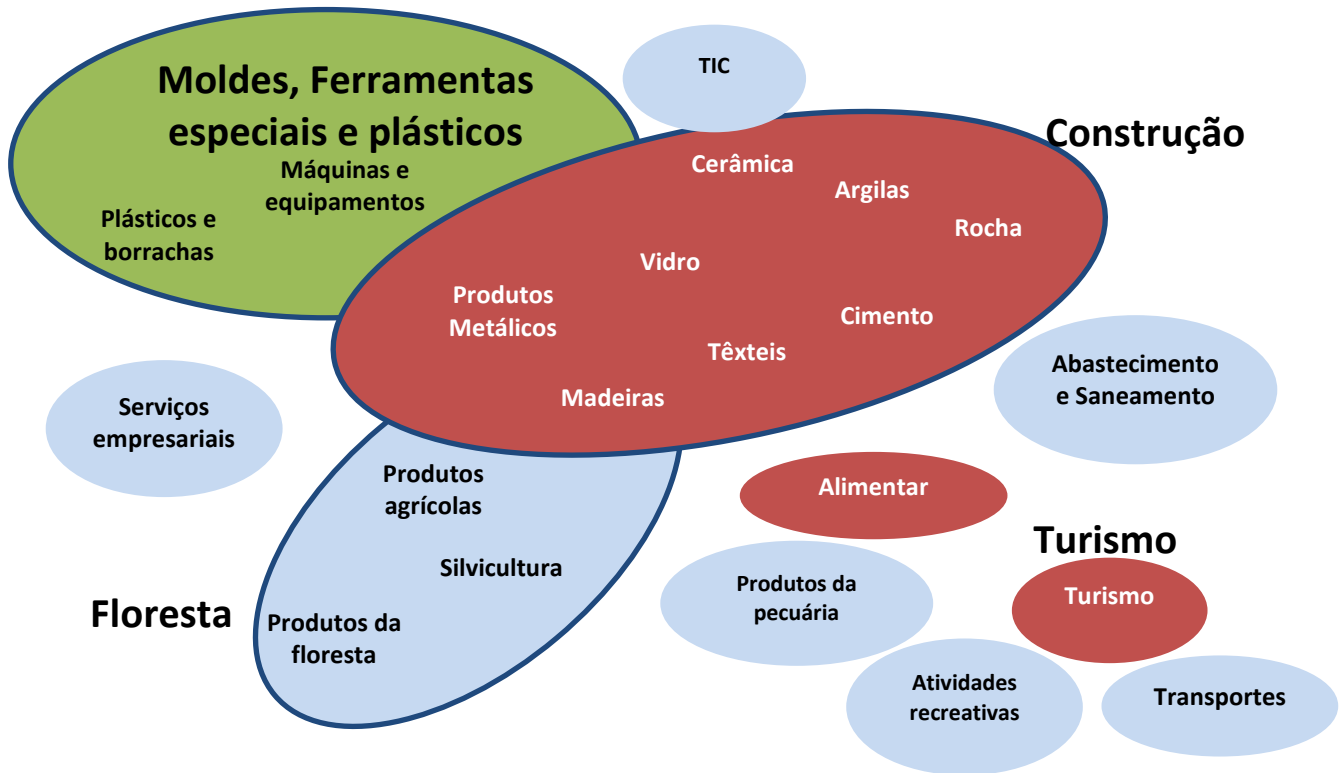
- Aumentar a taxa de emprego, nomeadamente através de um papel mais ativo de entidades no “terreno” (ex. GIP, CLDS, Centros de Emprego, etc.) e da sua autonomia para cruzar as necessidades de mão-de-obra das empresas e as capacidades do capital humano desempregado.
- Criar dinâmicas de cooperação entre os dez municípios e as entidades públicas e privadas existentes.
- Promover um equilíbrio entre a aposta na educação para adultos e a capacidade produtiva do território, bem como adaptar esses cursos para a promoção de iniciativas de empreendedorismo, não limitando a idade até aos 35 anos.
- Garantir um maior acompanhamento da escola junto da família, responsabilização das escolas e das comunidades educativas pelo seu contributo para a concretização dos objetivos nacionais de melhoria das competências básicas dos alunos e do alargamento da escolaridade obrigatória.
- Aumentar a proximidade das entidades sociais (CLAS) ao território, através de um levantamento efetivo das necessidades sociais da população.



Complementarmente aos desafios/fatores críticos de sucesso identificados, importa salientar que a nova agenda 2020 incorpora também o conceito de **especialização inteligente**, que tem sido colocado no centro das políticas de crescimento e desenvolvimento económico na Europa ou nos países da OCDE. A especialização inteligente procura mobilizar a inovação como agente de modificação económica valorizando *clusters* e ecossistemas regionais de inovação para a emergência de oportunidades económicas e de futuros *clusters* vencedores. Esta nova prática contrasta com as políticas tradicionais de investimento em setores vencedores ou de distribuição dos recursos de uma forma transversal e fina.

Neste contexto, ainda no campo dos desafios e fatores críticos para o sucesso da EIDT da região de Leiria, é relevante, como referenciado anteriormente, assegurar que a definição do caminho seja decorrente da tipologia de indústrias e do portefólio de *clusters* presentes no território (figura seguinte). O desafio consiste em acelerar o crescimento dos *clusters* existentes e permitir a emergência de novos *clusters*. No entanto, a intervenção não está limitada aos *clusters* uma vez que se torna necessário a assunção de políticas tendentes à construção de um ecossistema propício ao florescimento de empresas, o que determina o desenvolvimento dos pontos fortes da região e a criação de condições gerais propícias ao desenvolvimento de dinâmicas empreendedorismo e de inovação.





Legenda

Indústrias / clusters presentes no território de forma isolada associados à economia local

Indústrias/ clusters que sofrem a concorrência global

Clusters estratégicos e em que a região de Leiria dispõe de vantagens competitivas

Figura 27. Portefólio de indústrias e clusters.

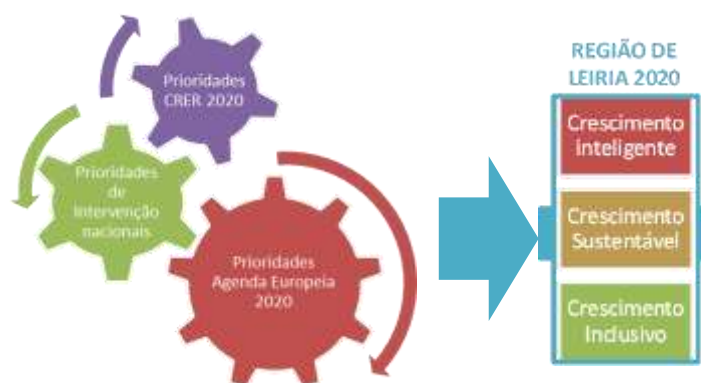
Fonte: CIMRL, 2013.

3. ESTRATÉGIA REGIÃO DE LEIRIA 2020

(alínea c) do ponto 5. do convite)

3.1 Introdução à Estratégia região de Leiria 2020

A Estratégia região de Leiria 2020 está fortemente alicerçada nos objetivos de política económica territorial, nacional e internacional definidos para o período 2014-2020⁴e que, devidamente articulados com a realidade sub-regional, visam melhorar a competitividade e criar crescimento e emprego para toda a comunidade. A estratégia encontra-se assim alinhada com a Estratégia Europa



2020 e com as metas acordadas entre o Estado Português e a União Europeia e, muito relevante, conhece também as diretrizes definidas pelos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente o PNPOT (Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território) e o PROT (Plano Regional de Ordenamento do Território)⁵, e as experiências do passado, nomeadamente quanto à natureza e impacto da aplicação dos fundos estruturais nos quadros comunitários anteriores, pelo que retira ensinamentos para o horizonte 2020.

De salientar ainda que para a construção da estratégia foram determinantes os trabalhos do Grupo de Ação Regional, nas reuniões e debates realizados (ver ponto 1).

3.2 Missão e visão

O Grupo de Ação Regional pretende que, **em 2020...**

A região de Leiria seja um território de crescimento económico notável, assente em pessoas capacitadas e qualificadas, responsáveis por empresas de base tecnológica, que interagem

⁴ Ver anexos onde se apresenta síntese

⁵ Ver anexos onde se apresenta síntese e matriz de correlação entre EIDT e os IGT

frequentemente com as melhores instituições de ensino superior e centros de investigação e desenvolvimento localizados dentro da região ou disseminados pelo mundo. Será um território aberto aos mercados globais, seja em termos de exportações e turismo, seja em termos de atração de investimento estrangeiro. O resultado da simbiose entre as instituições presentes no território e a exposição à concorrência mundial será a especialização em áreas de atividade de excelência, assentes nas potencialidades locais, com uma vocação para a produção de bens diferenciados e de elevado valor acrescentado, capaz de conceder um elevado nível de emprego à sua população.

A **missão** da estratégia para 2020, que aliás se confunde com a missão do GAR e da CIM região de Leiria, enquanto entidade líder deste processo, é contribuir para o alcance de um território coeso, solidário e inclusivo, capaz de fortalecer a qualidade de vida e o bem-estar da sua população residente e turistas. As instituições e as respostas sociais criam condições de formação e integração das pessoas, individualmente ou no seio dos agregados familiares. As políticas e iniciativas são aplicadas de acordo com uma visão supramunicipal que valoriza as competências das pessoas e permite a conjugação bem-sucedida da relação empresa/família.

O território em 2020 será um exemplo bem-sucedido de autossuficiência energética em resultado da aposta em toda a fileira das energias renováveis, nomeadamente a eólica, a hídrica, a biomassa e a solar para reduzir a pegada de carbono, tendo por base a valorização das condições naturais do território. Será também um espaço em que a floresta é um recurso protegido e valorizado, que volta a ser capaz de proporcionar fonte de rendimento para a população de uma forma sustentada e diferenciadora.

Com base no exposto, a **visão** partilhada para a região de Leiria é a seguinte:

Em 2020, a região de Leiria será um território aberto ao mundo, caracterizado por oportunidades económicas e de emprego sustentados na simbiose entre ensino/investigação/produção. Uma região coesa e inclusiva, reconhecida pela qualidade de vida.

Figura 28. Visão região de Leiria 2020

Fonte: CIMRL, 2013.

Apesar da referência à possibilidade de apresentação de missões e visões a médio e longo prazo, entende esta CIM ser pertinente a definição de uma visão única. Esta visão única norteia a atuação da CIM e as lógicas de desenvolvimento que se pretendem firmar na região, sendo contudo espectável que seja o seu alcance seja progressivo, tendo em consideração o trabalho conjunto dos agentes de desenvolvimento e as oportunidades decorrentes dos apoios disponíveis. A proposta de um quadro de indicadores que permita monitorizar o alcance da estratégia e, conseqüentemente, da visão, é fundamental em todo o processo.

3.3 Posicionamento estratégico a atingir

O posicionamento estratégico a atingir não pode ser autonomizado dos restantes conteúdos do presente capítulo. O que se pretende em termos de posicionamento é que a região de Leiria, perante os desafios e fatores críticos de sucesso com que se depara, tenha capacidade para alcançar crescentes patamares de desenvolvimento no contexto das três prioridades Europa 2020 (crescimento inteligente, sustentável e inclusivo). Essa capacidade será construída através da implementação da EIDT agora proposta e das medidas que dela fazem parte integrante que se alinham com os objetivos e prioridades de diferentes escalas de política pública (ver figura seguinte).

No domínio do Crescimento Inteligente, marcado pela aposta europeia e nacional na agenda digital, inovação e mobilidade no mercado de trabalho, a região de Leiria pretende:

- Reforçar o seu posicionamento como região especializada e com vantagens competitivas em quatro setores económicos - moldes, floresta, habitat e turismo, melhorando o alinhamento entre as competências e o mercado de trabalho;
- Reforçar a aposta nas tecnologias digitais e na simplificação administrativa, de maneira a melhorar sinergias existentes e incrementar a prestação de serviços públicos mais eficientes e acessíveis a diferentes públicos;
- Incrementar o desempenho da região em matéria de IDI e internacionalização, melhorando progressivamente os indicadores relativos à despesa em I&D e à incorporação desta na economia regional.

No domínio do Crescimento Sustentável, marcado pela aposta nacional e europeia na gestão eficiente de recursos focalizada na eficiência energética e combate às alterações climáticas, nomeadamente no domínio da política industrial, a região de Leiria pretende:

- Reforçar o desempenho ambiental dos espaços urbanos, nomeadamente através da aposta na requalificação e revitalização urbana e implementação de iniciativas ativas de melhoria do desempenho ambiental;
- Melhorar o desempenho da região em matéria de eficiência energética, nomeadamente através do incremento da utilização e valorização de fontes renováveis de energia no setor público e privado;
- Valorizar os recursos naturais disponíveis e melhorar a sua gestão sustentada, criando mecanismos de prevenção de riscos e de monitorização regular dos sistemas existentes.

No domínio do Crescimento Inclusivo, marcado pela aposta nacional e europeia nas novas competências e empregos e no combate à pobreza e exclusão social, a região de Leiria pretende:

- Apostar em políticas e projetos orientados para a promoção da coesão social, tendentes à atenuação de desequilíbrios internos em matéria de acesso a serviços básicos de suporte à qualidade de vida e de apoio a grupos etários mais fragilizados, nomeadamente pela melhoria da articulação entre entidades no terreno;
- Reforçar a aposta na educação e qualificação dos recursos humanos valorizando percursos educativos ajustados às características da região e às necessidades do tecido económico nela presente;
- Promover políticas ativas de emprego, nomeadamente, pelo reforço de projetos na área do empreendedorismo.

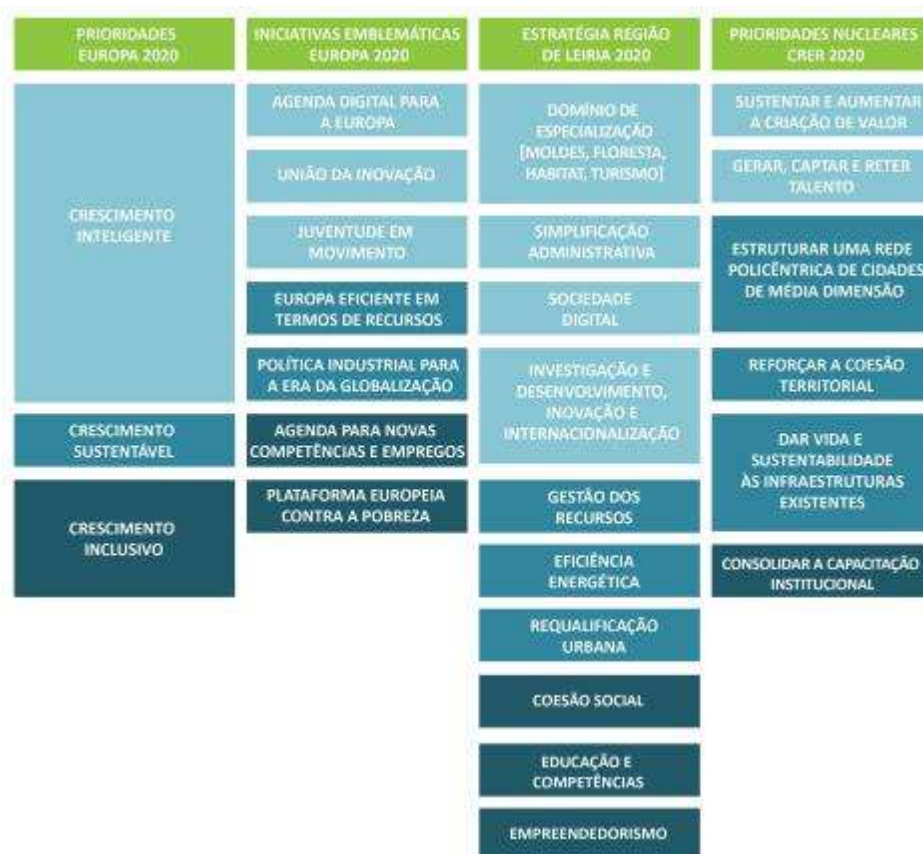


Figura 29. Posicionamento e alinhamento da EIDT região de Leiria 2020.

Fonte: CIMRL, 2013.

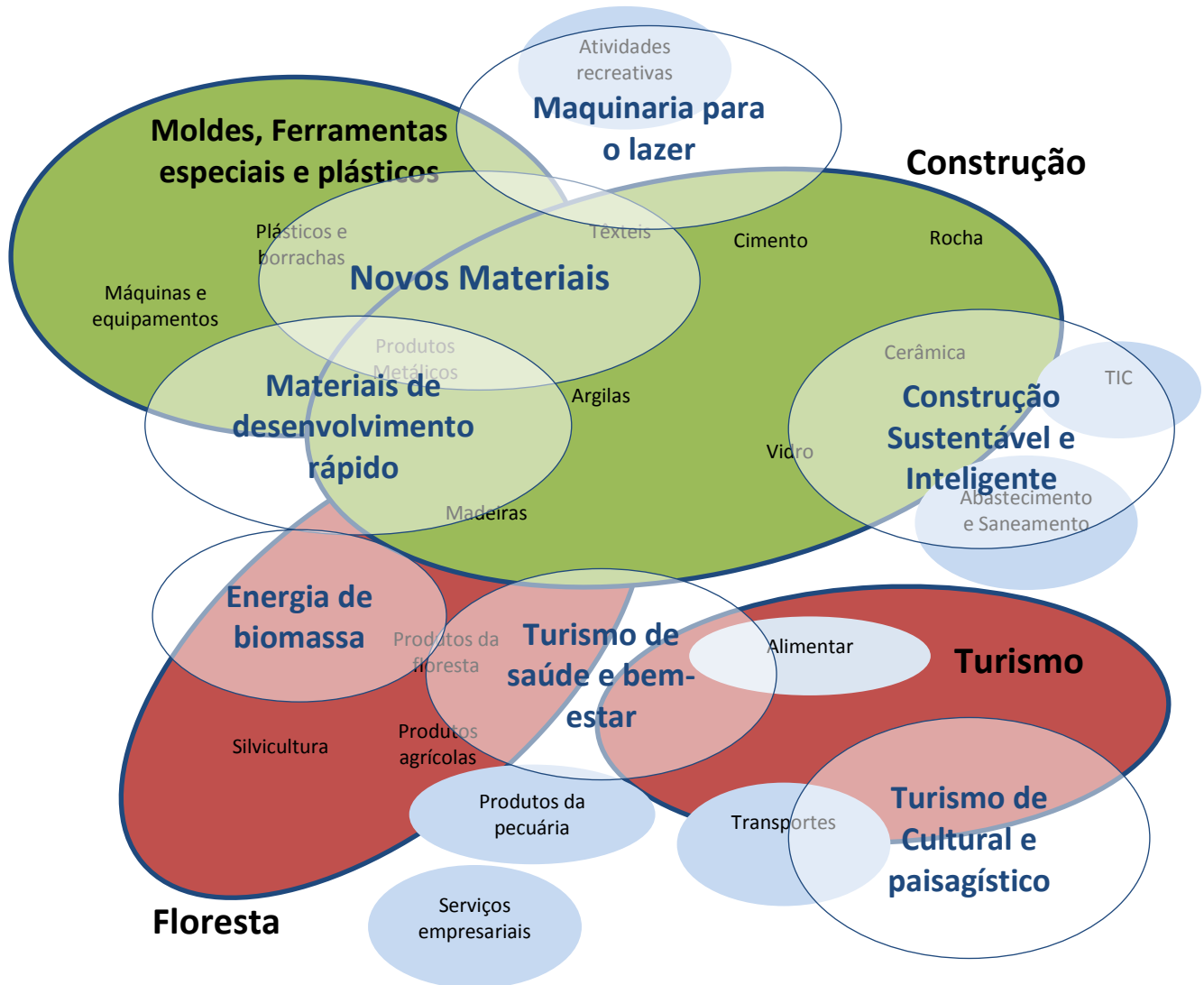
Ainda de referir que, em termos de especialização e desenvolvimento económico, a região de Leiria se deve posicionar no sentido de vencer os seguintes desafios:

- **Modernização de setores tradicionais, cujo caminho estratégico foi detalhado anteriormente;**
- **Diversificação relacionada com os seus domínios de especialização.**

Considerando o exposto é possível encontrar as seguintes atividades adjacentes aos domínios de especialização inteligente da região de Leiria (ver Figura seguinte) que nas medidas a adotar serão devidamente enquadrados:

- Maquinaria para o lazer.
- Investigação e desenvolvimento em novos materiais e materiais de desenvolvimento rápido.
- Energia de biomassa.
- Turismo de saúde e bem-estar.

- Turismo cultural e paisagístico.
- Construção sustentável e inteligente.



	Chave
Indústrias presentes no território de forma isolada associados à economia local	
Clusters a promover	
Clusters estratégicos e em que a região de Leiria dispõe de vantagens competitivas	
Atividades emergentes	

Figura 30. Mapeamento de clusters região de Leiria.

Fonte: SPI, 2013.

3.4 Eixos e objetivos

Conforme apresentado na Figura anterior, a EIDT da região de Leiria encontra-se alinhada com o quadro estratégico da EE2020, do Portugal 2020 e do Centro 2020, abordando os temas constantes nos respetivos documentos. Neste contexto, os eixos e objetivos que a seguir se apresentam estão ligados a áreas de intervenção prioritárias ou áreas de especialização que interferem, de forma transversal, nas áreas temáticas identificadas no convite à apresentação de candidaturas:

- “a) Desenvolvimento urbano, nomeadamente por via de estratégias de regeneração e revitalização urbanas;*
- b) Articulação territorial de competências municipais, nomeadamente no âmbito da prestação de serviços públicos nas diversas áreas (exemplo social, educação e ambiente);*
- c) Competitividade económica local, incluindo prioridades em matéria de ajustamento das ofertas formativas e de outras políticas ativas de emprego às características do desenvolvimento do território;*
- d) Promoção da inclusão social, incluindo o combate do abandono escolar precoce, num contexto de mobilização concertada da rede social existente no território.”*

De forma esquemática apresentam-se na tabela seguinte os eixos e objetivos estratégicos:

Tabela 12. Eixos e objetivos gerais associados.

Eixos	OBJETIVO
SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA	OE1: Reduzir a burocracia e simplificar processos, desde licenciamentos ao acesso a financiamentos e apoios comunitários.
EDUCAÇÃO E COMPETÊNCIAS	OE2: Garantir educação e formação de elevada qualidade em todas as fases do desenvolvimento da criança e ao longo da vida do adulto, assegurando a aprendizagem e o ajustamento das competências no contexto da sociedade do conhecimento.
COESÃO SOCIAL	OE3: Garantir a articulação das políticas setoriais de inclusão (segurança social, emprego, educação, formação) e o reforço das parcerias locais e do diálogo entre os parceiros sociais, de acordo com os critérios de abordagem atempada, multidisciplinaridade e subsidiariedade da intervenção social.

GESTÃO DOS RECURSOS	OE4: Melhorar a sustentabilidade e produtividade de utilização de recursos através do aumento da eficiência dos sistemas de distribuição e de tratamento de água e de resíduos urbanos e industriais.
ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	OE5: Reduzir o contributo regional para as alterações climáticas, através da promoção da utilização eficiente de energia proveniente de fontes renováveis e a redução da poluição atmosférica.
I&D+I E INTERNACIONALIZAÇÃO	OE6: Melhorar a ligação entre ciência e empresas e promover a comercialização dos resultados da investigação e desenvolvimento em novos produtos e serviços de valor acrescentado, através de uma nova perspetiva assente na satisfação das necessidades de procura no mercado.
EMPREENDEDORISMO	OE7: Criar as condições ótimas para o estabelecimento de um ambiente propício ao surgimento de novas ideias e empresas.
SOCIEDADE DIGITAL	OE8: Promover a adoção das TIC e de práticas de negócios e prestação de serviços em linha pelas empresas e organizações.
REABILITAÇÃO URBANA	OE9: Devolver o dinamismo económico e social aos centros urbanos e contribuir para uma mobilidade sustentável através da aposta em sistema multimodais com integração de transporte rodoviário, ferroviário e aéreo.
ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE - MOLDES	OE10: Consolidar o posicionamento do <i>cluster</i> dos moldes a nível global, e promover a sua diversificação para outras áreas relacionadas, seja em termos horizontais ou verticais, procurando contornar situações de dependência excessiva
ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE - HABITAT	OE11: Implementar uma iniciativa de construção do <i>Cluster</i> dos materiais para o habitat na região de Leiria, através da agregação das indústrias em torno do desenvolvimento de sistemas integrados para o habitat sustentável, beneficiando do capital de conhecimento da iniciativa de <i>cluster</i> nacional.
ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE - FLORESTA	OE12: Promover a valorização das diversas atividades associadas à floresta, de forma a melhorar o contributo económico e superar constrangimentos onerosos para a economia e sustentabilidade regional
ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE - TURISMO	OE13: Valorizar a diversidade concentrada e realizar o potencial turístico do território nas suas múltiplas facetas – turismo cultural e paisagístico, de bem-estar, de natureza e de negócios, no sentido do acréscimo no seu reconhecimento como um destino atrativo e de qualidade na nível nacional e internacional.

3.4.1 Simplificação administrativa



O eixo “simplificação administrativa” está associado à necessidade de garantir, de uma forma comum, a simplificação de processos e a articulação de competências municipais, nomeadamente através de plataformas e sistemas de informação que facilitem o contacto com o público. Este eixo observa o seguinte objetivo geral:

OE1: Reduzir a burocracia e simplificar processos, desde licenciamentos ao acesso a financiamentos e apoios comunitários.

3.4.2 Educação e Competências



O nível médio de escolaridade da população da região de Leiria acompanha de forma geral o padrão de baixas qualificações de Portugal. A predominância destes níveis constitui um obstáculo ao sucesso de Portugal e da Região na Economia do Conhecimento.

O investimento neste domínio tem ganho crescente importância nas políticas públicas, com uma alteração notória nas últimas décadas, como o demonstra o ganho de ativos relevantes a nível internacional, por exemplo nas áreas técnicas em que os municípios da região de Leiria se têm distinguido, permitindo que as suas empresas conquistem mercado a qualquer região no mundo.

Em linha com os objetivos da Agenda 2020, importa agora prosseguir esse esforço redirecionando-o para as atividades que apresentaram melhores resultados no passado, e nas quais se considera haver maior atraso relativamente à média da União Europeia e às metas 2020 (o abandono precoce, a qualificação superior, entre outros). A situação atual recomenda:

- maior orientação para as necessidades do mercado de trabalho, e
- agir nas diversas fases do processo educacional: pré-escolar, primário, secundário, ensino superior e vocacional/profissional, recorrendo práticas modernas e com impacto provado.

Procurar-se-á também apostar na aprendizagem ao longo da vida, como chave para o ajustamento constante entre a oferta e a procura de competências, em face das flutuações esperadas do mercado de trabalho numa economia aberta. Só assim se conseguirão alcançar as metas de qualificação definidas no quadro 2020 por Portugal e pela União Europeia.

Assim, o eixo “Educação e Formação” tem o seguinte objetivo geral:

OE2: Garantir educação e formação de elevada qualidade em todas as fases do desenvolvimento da criança e ao longo da vida do adulto, assegurando a aprendizagem e o ajustamento das competências no contexto da sociedade do conhecimento.

O cumprimento do objetivo geral implica a concretização dos seguintes objetivos específicos:

EDUCAÇÃO ESCOLAR

- O2.1: Promover o diálogo entre responsáveis educativos, empresários e outros membros da sociedade.
- O2.2: Prover momentos ou espaços para a colaboração entre os formadores da educação profissional / formação e as empresas, as universidades, os centros tecnológicos e o setor cultural e criativo, em particular no que se refere ao ajustamento entre a oferta educativa e as necessidades presentes ou futuras do tecido empresarial.
- O2.3: Promover o surgimento de projetos de aplicação de métodos e metodologias de ensino alternativas ou inovadoras, que enfatizem a capacidade criativa do aluno, que assentem na exploração da componente prática ou que expandam o currículo para as áreas emergentes da sociedade contemporânea.
- O2.4: Melhorar o apoio a estudantes com necessidades educativas especiais.
- O2.5: Promover o acesso e frequência à educação pré-escolar como forma de melhorar a equidade nos sistemas de ensino.
- O2.6: Melhorar os mecanismos de orientação e encaminhamento de alunos.
- O2.7: Dotar a escola de uma envolvente facilitadora e fomentadora da aprendizagem.
- O2.8: Contribuir para a monitorização e autoavaliação das práticas pedagógicas.

APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

- O2.9: Melhorar a relevância da aprendizagem ao longo da vida relativamente à sua procura real e potencial, através da colaboração entre os formadores da educação profissional / formação e as empresas, as universidades, os centros tecnológicos e o setor cultural e criativo.

- O2.10: Melhorar a qualidade e a relevância da formação orientada para públicos-alvo específicos, como a população idosa, as pessoas com deficiência e grupos sociais desfavorecidos.
- O2.11: Promover a requalificação de competências em setores em crise para setores emergentes.
- O2.12: Valorizar a criatividade a inovação dos adultos e nos próprios ambientes de aprendizagem.
- O2.13: Apoiar a inserção de pessoal qualificado nas empresas.

3.4.3 Coesão Social



O combate à pobreza e à exclusão social é vital para a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e um fator imprescindível para impulsionar a recuperação económica.

A crise e o desemprego que se tem registado nos últimos anos causaram o crescimento de situações de desigualdade social e de pobreza. Alguns grupos sociais mais vulneráveis têm sido particularmente atingidos: os desempregados de longa duração, as pessoas com deficiência ou incapacidade, os jovens, a população idosa, entre outros. Deste modo, a saída para a crise e para a desigualdade social tem de passar obrigatoriamente pela entrada destes grupos no mercado de trabalho.

As autarquias locais e as IPSS têm desempenhado um papel fundamental no combate a estas situações, muitas vezes substituindo o Estado Central em funções que anteriormente eram da sua responsabilidade.

Neste âmbito, durante as reuniões do Grupo de Ação Regional sobressaiu a necessidade de **melhorar a cooperação no terreno**, no sentido de providenciar respostas sociais adequadas e atempadas, mobilizando as redes sociais sem ultrapassar as restrições orçamentais a que estão crescentemente sujeitas. Neste sentido, importa intervir na sociedade com uma abordagem multidimensional, territorializada e direcionada principalmente para a satisfação das necessidades reais da população. Conforme orientações do PNR, a estratégia deverá ter presentes dois vetores de atuação:

- Prevenção do surgimento ou agudização de constrangimentos numa lógica multidisciplinar: acesso à qualificação, emprego, à saúde, à cultura, ao apoio social.
- Correção de problemas existentes através do fornecimento de serviços de satisfação das necessidades básicas.

Com as prioridades nacionais em mente, o eixo “Coesão Social” tem o seguinte objetivo geral:

OE3: Garantir a articulação das políticas setoriais de inclusão (segurança social, emprego, educação, formação) e o reforço das parcerias locais e do diálogo entre os parceiros sociais, de acordo com os critérios de abordagem atempada, multidisciplinaridade e subsidiariedade da intervenção social.

A implementação do objetivo geral implica a execução dos seguintes objetos específicos:

- O3.1. Garantir recursos mínimos de satisfação de necessidades satisfatórias da população em todas as áreas (educação, saúde, cultura, desporto, etc.).
- O3.2. Adequar a taxa de cobertura de equipamentos para a população jovem e idosa, conferindo prioridade à refuncionalização de equipamentos existentes.
- O3.3. Consolidar e qualificar a rede institucional de respostas sociais, de acordo com o princípio da proximidade, da intervenção precoce ou atempada (em particular junto de crianças em risco), da multidisciplinaridade e da não exclusão (incluindo doenças mentais).
- O3.4. Apoio a atividades suscitadas ou direcionadas a adultos com mais de 65 anos, de acordo com uma definição contemporânea de envelhecimento ativo.
- O3.5. Facilitar o acesso dos grupos mais vulneráveis ao mercado de trabalho e/ou a atividades socialmente úteis, por via do desenvolvimento de respostas integradas no domínio das medidas ativas de emprego.
- O3.6. Potenciar/valorizar as oportunidades proporcionadas pelas tecnologias de informação (e.g. teleassistência, marcação de serviços por via telefónica) enquanto instrumentos para a melhoria do acesso aos cidadãos aos serviços, contribuindo para melhorar a eficácia e a eficiência dos sistemas.
- O3.7. Promover o acesso a atividades geradoras de rendimentos complementares.

- O3.8. Garantir a resposta a indivíduos e ou famílias com necessidades de alojamento temporário e trabalhar os seus projetos de vida, na sequência das mais diversas ruturas, sejam elas de carácter profissional, familiar ou outro.

3.4.4 Gestão de recursos



A região de Leiria registou nos últimos anos uma evolução positiva ao nível das estruturas e práticas de gestão de recursos, nomeadamente de abastecimento de água e de encaminhamento ou deposição de resíduos. Este esforço acompanhou os vários quadros comunitários cuja aposta neste âmbito resultou num impacto claro na qualidade de vida das pessoas. Contudo, permanecem problemas que necessitam de resposta adequada. O tratamento ambiental de resíduos industriais continua a ser um problema para o desenvolvimento sustentável da região. Nesta questão os índices de poluição e de qualidade da água do Rio Lis e as ribeiras costeiras são uma fonte clara de preocupação dos agentes regionais. Da mesma forma persistem em toda a região pontos de qualidade de água abaixo do desejável. Em consequência permanece o fundamento para consolidar a rede de saneamento, bem como obter um nível significativo de adesão ao sistema disponibilizado. A aprendizagem do modelo de implementação da rede nos últimos quadros comunitários relevou também as virtualidades do desenho de soluções alternativas às que têm vindo a ser adotadas, que necessitem de menos capital para investimento e manutenção.

No tocante aos resíduos, os objetivos estabelecidos de recolha seletiva não foram atingidos: a maior parte continua a ser encaminhada para aterros sanitários. Esta situação reforça a relevância de prosseguir a estratégia já desenhada no quadro anterior, no sentido de diminuir a captação de resíduos, desviar os RSU do aterro e reencaminhar para a sua possível reutilização, nomeadamente de compostagem e reciclagem.

A eficiência da utilização de recursos não é só uma questão de conservação do ambiente para as gerações presentes e futuras. Pode significar **novas oportunidades de negócio uma vez que conduz obrigatoriamente a melhorias na produtividade, na redução de custos e numa maior competitividade e inovação**. A utilização mais eficiente de recursos implica da mesma forma benefícios para a saúde e bem-estar e a qualidade de vida da comunidade.

O próximo quadro comunitário deverá integrar estas matérias no domínio do crescimento sustentável, assumindo-as como contributo direto para o alcance de metas de eficiência energética e alterações climáticas. Assim, é prioritária a continuidade de intervenção nestes domínios com vista à efetiva consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável que concretize a ambição de um crescimento económico com a utilização de menos recursos.

De uma forma geral pretende-se com a presente estratégia alcançar o seguinte objetivo:

OE4: Melhorar a sustentabilidade e produtividade de utilização de recursos através do aumento da eficiência dos sistemas de distribuição e de tratamento de água e de resíduos urbanos e industriais.

O cumprimento deste objetivo geral implica a definição dos seguintes objetivos específicos:

ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

- O4.1: Reforçar e melhorar a monitorização de consumos de água e a requalificação dos sistemas públicos de distribuição, tendo em vista a redução de perdas, tirando partido do potencial das tecnologias de monitorização à distância.
- O4.2: Favorecer a introdução de inovações nos sistemas de abastecimento.
- O4.3: Consolidar a rede de saneamento doméstico.
- O4.4: Completar a solução de tratamento de resíduos industriais, nomeadamente com a implementação da solução global de tratamento de efluentes agropecuários.
- O4.5: Incrementar a eficiência operacional e ambiental dos serviços de abastecimento de água.
- O4.6: Promover a utilização suficiente da água.
- O4.7: Desenvolver formas inovadoras de reutilização de águas domésticas.
- O4.8: Propor ou favorecer a experimentação da reutilização de resíduos industriais, na lógica de cadeias de valor da ecologia industrial.

RESÍDUOS SÓLIDOS E RECICLAGEM

- O4.9: Minimizar resíduos e promover a reciclagem.
- O4.10: Promover a realização de acordos voluntários para a reciclagem.
- O4.11: Apoiar as PME na redução da utilização de recursos.

3.4.5 Alterações climáticas



A emissão de gases com efeito estufa está essencialmente relacionado com a utilização da energia para fins domésticos, fins industriais e deslocações. Neste quadro, as medidas para reduzir a pegada carbónica acarretam benefícios adicionais como a redução da fatura energética proveniente de fontes externas e a oportunidade para o surgimento de inovações na economia regional orientadas para a implementação de um novo modelo de produção sustentável (inovações altamente “exportáveis” e replicáveis noutros territórios).

As prioridades de intervenção no que diz respeito às emissões de gases atmosféricos deverão centrar-se no cumprimento das regulamentações comunitárias. A este propósito regista-se uma **considerável diferença entre os territórios do litoral e do interior da região de Leiria, em virtude de graus diferenciados de industrialização**. Em termos globais, verifica-se um equilíbrio no conjunto dos dois territórios, que necessita ser devidamente enquadrado, nomeadamente quanto à pertinência do contributo do interior da região para o controlo das alterações climáticas e para a aposta regional no sequestro ou compensação de emissões.

Favorecendo o princípio de evitar as alterações climáticas, não deverá deixar-se no entanto de procurar mitigar dos seus efeitos. Na região de Leiria o recuo da orla costeira tem um impacto económico, turístico e ambiental, que torna necessário atuar na sua proteção. A esta preocupação soma-se a aplicação do princípio da prevenção em geral de desastres naturais e a minimização do risco.

O objetivo principal no capítulo da energia é assim o seguinte:

OE5: Reduzir o contributo regional para as alterações climáticas, através da promoção da utilização eficiente de energia proveniente de fontes renováveis e a redução da poluição atmosférica.

Em termos específicos implica a tomada das seguintes opções:

ENERGIA

- O5.1: Informar e sensibilizar a comunidade para os custos reais e ambientais da utilização de energia.

- O5.2: Promover a melhoria do desempenho energético nos edifícios privados, na indústria e otimizar consumos energéticos nas frotas e edifícios públicos começando por uma análise dos consumos, ou envolvendo a utilização de veículos elétricos.
- O5.3: Favorecer a inovação nos sistemas de distribuição e de utilização racional de energia.
- O5.4: Promover a requalificação urbana.
- O5.5: Promover a simplificação administrativa dos processos de licenciamento e certificação energética.
- O5.6: Promoção da I&D para redução do consumo energético dos processos de tratamento de efluentes domésticos e agroindustriais.
- O5.7: Favorecer a utilização de energias provenientes de fontes renováveis diversificadas (eólica, biogás, solar) no setor dos transportes e no setor doméstico.
- O5.8: Apostar no desenvolvimento e fomentar a microgeração de energia.
- O5.9: Apostar na gestão e valorização da floresta através da sua certificação e exploração da biomassa para fins energéticos, procurando o envolvimento ativo dos proprietários florestais.
- O5.10: Favorecer a adoção de práticas construtivas sustentáveis na construção de edifícios privados e públicos
- O5.11: Favorecer a valorização energética dos resíduos sólidos e industriais.

PROTEÇÃO DO AMBIENTE

- O5.12: Informar e sensibilizar a comunidade para as temáticas da mitigação do impacto dos gases efeito estufa.
- O5.13: Melhorar a prevenção e combate aos incêndios florestais – gestão da floresta.
- O5.14: Promover a diversificação das espécies florestais, especialmente no contexto das explorações florestais.
- O5.15: Implementar sistemas de monitorização, previsão e alerta de fogos florestais.
- O5.16: Promover práticas agrícolas sustentáveis.

- O5.17: Divulgar o comércio local e os benefícios do consumo de proximidade, bem como dos produtos locais e cujo processo de produção acarreta uma pequena pegada carbónica.
- O5.18: Promover o turismo de natureza sustentável.
- O5.19: Atingir dimensões críticas de exploração e gestão florestal sustentável.
- O5.20: Proteger o turismo na orla costeira.
- O5.21: Proteger os recursos e a linha de costa considerando o avanço do mar.
- O5.22: Qualificar e valorizar as linhas de água.

3.4.6 Investigação e Desenvolvimento, Inovação e Internacionalização



A inovação está no centro da competitividade das empresas da região. A inovação tecnológica é um dos principais motores da utilização eficiente de recursos, do fornecimento de novos bens e serviços e da integração em novos mercados. A inovação não tecnológica permite às empresas desenvolver novos esquemas organizativos ou processos que permitam reduzir custos ou adaptarem-se mais facilmente aos desafios colocados por uma economia global em permanente mudança.

O apoio à melhoria da eficiência dos sistemas regionais de inovação é uma prioridade na Europa, em particular as medidas destinadas a traduzir a investigação e desenvolvimento em novos produtos e serviços (na lógica da especialização inteligente). Em Portugal as medidas englobam:

- (i) A provisão de recursos financeiros diretamente para as empresas que desenvolvem projetos de inovação;
- (ii) O apoio a organizações que funcionam como intermediárias (ex. gabinetes de transferência e tecnologia, incubadoras, parques de C&T) ou organizações que fornecem serviços especializados de apoio à inovação; e finalmente,
- (iii) O apoio a processos de transferência de conhecimento ou competências (ex. contratação de doutorados pelas empresas). No nosso país, a política de apoio à inovação é gerida principalmente a nível nacional e regional (no caso dos

programas operacionais), pelo que se torna necessária a coordenação frequente com os níveis superiores de atuação.

Assim, de uma forma geral pretende-se no presente eixo:

OE6: Melhorar a ligação entre ciência e empresas e promover a comercialização dos resultados da investigação e desenvolvimento em novos produtos e serviços de valor acrescentado, através de uma nova perspetiva assente na satisfação das necessidades de procura no mercado.

O cumprimento deste objetivo geral recomenda a definição dos seguintes objetivos operacionais:

- O6.1: Favorecer a coordenação interinstitucional dos vários atores do sistema regional de inovação.
- O6.2: Minimizar tempos burocráticos em particular relacionados com dinâmicas de inovação.
- O6.3: Desenvolver processos de inteligência estratégica para a monitorização e avaliação da eficácia do sistema regional de inovação.
- O6.4: Promover a inovação não tecnológica nas empresas e na administração pública, como a gestão, o marketing, o *design*, entre outros.
- O6.5: Promover esquemas de apoio à comercialização de produtos e serviços no mercado global.
- O6.6: Contribuir para a procura por inovação, nomeadamente através da incorporação de novas exigências/caraterísticas nos cadernos de encargos das compras públicas, nas áreas da habitação, energia, transporte ou soluções ambientais.
- OE6.7: Apoiar as empresas e outras instituições no desenvolvimento das competências em inovação do seu capital humano.
- O6.8: Disseminar uma cultura de experimentação e inovação em todos os setores da economia regional.
- O6.9: Possibilitar a coparticipação de parceiros internacionais no desenvolvimento de projetos na região.

- O6.10: Apoiar a gestão da IDI nas empresas, através da disponibilização de serviços avançados de apoio presentes no território.

3.4.7 Empreendedorismo



A iniciativa empresarial adquiriu um novo fôlego nos últimos anos em virtude de um ímpeto acrescido quanto ao seu papel para a recuperação económica. A verdade é que as dinâmicas de empreendedorismo sempre constituíram uma forte característica da região de Leiria, permitindo-lhe apresentar indicadores ímpares de emprego a nível nacional.

Esta dinâmica deve ser suportada e reforçada por uma nova geração de políticas que procure derrubar barreiras remanescentes que continuam a limitar e condicionar a plena realização da “descoberta empreendedora”. São alguns exemplos a precariedade dos recursos numa fase inicial do ciclo da empresa, a falta de financiamento em determinadas etapas, a escassez de competências técnicas ou financeiras, entre outros. A região de Leiria não parte contudo do zero. Recentemente um conjunto de iniciativas e estruturas de apoio foram desenvolvidos com capacidade para alterar alguns dos constrangimentos referidos. Dentro deste âmbito surgem os serviços de apoio e especializados das duas incubadoras de base tecnológica – OPEN e IDD, bem como o programa integrado de apoio ao empreendedorismo de base local, presentemente em execução. Torna-se assim relevante a prossecução das políticas bem-sucedidas que colocam a ênfase no sistema de educação e na melhoria de acesso ao capital de risco e ao apoio especializado.

OE7: Criar as condições ótimas para o estabelecimento de um ambiente propício ao surgimento de novas ideias e empresas.

O cumprimento deste objetivo recomenda a definição dos seguintes objetivos específicos:

- O7.1: Promover uma cultura de aceitação do risco e do autoemprego.
- O7.2: Reduzir os constrangimentos associados à criação de empresa.
- O7.3: Intermediar o contacto entre empreendedores e investidores.

- O7.4: Promover a partilha de experiências entre empreendedores e investidores, em particular sujeitos a segmentação de tipologias: base tecnológica, base local, economia social.
- O7.5: Alargar a base de suporte e reduzir as dificuldades dos grupos sociais desfavorecidos em aceder a financiamento de risco.
- O7.6: Promover projetos internacionais de intercâmbios de empreendedores, nomeadamente através das incubadoras.

3.4.8 Sociedade Digital



O investimento realizado na última década na dotação de infraestruturas de informação e comunicação modernas permitiu alcançar um nível de acesso plenamente satisfatório. Neste momento a região de Leiria deve assumir uma **nova geração de políticas que possibilite mobilizar a natureza transversal das TIC na economia e na comunidade**. Num primeiro nível deverão ser prosseguidas estratégias relacionadas com a preocupação pela inclusão digital, mobilizando a sua capacidade para garantir serviços à distância, seja informacionais seja de substituição da presença. Não obstante, o seu potencial não se deve limitar a esse aspeto. A incorporação destas tecnologias ao longo da cadeia de valor permite o aumento da eficiência e da competitividade das empresas, pelo que se espera que uma parte significativa dos bens e serviços do futuro incorporem estas tecnologias.

A existência no território de competências e conhecimento nesta área abrem um vasto campo de possibilidades às empresas e organizações da região de Leiria. Contudo, as principais instâncias Europeias têm recomendado uma abordagem setorial, que tome em consideração as necessidades e características específicas. Por esta razão os objetivos a cumprir neste capítulo referem-se somente à promoção da info-inclusão e da utilização simples das tecnologias:

OE8: Promover a adoção das TIC e de práticas de negócios e prestação de serviços em linha pelas empresas e organizações.

O cumprimento deste objetivo geral recomenda a adoção dos seguintes objetivos operacionais:

- O8.1: Melhorar a disponibilização de formação de competências em TIC, em diversas áreas – ensino formal, formação, no contexto empresarial, no contexto das IPSS.
- O8.2: Promover a utilização das TIC para o acesso e pagamento eletrónico de serviços de proximidade e serviços gerais.
- O8.3: Averiguar lacunas ao nível da info-inclusão, em particular no que se refere a grupos sociais específicos.
- O8.4: Mobilizar o potencial dos serviços baseados em TIC para melhorar a prestação de serviços à distância e serviços públicos.

3.4.9 Requalificação Urbana



De acordo com a União Europeia⁶, as cidades são a chave para o desenvolvimento sustentável. Desempenham um papel crucial como motores da economia, como lugares de conetividade, criatividade e inovação, e como centros de serviços para as áreas circundantes.

Contudo, os centros urbanos são também um local onde problemas como o desemprego, a segregação social, a pobreza, e o abandono coexistem com elevados níveis de riqueza. A revitalização urbana está assim no centro da implementação bem-sucedida da agenda 2020.

Constituído um eixo transversal na Estratégia 2020, o presente eixo corresponderá à intenção da região de Leiria proceder a intervenções integradas nos seus centros urbanos, sustentadas por uma análise aprofundada e atualizada das necessidades e caminhos a percorrer. Pelo seu carácter tributário será dada uma especial atenção aos temas do equilíbrio da oferta e qualidade do estoque habitacional, o papel da cultura no desenvolvimento económico e social na cidade, o combate a situações ou bolsas de pobreza e segregação social e a mobilidade sustentável urbana e interurbana. Em suma, o objetivo que corresponde a este eixo consiste em:

OE9: Devolver o dinamismo económico e social aos centros urbanos e contribuir para uma mobilidade sustentável.

Os moldes operacionais com os quais se consubstancia esse desígnio são os seguintes:

⁶ Ver European Commission, Directorate General for Regional Policy (2011). *Cities of Tomorrow*.

- O9.1: Promover a intermodalidade e a utilização de transportes públicos.
- O9.2: Completar a rede de acessibilidades intrarregionais.
- O9.3: Valorizar os centros urbanos através de estratégias integradas de dinamização económica, social e cultural.

Conforme exposto anteriormente, para além de eixos prioritários de carácter transversal, propõe-se eixos estratégicos focalizados nas áreas de especialização da região de Leiria.

O trabalho realizado levou à identificação dos domínios de especialização prioritários da região de Leiria e, dentro destes, dos nichos de aposta para o futuro. Posteriormente procede-se à definição de objetivos operacionais que deverão corresponder ao alinhamento/ajustamento das políticas de investigação e inovação em face da diversidade de potencialidades e oportunidades da região. A Figura seguinte ilustra a “árvore” da especialização inteligente da região, salientando-se que este foi um exercício desenvolvido em sede do Subgrupo Crescimento Inteligente.

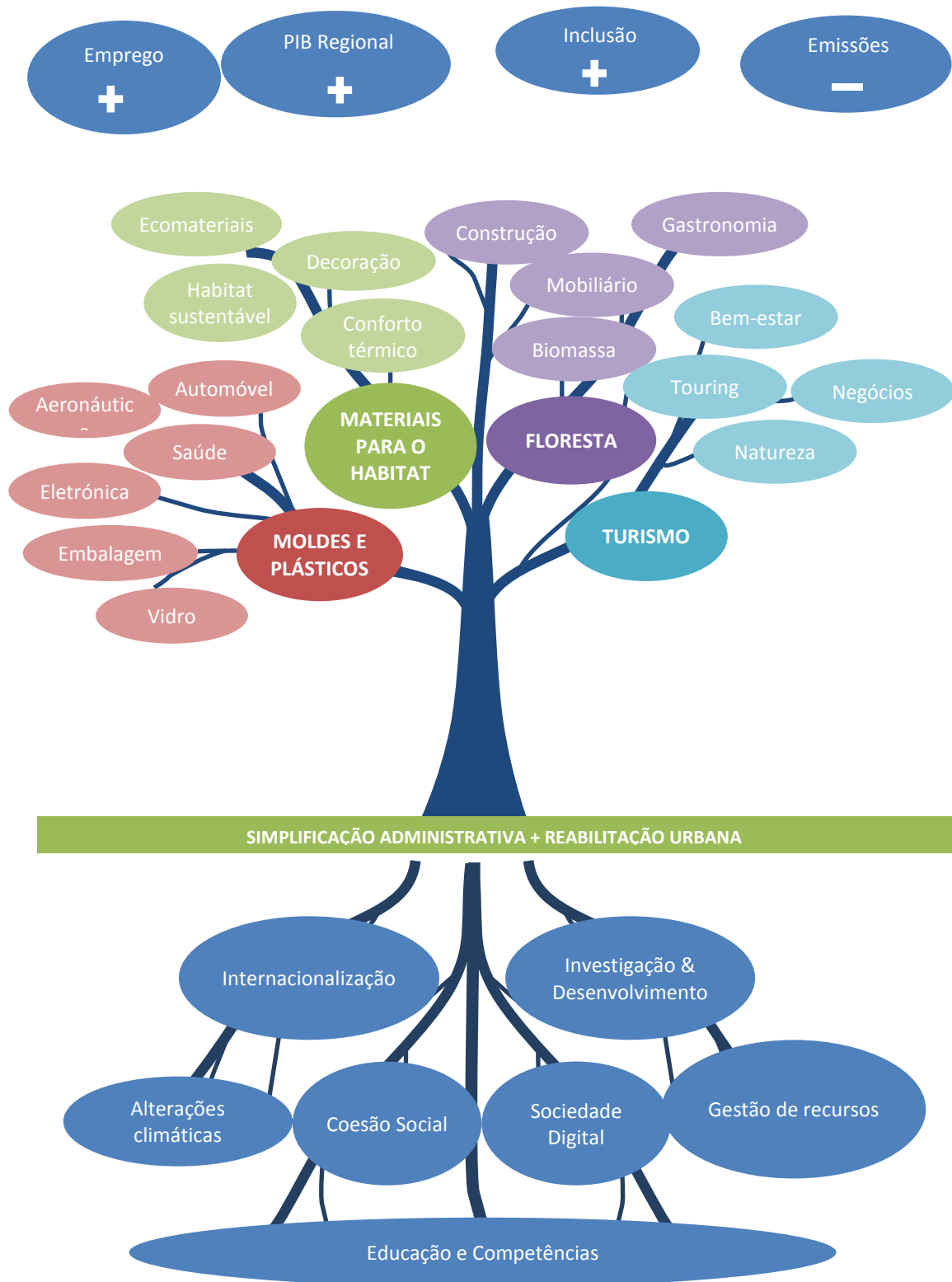


Figura 31. Estratégia de Especialização Inteligente para a região de Leiria.

Fonte: SPI, 2013.

Neste contexto existem três eixos de especialização estratégica.

3.4.10 Especialização Inteligente - Moldes, ferramentas especiais e plásticos

Em termos gerais, a ambição para este setor traduz-se no seguinte objetivo:

OE10: Consolidar o posicionamento do *cluster* dos moldes a nível global, e promover a sua diversificação para outras áreas relacionadas, seja em termos horizontais ou verticais, procurando contornar situações de dependência excessiva.



Neste âmbito foram identificados os seguintes objetivos específicos:

- O10.1: Expandir o setor na região, em número de empresas ou atividades económicas associadas.
- O10.2: Incrementar o posicionamento das empresas na cadeia de valor do *cluster* através da aposta na incorporação de tecnologia.
- O10.3: Diversificar os mercados setoriais – saúde, eletrónica, aeronáutica, embalagem, energia e ambiente e vidro.
- O10.4: Diversificar os mercados geográficos, apoiando a constituição de redes de exportação.
- O10.5: Investir na inovação não tecnológica, nomeadamente nos resultados da I&D que tenham reflexo na melhoria da eficiência nos processos de fabrico e na implementação de novos processos.
- O10.6: Reforçar as dinâmicas empreendedoras no setor, através de vales do empreendedorismo e o surgimento de *spin-offs* nas universidades.
- O10.7: Apoiar a participação em eventos e missões no estrangeiro.

3.4.11 Especialização Inteligente - Materiais para o Habitat

A análise efetuada permitiu constatar que, devido à ausência de ligações significativas entre empresas, não existe no presente qualquer *cluster* associado aos materiais de construção ou decoração – cerâmica, rocha, vidro, argilas, têxteis para o lar, produtos metálicos. Existe no entanto um elevado potencial para a sua criação, muito embora limitado a um posicionamento de partida desfavorável na respetiva cadeia de valor, uma vez que as indústrias se concentram

na sua base (materiais de construção), caracterizadas por reduzida tecnologia ou valor acrescentado, e no seu topo (decoreação interior ou exterior).

Deste modo procurar-se-á contribuir para o seguinte objetivo geral:

OE11: Implementar uma iniciativa de construção do *cluster* dos materiais para o habitat na região de Leiria, através da agregação das indústrias em torno do desenvolvimento de sistemas integrados para o habitat sustentável, beneficiando do capital de conhecimento da iniciativa de *cluster* nacional.



A ambição descrita será concretizada através dos seguintes objetivos específicos:

- O11.1: Suportar a investigação e desenvolvimento em novos materiais, em novas aplicações para os materiais existentes, em materiais inteligente ou de fácil ou imediata aplicação.
- O11.2: Desenvolver sistemas construtivos integrados que incorporem melhorias na eficiência energética, na minimização de impactos ecológicos e da pegada de carbono, ou no comportamento inteligente.
- O11.3: Desenvolver redes para alcançar dimensão crítica para a internacionalização.
- O11.4: Facilitar o acesso a inovação não tecnológica.
- O11.5: Incorporar no processo produtivo a análise de ciclo de vida.
- O11.6: Promover iniciativas de valorização da pedra natural.
- O11.7: Encorajar I&D colaborativo e multidisciplinar.
- O11.8: Encorajar a integração do *design* nas estratégias de inovação.
- O11.9: Mobilizar o capital de investimento de risco em start-ups tecnológicas.
- O11.10: Apoiar a participação em eventos e missões ao estrangeiro.

3.4.12 Especialização Inteligente - Floresta

A fileira florestal alberga um conjunto de atividades de importância económica ainda incipiente na região de Leiria. Contudo, o potencial económico por explorar e a dimensão dos recursos florestais colocam-na no centro das opções de desenvolvimento das partes interessadas regionais. A intervenção do ponto de vista económica tem implicações importantes na proteção ambiental, especialmente a gestão, composição e distribuição das espécies florestais na região que tem claras implicações no flagelo dos incêndios.

O objetivo geral da aposta na fileira floresta é o seguinte:

OE12: Promover a valorização das diversas atividades associadas à floresta, de forma a melhorar o contributo económico e superar constrangimentos onerosos para a economia e sustentabilidade regional.



Os objetivos específicos são os seguintes:

- O12.1: Aumentar a produção de biomassa proveniente dos resíduos florestais e da madeira.
- O12.2: Promover a certificação florestal como meio de garantir a qualidade dos recursos para a indústria do mobiliário e afins.
- O12.3: Proceder à reflorestação tendo em consideração a diversidade de fins da floresta, incluindo a valorização energética e material, o enquadramento paisagístico, o contributo ecológico e para a qualidade da água.
- O12.4: Participar em projetos internacionais de exploração da floresta com propósitos ou processos inovadores.
- O12.5: Apostar na investigação e no desenvolvimento de novos produtos da floresta – modelos de negócio e rentabilização da floresta baseados na complementaridade de culturas florestais.
- O12.6: Prosseguir a formação para os agentes do setor, nomeadamente na área do associativismo e da certificação.
- O12.7: Contribuir para a monitorização da floresta, nomeadamente através do suporte a ações de investigação e desenvolvimento ou de aplicação das TIC.

- O12.8: Proceder ao levantamento do cadastro florestal.

3.4.13 Especialização Inteligente - Turismo

O setor turístico constitui uma atividade económica de largo espetro, mas com escasso aproveitamento na região de Leiria. A sua afirmação como área prioritária resulta da constatação da capacidade de contribuir para o PIB regional, a partir de necessidades relativas de investimento. Deste modo a ambição para este setor é descrita da seguinte forma:

OE13: Valorizar a diversidade concentrada e realizar o potencial turístico do território nas suas múltiplas facetas – turismo cultural e paisagístico, de bem-estar, de natureza e de negócios, no sentido do acréscimo no seu reconhecimento como um destino atrativo e de qualidade na nível nacional e internacional.



Implica os seguintes objetivos específicos:

- O13.1: Melhorar a promoção nacional e internacional, através da agregação de atores regionais para níveis críticos de atuação, em torno da marca “Maravilhas” e da complementaridade a destinos estratégicos como Fátima e Coimbra.
- O13.2: Intervir na rede de alojamentos no sentido da consolidação e qualidade da oferta.
- O13.3: Valorizar e promover os produtos endógenos e a gastronomia regional.
- O13.4: Incorporar produtos locais de qualidade na cadeia de fornecedores da rede de operadores e no contexto da promoção turística.
- O13.5: Valorizar a presença das indústrias de animação para diferenciar a oferta turística regional.
- O13.6: Qualificar os serviços periféricos mas essenciais ao turista, tais como restauração, mobilidade, comércio tradicional: formar para a qualidade no acolhimento, língua estrangeira, etc.
- O13.7: Contrariar a sazonalidade através da organização de eventos culturais e de índole turística fora da época alta.

- O13.8: Promover a criação de redes sub-regionais em torno das motivações turísticas – cultural e paisagista, de bem-estar, de natureza e de negócios.
- O13.9: Criar uma marca única regional, e respetivas marcas associadas a cada motivação turística.
- O13.10: Encorajar a integração do *design* nas estratégias empresariais.
- O13.11: Apoiar a participação em eventos e missões no estrangeiro.

3.4.14 Síntese - Correlação com áreas temáticas do aviso

A estratégia apresentada corresponde à EIDT para região de Leiria, abrangendo assim um amplo leque de eixos e domínios de intervenção. Considerando contudo a necessária articulação e alinhamento com as áreas temáticas referenciadas no convite à apresentação de candidaturas, a CIM procedeu à definição de uma matriz de correlação entre os 13 eixos estratégicos regionais e as referidas áreas, exercício que se apresenta na tabela seguinte.

Tabela 13. Matriz de correlação de eixos estratégicos Leiria 2020 e áreas temáticas do convite PT 2020 nº1/2014.

	Desenvolvimento urbano	Articulação territorial de competências municipais	Competitividade económica local	Promoção da inclusão social
Simplificação administrativa	++	++	++	++
Educação e competências	++	+++	+++	++
Coesão social	++	++	++	++
Gestão de recursos	+++	++	+	+
Alterações climáticas	+++	+	+	+
Idi e internacionalização	+	+	+++	+
Empreendedorismo	++	++	+++	+++
Sociedade digital	++	++	++	++
Requalificação urbana	+++	++	++	++
Especialização inteligente - moldes	+	+	+++	++
Especialização inteligente - materiais	++	+	+++	++
Especialização inteligente - floresta	+	+	+++	++

Especialização inteligente - turismo	++	+	+++	++
--------------------------------------	----	---	-----	----

Legenda: impacto muito elevado: +++ ; impacto elevado: ++ ; impacto médio: +

3.5 Medidas a desenvolver

De acordo com a estratégia regional são de seguida apresentadas as medidas propostas para que a EIDT seja implementada e alcance resultados positivos para a coesão e competitividade da região de Leiria. A descrição de cada medida é apresentada de seguida:

1 | PROGRAMA + ESCOLA

Medidas a desenvolver

- Elaboração de Carta Educativa Intermunicipal, e realização de operações relativas à conclusão da rede ou reabilitação de unidades escolares.
- Estreitamento das relações entre escolas, escola - região e, também, escola - empresa, com a promoção de atividades como por exemplo: fóruns escola-empresa, portal virtual região de Leiria para crianças e jovens, e a implementação de projetos comuns/partilhados, com envolvimento da administração central, sempre que possível.
- Atividades letivas e não letivas subordinadas ao empreendedorismo e dirigidas ao público juvenil, apostando nas áreas de especialização da região.
- Apoio a atividades de integração dos serviços de ensino, sociais e de saúde, nomeadamente a constituição de equipas multidisciplinares de apoio e acompanhamento à aprendizagem, com preferência por atuações delimitadas territorialmente.
- Abertura a projetos-piloto em escolas selecionadas, orientados para:
 - Melhoria das condições pedagógicas pelo uso inteligente e inovador de tecnologia, nomeadamente acesso a recursos na Internet, utilização de *hardware* e *software* inovadores e a introdução da aprendizagem através de jogos lúdicos de índole didática (gamificação) – para tal o reforço do interesse na criação de um portal virtual regional orientado para o público escolar com repositório de conhecimentos sobre a memória coletiva, factos e história, para ser utilizado como ferramenta de suporte à aprendizagem dos mais novos.
 - Estimulo à inovação, com especial ênfase nas seguintes áreas: matemática, cultura científica e tecnológica, desenho, cidadania, empreendedorismo; bem como nas áreas de especialização regional: indústria (moldes, materiais), turismo e floresta. Apoio direto de doutorados ou unidades de investigação nestes domínios.
 - Oferta de cursos a distância nas freguesias rurais (língua estrangeira, informática, etc.).
 - Provisão de formação básica ou avançada de professores dos ensinos básicos e secundário,

mobilizando para o efeito o conhecimento da universidade, nomeadamente do IPL.

- Análise da situação atual e desenvolvimento de novos modelos para o ensino pré-escolar.
- Formação em áreas associados ao mundo rural.
- Atribuição de prémios para os melhores projetos educativos da região
- Incentivos ao melhor desempenho do professor ou outros atores da escola.
- Criação do vale educação / formação para o apoio económico à continuação de estudos por parte das populações mais desfavorecidas.

Indicadores de resultado e impacto

Taxa bruta de pré-escolarização

População entre os 18 e os 65 anos a frequentarem ações de aprendizagem ao longo da vida

População desempregada com grau de ensino superior

Taxa de retenção e desistência no ensino

Potenciais Promotor(es)

- Escolas (ensino básico, secundário e profissional)
- Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIM RL)
- Instituto Politécnico de Leiria
- Associações de desenvolvimento local – GAL (ADAE, Terras de Sicó e Pinhais do Zezere)

2 | SISTEMA REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO E RESPOSTAS PROFISSIONAIS

Medidas a desenvolver

- Diagnóstico das necessidades atuais do tecido empresarial da região de Leiria e necessidades expetáveis nas áreas de aposta prioritária / setores emergentes. O diagnóstico deve incluir a aceção das necessidades de formação da gestão de topo.
- Promoção da articulação permanente entre as escolas secundárias e profissionais da região, a fim de evitar a concorrência e sobreposição de oferta em sede de implementação de cursos profissionais.
- Criação da Rede Regional para a Formação e Qualificação, constituído por escolas, entidade de formação, universidades, centros tecnológicos e associações representativas do tecido económica com o propósito de:
 - Ajustamento entre a oferta de cursos profissionais e as necessidades do tecido empresarial.
 - Introdução de inovações nos currículos formativos, contando nomeadamente com colaboração de pessoas associados ao setor criativo e cultural.
 - Alargamento das áreas de formação, nomeadamente para competências organizacionais, sociais ou outras consideradas relevantes.
 - Monitorização e avaliação periódica dos resultados.
 - Organização de intercâmbios com parceiros internacionais.

- Desenvolvimento de programa de formação sustentado no diagnóstico, que integre entre outra informação:
 - Público-alvo.
 - Novas metodologias e objetivos curriculares claros e sustentados nas necessidades reais da região.
 - Programas inovadores decorrentes da introdução de criatividade, novas tecnologias ou abordagens alternativas (transdisciplinares).
 - Diplomas mistos, decorrentes da possibilidade de juntar módulos distintos.
 - Modelos de formação-ação.
- Elaboração de catálogo de ofertas (de acordo com o quadro nacional de competências) e saídas profissionais da região.
- Apoio à disseminação cuidada e estruturada da informação de formação.
- Promoção de fóruns de encontro e de debates, com o propósito de troca de experiências e boas práticas.

Criação do Vale Formação, dirigido a empresas, IPSS e outras ONG

Indicadores de resultado e impacto

População entre os 18 e os 65 anos a frequentarem ações de aprendizagem ao longo da vida

População desempregada com grau de ensino superior

Taxa de retenção e desistência no ensino

Taxa de Desemprego

Potenciais Promotor(es)

- | | |
|--|-----------------------------------|
| - Escolas secundárias | - Instituto Politécnico de Leiria |
| - Escolas profissionais | - Incubadoras (OPEN, IDD, etc.) |
| - Centros de formação profissional do IEFP | - Empresas |
| - Associações empresariais (NERLEI, etc.) | - IPSS |
| - Associações de desenvolvimento | - ONG e CLDS |

3 | SISTEMA REGIONAL DE APOIO À INCLUSÃO E COESÃO

Medidas a desenvolver

- Elaboração da Carta Regional de Equipamentos de Apoio à População, na qual se deverá incluir:
 - Carta Social da região de Leiria, com o mapeamento das respostas sociais a crianças e jovens, pessoas com mais de 65 anos, e grupos sociais vulneráveis, incluindo o seu registo em bases de dados georreferenciadas, de forma a fornecer indicações de atuação quanto à adequação da taxa de cobertura de equipamentos, conferir prioridade à refuncionalização de equipamentos existentes; à consolidação e qualificação da rede institucional de respostas sociais, segundo a lógica de serviços de proximidade; os recursos mínimos de satisfação de necessidades básicas da população em todas as áreas (educação, saúde, cultura, desporto, etc.) e a garantia de respostas sociais para acolhimento de crianças e jovens com o apoio de equipas técnicas multidisciplinares.
 - Carta de Equipamentos de Saúde e bem-estar, com o mapeamento das respostas existentes, a

definição das necessidades e correções da rede de prestação de cuidados de saúde na região de Leiria.

- Carta de Equipamentos de cultura, desporto e lazer, com a identificação de espaços e atividades desenvolvidas, índices de ocupação, avaliação de necessidades e propostas de correção e adequação.
- Implementação de projetos decorrentes dos exercícios estratégicos desenvolvidos - Qualificação e/ou refuncionalização de equipamentos de apoio à população nas áreas identificadas como necessárias.
- Redefinição de áreas territoriais de gestão e coordenação para os diferentes serviços de apoio à população (domínios temáticos das cartas elaboradas).
- Elaboração e implementação de programas regionais:
 - Programa de envelhecimento ativo (inc. cidadão e saudável).
 - Rede Leiria Saudável, constituída pelas Unidades de Cuidados Continuados, e as Unidades de Saúde Familiar
 - Ciclo de fóruns, seminários e trocas de experiências ao nível nacional e internacional, incluindo a realização de missões institucionais no estrangeiro. Os parceiros a incluir referem-se às instituições sociais mas também às unidades de investigação da área. Os assuntos a abordar deverão estar associados às seguintes preocupações: ligação entre a investigação e as práticas no terreno, estudo e avaliação do impacto das políticas, e comunicação entre decisores, profissionais no terreno e investigadores.
- Apoio a organizações do terceiro setor que promovam respostas inovadoras a desafios sociais de cuidados de saúde, educação e voluntariado, em particular no que se refere à integração de pessoas e grupos vulneráveis.
- Apoio aos trabalhos e ao alargamento das redes de apoio local, estabelecida pela parceria entre as instituições responsáveis pelas políticas de solidariedade, saúde, educação, cultura, etc.,
- Apoio técnico e financeiro a projetos de voluntariado social. Apoio a iniciativas emblemáticas ou piloto de inovação social que visem:
 - A experimentação de respostas sociais mais eficazes mas de complexa implementação,
 - A criação de empresas sociais associadas ao desígnio de combater o desemprego jovem, a promoção do envelhecimento ativo e saudável e o apoio aos grupos e comunidades menos privilegiados e à sua tomada de decisão.
 - Dar voz ou instrumentos para a assunção da cidadania plena por parte de grupos sociais desfavorecidos, nomeadamente instrumentos digitais.
- Apoio à construção/formulação de instrumentos e métodos de monitorização das políticas de apoio à população, nomeadamente saúde e apoio social, bem como o seu levantamento periódico, o estabelecimento de metodologias de avaliação rigorosa da atribuição dos apoios sociais. Esta ação deverá envolver os parceiros sociais *a priori* à distribuição de fundos. No final do projeto deverá ser equacionada a realização de um relatório conclusivo e de recomendações.
- Ações de capacitação das organizações e de autoridades públicas.

Indicadores de resultado e impacto



População em risco de pobreza

Taxa de Desemprego

Diferença entre o valor das prestações sociais obtidas por homens e mulheres

Beneficiários do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa

Potenciais Promotor(es)

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Câmaras Municipais - Administração central – IEFP e GIP - Hospitais e centros de saúde - CIM RL | <ul style="list-style-type: none"> - Associações de desenvolvimento local – GAL (ADAE, Terras de Sicó e Pinhais do Zêzere) - IPSS - ONG da área social - CLDS |
|--|---|

4 | PROGRAMA REGIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DA ÁGUA

Medidas a desenvolver

- **Elaboração do Plano regional de gestão do ciclo da água, que inclua:**
 - Análise da rede de abastecimento, destinada à verificação de necessidades finais de infraestruturas em baixa ou em alta e à avaliação das perdas.
 - Análise da rede de saneamento doméstico e intervenções destinadas à sua conclusão/melhoria de eficiência.
 - Direcionamento de medidas de eficiência da utilização ou distribuição de água.
 - Implementação de uma solução global de tratamento de efluentes agropecuários.
- **Implementação, monitorização e renovação das infraestruturas de acordo com a avaliação regional executada.**
- **Colocação de sistemas integrados de monitorização à distância das redes de abastecimento e de drenagem de água, com especial enfoque na minimização e perdas existente no sistema.**
- **Apoio à investigação em sistemas ou dispositivos de redução ou reutilização da água no contexto de edifícios públicos, indústrias e unidades de comércio e serviços.**
- **Apoio a projetos-piloto de experimentação orientados para:**
 - Redução de perdas no sistema de abastecimento de água
 - Redução ou reutilização da água, no contexto de edifícios públicos ou em edifícios privados, tendo em vista a implementação de um ciclo de reaproveitamento ou reutilização.
 - Redução ou reutilização da água, em áreas de acolhimento empresarial, tendo em vista a implementação de um ciclo de reaproveitamento ou reutilização.
- **Criação do Observatório da Sustentabilidade da região de Leiria (complementar à medida 5).**
- **Sistema regional permanente de controlo da qualidade da água de consumo e dos cursos de água da região.**
- **Realização de ações e campanhas de sensibilização e informação para a valorização do recurso água, nomeadamente a implementação de uma estratégia de Intervenção de Educação Ambiental, ou seja um Programa de Educação Ambiental “Educar para Agir” fundamentalmente centrado na**

rede escolar da região de Leiria.

- Apoio na organização de debates, conferências e outros momentos de trocas de experiências e boas práticas de gestão da água.

Indicadores de resultado e impacto

Taxa de cobertura do saneamento básico

Proporção de água segura para consumo humano

Água distribuída / consumida por habitante

Potenciais Promotor(es)

- Câmaras Municipais e respetivos Serviços municipalizados de Água e Saneamento
- Agência Portuguesa do Ambiente e demais entidades de tutela
- SIMLIS
- Empresas
- Associações empresariais
- RECILIS

5 | PROGRAMA REGIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Medidas a desenvolver

- Avaliação regional dos fluxos e destinos de resíduos sólidos na região de Leiria, nomeadamente RSU, industriais e perigosos, em consonância com o PERSU II.
- Desenvolvimento de atividades orientadas para o reforço da eficiência dos sistemas intermunicipais e municipais de gestão e destino final, nomeadamente:
 - Otimização dos sistemas.
 - Racionalização da gestão e procura por economias de escala.
- Apoiar iniciativas-piloto de introdução da variável “ciclo de vida dos produtos” no contexto do aprovisionamento público.
- Realização de concursos de produtos ecológicos ou com processos de fabrico de baixo nível de resíduos/refugos.
- Apoios e incentivos a projetos de Investigação e Desenvolvimento nas seguintes áreas:
 - Desenvolvimento de produtos de reduzida pegada ecológica.
 - Desenvolvimento de produtos com matérias-primas locais ou reutilizadas localmente.
 - Gestão integrada de resíduos sólidos.
 - Gestão coletiva de resíduos, nomeadamente de ecologia industrial.
- Incentivos a projetos-piloto de sistemas alternativos de tratamento de resíduos.
- Ações de recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis.
- Ações de sensibilização para o consumo informado, responsável e sustentável.
- Ações de informação e sensibilização dos consumidores/produtores de resíduos.
- Apoio a operações resultantes de acordos voluntários de conceção de produtos, reciclagem ou reutilização de resíduos sólidos, nomeadamente centrados na gestão de áreas industriais.
- Criação do Observatório da Sustentabilidade da região de Leiria (complementar P4).

- Apoio a ações de desmaterialização das operações de gestão de resíduos.

Indicadores de resultado e impacto

Resíduos encaminhados para a reciclagem e compostagem
Energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis
Consumo de energia elétrica por habitante

Potenciais Promotor(es)

- Autarquias e sistemas multimunicipais
- CIM RL
- Valorlis
- ERSUC
- Empresas
- Associações empresariais

6 | PROGRAMA REGIONAL ENERGIA EFICIENTE E RENOVÁVEL

Medidas a desenvolver

- Inventário e avaliação sistemática dos edifícios públicos (critério de desempenho energético).
- Disseminação dos benefícios e programa de apoio à utilização e sistemas de microgeração.
- Desenvolvimento e implementação de programa de ação regional de apoio à redução da fatura energética nos edifícios e equipamentos públicos e no setor privado (empresas e cidadãos), nomeadamente através de:
 - Desenho e implementação de rede regional de apoio à mobilidade sustentável - Apoio na aquisição de veículos elétricos para utilização por parte de autoridades públicas, nomeadamente nas frotas municipais, transporte coletivo e escolar, serviços municipalizados, pretendendo-se contribuir para o acréscimo da utilização dos postos existentes na região.
 - Apoios à aquisição de componentes para a melhoria de eficiência energética (sombreamento, contadores inteligentes, ventilação natural, coberturas verdes, jardins verticais, isolamento térmico), nomeadamente através da promoção do acesso ao capital no contexto de complementar empréstimos de taxa de juro reduzida.
 - Incentivos diretos à melhoria do desempenho energético de edifícios públicos e privados, incluindo o apoio a obras de beneficiação e à aquisição de equipamento de consumo energético reduzido.
- Operações de simplificação administrativa dos processos de licenciamento e certificação energética.
- Apoio a projetos de demonstração de edifícios eficientes em termos energéticos.
- Criar sistema de apoio e premiar projetos de I&D de:
 - Construção e urbanismo energeticamente eficiente;
 - Soluções de microgeração e promoção da autossuficiência energética;
 - Redução do consumo energético dos processos de tratamento de efluentes domésticos e agroindustriais.

- Utilização de energias provenientes de fontes renováveis diversificadas (eólica, biogás, solar, biomassa) no setor dos transportes e no setor doméstico
- Elaboração de plano integrado regional de valorização da biomassa florestal com definição da capacidade regional e de operações de pedidos de certificação e exploração da biomassa para fins energéticos.
- Operações de valorização energética dos resíduos sólidos e industriais.
- Ações de informação e sensibilização para as temáticas da eficiência energética, energias renováveis e efeitos das emissões GEE orientadas para:
 - Consumidores: Cidadãos e empresas;
 - Profissionais da construção e urbanismo: arquitetos, construtores, empreiteiros, engenheiros civis (requisitos para o desempenho energético mínimo em edifícios, conforto térmico, proteção ambiental, redução das emissões dos gases de efeito estufa, desenho urbano sustentável: sombreamento, ventilação, vegetação, isolamento, etc.)
- Desenvolvimento e divulgação de publicações periódicas - folhetos, catálogos ou livros agregadores de informação dedicados à eficiência energética na região, dedicados à comunidade em geral, ou os atores da construção/reabilitação.
- Criação de certificação regional de eficiência energética, resultante por exemplo da aplicação do certificado de performance energético.

Indicadores de resultado e impacto

Energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis

Energia elétrica produzida em centrais eólicas por sub-região

Consumo de energia elétrica por habitante

Potenciais Promotor(es)

- | | |
|-------------------------------------|---|
| – CIM RL | – Associações florestais e de produtores florestais |
| – Câmaras Municipais | – ENERDURA e AREAC |
| – Centro da Biomassa para a Energia | – Empresas |
| – Instituições de Ensino Superior | |

7 | PROGRAMA REGIONAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Medidas a desenvolver

- Elaboração de Plano de Riscos Naturais e Tecnológicos e de Plano Regional de Proteção Civil, tendo em vista a abordagem de forma integrada aos incêndios, incluindo a análise de viabilidade e o desenvolvimento e implementação de sistemas de monitorização, previsão e alerta de fogos florestais.
- Desenho e implementação de Estratégia Regional para a Floresta com a definição de propostas concretas como:
 - Negociação para diminuição da área mínima da regulamentação das zonas de intervenção florestal (ZIF), tendo por base o contexto e especificidades da região de Leiria;
 - Organização de proprietários florestais em ZIF;

- Certificação florestal;
- Projetos temáticos de integração de proprietários, nomeadamente para:
 - Exploração da madeira;
 - Aproveitamento da biomassa;
 - Exploração de matos e florestas por rebanhos;
 - Valorização de produtos endógenos, como o queijo, o mel entre outros.
 - Aproveitamento para fins turísticos.
- Valorização turística da floresta.
- Modelo de ordenamento e florestação de combate aos riscos florestais tradicionais - plantio de espécies autóctones resistentes ao fogo, etc.
- Financiamento do levantamento e elaboração o ordenamento e cadastro predial (rústico e urbano) da região.
- Desenvolvimento de Plano anual regional de formação e informação para a gestão e valorização ambiental e florestal em domínios como:
 - Práticas agrícolas com consumos mais eficientes ou de valorização das culturas;
 - Modelos policultura - Rentabilização da floresta;
 - Comércio de produtos locais e benefícios do consumo de proximidade;
 - Modelos de produção biológica e tradicional.
 - Fornecimento de serviços turísticos de natureza e aplicação dos princípios da sustentabilidade.
- Criação de Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental, que deverá incluir equacionar e responder a preocupações associadas a:
 - Implementação das medidas de gestão de recursos naturais contantes dos diversos instrumentos de planeamento e ordenamento existentes (PROT, PROF, Planos de Bacias Hidrográficas) com a devida preocupação de avaliação, prioritização e monitorização das mesmas.
 - Implementação de intervenções de naturalização dos leitos e margens dos rios.
 - Implementação de operações de reabilitação e valorização de percursos e praias fluviais.
 - Apoio direto aos proprietários para a adequada gestão e apoio financeiro à reconversão para policulturas.
 - Criação e participação em redes internacionais para troca de experiências e conhecimento na área da gestão sustentável dos recursos florestais.
 - Realização de debates anuais para a determinação e consensualização de métricas de sustentabilidade para os municípios da região e para a discussão da evolução e tendências em matéria de gestão integrada da floresta e proteção da orla costeira e à gestão dos seus recursos.
- Realização de ações de informação e sensibilização da comunidade para os riscos associados ao impacto dos gases de efeito estufa, e as necessárias estratégias de mitigação, tendentes à afirmação de uma Região Verde.
- Elaboração de estratégia integrada de intervenção na orla costeira para fins de valorização, utilização e proteção integrada, nomeadamente:
 - Desenvolvimento de operações/obras de qualificação, compensação e mitigação dos efeitos do recuo da orla costeira.
- Apoio a projetos de ordenamento da orla costeira – intervenções/obras para a adequada apropriação dos espaços.

Indicadores de resultado e impacto

Resíduos encaminhados para a reciclagem e compostagem
 Água distribuída / consumida por habitante



Área florestal certificada

Potenciais Promotor(es)

- CIM RL
- Serviços públicos centrais e regionais das tutelas (água ARH, floresta DRF, etc.)
- Câmaras Municipais
- Instituições de Investigação e Ensino
- Associações de desenvolvimento local
- Associações florestais e de produtores florestais
- Produtores florestais.
- Associações de agricultores

8 | PROGRAMA DE REFORÇO DA I&D E DA INOVAÇÃO

Medidas a desenvolver

- Realização de diagnóstico ao sistema regional de inovação, destinado essencialmente a identificar constrangimentos e necessidades, e desenvolver uma estratégia de especialização inteligente (RIS3).
- Criação, suporte e dinamização de Comité Regional da Inovação, constituído por representantes de empresas, entidades do sistema científico e tecnológico, administração pública, consumidores/utilizadores, agências de financiamento, com a responsabilidade de implementar as recomendações da estratégia de especialização inteligente, o que poderá incluir:
 - Contributo para o alinhamento de objetivos, estratégias e ações entre os agentes do território.
 - Revisão, proposta e coordenação de projetos existentes na área do I&D+i.
 - Análise de práticas e propor metodologias para a consideração da inovação como critério no aprovisionamento público.
 - Apresentação, discussão e difusão do mapa de necessidades de I&D ou necessidades técnicas das empresas.
 - Preocupações de transferência de tecnologia, gestão da inovação nos currículos académicos ou formações avançadas.
 - Criação de grupo de trabalho conjunto para o estudo da redução de burocracias ou a criação de vias verde de autorização/licenciamento/financiamento em particular relativamente a projetos inovadores.
 - Monitorização e avaliação do sistema regional de inovação.
- Apoio à introdução de inovação nas empresas, através de:
 - Constituição de vales inovação PME;
 - Incorporação de novas exigências/caraterísticas nos cadernos de encargos das compras públicas, nas áreas da habitação, energia, transporte ou soluções ambientais.
 - Apoio à contratação e enquadramento de quadros qualificados, nomeadamente intermediários entre a investigação e o mercado (competências de transferência de tecnologia, brokerage, patentes, entre outros).
 - Apoio ao enquadrar gabinetes nos centros tecnológicos e instituições de ensino superior (a nível regional ou nacional) de resolução dos problemas das empresas.
 - Apoio a redes de transferência e valorização do conhecimento entre instituições de ensino superior (IES) e as empresas.
 - Atribuição de bolsa de empreendedores em contexto empresarial.
 - Apoio a spin-offs e start-ups provenientes de IES.
 - Mentoring de IES (investigadores e professores) de desenvolvimento de inovações aplicadas potenciando novos produtos.
- Promoção da investigação de interesse para a região através de:

- Constituição de bolsas de investigação nas áreas de interesse regional, no âmbito tecnológico ou não tecnológico (organização, processos, marketing).
- Atribuição de prémios de mérito de investigação.
- Apoio ao desenvolvimento de acordos de cooperação e mobilidade académica com outras instituições de ensino superior e empresas nacionais e internacionais.
- Atribuição de bolsas de investigação em áreas afetas a atividades tradicionais.
- Apoio à realização de projetos de inovação em parceria, partilhados ou comuns, nomeadamente:
 - Que envolvam as Instituições de Ensino Superior (IES), centros tecnológicos e empresas, com equipas mistas provenientes de todos os parceiros.
 - De empresas em conjunto com os centros de formação profissional.
 - Desenvolvimento ou a aplicação de projetos de investigação na universidade, nas empresas ou outras organizações.
 - Com a administração pública.
- Apoio à consolidação do setor empresarial das diversões: desenvolvimento, criação e fabricação de novos equipamentos
- Dinamização, apoio ou contributo para projetos de demonstração de tecnologias ou produtos de elevado risco ou que envolvam a inovação aberta, com a participação da população, designadamente de acordo com a metodologia *Living Labs*.
- Promoção, apoio e facilitação de redes locais de empresas para melhorar a troca de experiências e de boas práticas de gestão de IDI, bem como de forma a possibilitar dimensão crítica mínima para os esforços de internacionalização.
- Desenvolvimento de estudos e esquemas de vigilância estratégica:
 - Apoio a estudos de mercado e atividades de testes ou experimentação de tecnologia e de produtos.
 - Suporte a ações de vigilância tecnológica e científica.
 - Análise da cadeia de valor dos processos de valorização da I&D, desde a investigação fundamental até à inovação no mercado.
 - Nas áreas e mercados estratégicos / prioritários da região de Leiria, especialmente direcionados para as universidades e centros tecnológicos.
- Organização de eventos e missões:
 - Organização de encontros técnicos, sessões de networking, *brokerage events*, entre outros na região.
 - Organização de missões empresariais e comerciais ao estrangeiro, nomeadamente centros tecnológicos ou iniciativas de *clusters*, que permitam a exposição do saber fazer da região, mas também o ganho de informação e conhecimento ou a inserção em redes.
 - Organização de missões mistas de empresas e entidades públicas.
 - Mobilização as entidades públicas como intermediárias com instituições no estrangeiro.
- Apoio à formação:
 - Apoiar a formação de investigadores e colaboradores de empresas regionais e a sua integração em redes internacionais.
 - Organizar um catálogo das competências de I&D presentes na região, e garantir a sua atualização.
 - Constituir uma bolsa de competências transversais para as organizações: gestão, marketing, design, TIC.
- Apoio à reabilitação e/ou refuncionalização de espaços, ou excecionalmente construção de espaços, para criar uma rede regional de apoio à Inovação adequada às necessidades da região de Leiria, integrando vertentes económicas mais tradicionais e espaços de ensino superior e especializado descentralizados.

- Implementação de ações de promoção da imagem da região de Leiria assentes na dupla divulgação produtos e serviços locais/território.

Indicadores de resultado e impacto

Pedidos de patentes de acordo com a classificação internacional de patentes (IPC)
 Empresas com atividades inovadoras tecnológicas ou não tecnológicas
 Proporção de exportações de bens de alta tecnologia
 Grau de abertura ao comércio internacional
 Projetos de IDI nos setores estratégicos copromovidos entre SCT e empresas
 Taxa de sobrevivência das empresas
 Taxa de natalidade empresarial
 PIB sub-regional a preços correntes
 Crescimento da produtividade sub-regional

Potenciais Promotor(es)

- | | |
|-----------------------------------|----------------------------|
| - CIM RL | - Associações empresariais |
| - Instituições de ensino superior | - Centros tecnológicos |
| - Incubadoras (OPEN, IDD, etc.) | - Empresas |

9 | PROGRAMA + EMPRESAS

Medidas a desenvolver

- Revisão e coordenação de programas existentes de apoio aos empreendedores e incubadoras de empresas, acompanhando a prossecução do apoio à rede de suporte e promoção do empreendedorismo da região de Leiria, especificamente no que se refere a:
 - Concurso de ideias;
 - Oficinas de criatividade;
 - Encontros de matching empreendedores/investidores;
 - Contratação de apoio especializado (apenas em casos previamente identificados, e que necessitem de competências de apoio que não se encontrem declaradamente na região).
- Estabelecimento de um sistema único regional de apoio ao empreendedor e ao empresário, a partir do capital relacional e de conhecimento originado pela Rede de Empreendedorismo.
- Conclusão da rede de espaços de acolhimento empresarial e logístico de acordo com necessidades da região e concretização de investimentos em infraestruturas de mobilidade do tipo *last mile*.
- Criação de condições adequadas ao acolhimento de empresas de base agrícola – ordenamento do território/regras e espaços adequados às características da sub-região.
- Apoio a iniciativas de criação de empresa provenientes de pessoas inseridas em grupos sociais desfavorecidos ou com dificuldades em aceder ao capital de risco, nomeadamente:
 - Atribuição de via verde no acesso a incubadoras.
 - Participação nos custos de localização.
 - Acesso a consultoria especializada.
- Criação de grupo de trabalho conjunto para o estudo da redução de burocracias ou a criação de vias verde de autorização/licenciamento/financiamento e simplificação do acesso a capitais de risco, em particular relativamente a projetos inovadores.
- Desenvolvimento de programa de suporte e promoção do empreendedorismo no ensino superior (em

moldes semelhantes ao programa escolar), incluindo:

- Introdução de módulos de empreendedorismo nos currículos.
- Formação avançada em empreendedorismo e valorização de projetos de I&D.
- Realização de concurso de ideias, workshops de criatividade, encontros de Matching empreendedores/investidores
- Apoio ao surgimento de *business angels* na região, nomeadamente através da criação de bolsas de financiamento complementar, a serem acionadas apenas como complemento de investimento privado.
- Formação e difusão a técnicos das incubadoras de empresas.
- Formação e difusão de informação especializada para empreendedores e empresários até aos 2 anos de atividade.
- Organização de jornadas técnicas, sessões de networking, missões empresariais e visitas a incubadoras de empresas, em Portugal ou no estrangeiro, estruturadas de acordo com as seguintes tipologias fundamentais: base tecnológica, base local, economia social.
- Apoio a estágios de empreendedores em incubadoras no estrangeiro.
- Desenvolvimento de campanhas de informação e sensibilização da população.

Indicadores de resultado e impacto

Empresas com atividades inovadoras tecnológicas ou não tecnológicas
 Projetos de IDI nos setores estratégicos copromovidos entre SCT e empresas
 Taxa de sobrevivência das empresas
 Taxa de natalidade empresarial
 PIB sub-regional a preços correntes
 Crescimento da produtividade sub-regional

Potenciais Promotor(es)

- | | |
|-----------------------------------|--|
| - CIM RL | - Associações de desenvolvimento local – GAL |
| - Autarquias | (ADAE, Terras de Sicó e Pinhais do Zezere) |
| - Instituto Politécnico de Leiria | - Associações empresariais |
| - Incubadoras (OPEN, IDD, etc.) | - Centros tecnológicos |

10 | PROGRAMA LEIRIA DIGITAL 3.0

Medidas a desenvolver

- Estudo de análise da situação atual do fornecimento, acesso e utilização das tecnologias de informação e comunicação pelas empresas, administração pública e famílias.
- Fecho da rede de infraestruturação, de acordo com análise anterior.
- Melhoria da disponibilização de formação de competências em TIC, em diversas áreas – ensino formal, formação, no contexto empresarial, no contexto autárquico no contexto das IPSS.
- Disponibilização de suportes *online* (desmaterialização de processos) para:
 - Integração de informação presentemente desconcentrada ou inexistente, referente ao território, empresas, serviços, etc.
 - Prestação de serviços à distância e serviços públicos – transportes, saúde, educação.
 - Abertura a processos de participação pública.
 - Utilização de pagamento eletrónico de serviços municipais de proximidade.
- Generalização da utilização tendencial de *software* gratuito.

- Criação de plataforma aberta aos cidadãos, segmentada por jovens, idosos, estrangeiros, estudantes, entre outros, com o intuito de constituir-se como uma plataforma para a expressão cidadã, para a comunicação mútua e para a comunicação com a administração pública.
- Apoio à implementação de projetos experimentais de aplicação das TIC para a resolução de problemas quotidianos de gestão eficiente dos recursos públicos, nomeadamente no espaço público das cidades e vilas e que poderão passar por:
 - Desenvolvimento de plataforma com informação de cadastro georreferenciado de infraestruturas desde saneamento, abastecimento de água, comunicações, gás entre outros, por forma a auxiliar o melhor planeamento e gestão de intervenções por parte das diferentes entidades com responsabilidade para tal e minimizar assim o impacto de intervenções não articuladas em infraestruturas enterradas.
 - Desenvolvimento de ferramentas digitais que podem ser mobilizadas pelos cidadãos (lógica DIY)
 - Gamificação de conceitos relacionados com a cidadania, com a política, com a economia ou com o quotidiano dos cidadãos.
- Participação em projetos internacionais associados à temática *Smart Cities*.
- Apoio a formação para a info-inclusão, em particular no que se refere a grupos sociais específicos.
- Formação básica, intermédia e avançada de utilização de tecnologias de informação e comunicação, direcionadas não só para a população em geral, mas também para empresas e outras organizações.

Indicadores de resultado e impacto

Percentagem de indivíduos com idade entre 16 e os 74 anos que utilizam computador
 Percentagem de indivíduos com idade entre 16 e os 74 anos que utilizam Internet
 Percentagem de empresas a utilizar a internet para interagir com a administração pública

Potenciais Promotor(es)

- CIM RL
- Câmaras Municipais

11 | PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

Medidas a desenvolver

- Elaboração de diagnóstico do sistema urbano da região de Leiria, incluindo os índices de ocupação e utilização dos edifícios, a rede de acessibilidades, as atividades comerciais e industriais, etc.
- Elaboração e Implementação de Estratégia de Intervenção nos Centros Urbanos, com o estabelecimento de prioridades de intervenção, de acordo com o diagnóstico referido. As intervenções poderão ter efeito em:
 - Sistemas de transportes públicos.
 - Rede de mobilidade sustentável urbana e interurbana.
 - Estrutura verde.
 - Equipamentos públicos, incluindo a necessidade de construção de crematório.
 - Espaço público.
 - Requalificação e/ou refuncionalização de edifícios públicos e privados.
 - Infraestruturas básicas.

- Realização de Intervenções de requalificação urbana, nas diferentes tipologias de aglomerados da região, de acordo com os princípios de sustentabilidade e com a estratégia de intervenção definida (articulação com a medida 6).
- Conclusão da rede de espaços de acolhimento empresarial e logístico de acordo com necessidades da região e concretização de investimentos em infraestruturas de mobilidade do tipo *last mile* (articulação com a medida 9).
- Criação de condições adequadas ao acolhimento de empresas de base agrícola – ordenamento do território/regras e espaços adequados às características da sub-região (articulação com medida 9).
- Desenvolvimento de avaliação regional de sistemas de mobilidade com identificação de constrangimentos (exemplo: articulação de sistemas de transportes com os espaços de produção e de conhecimento, nomeadamente a rede escolar de nível profissional e superior), apoio à inter/multimobilidade, com especial ênfase para a valorização da presença de estruturas de transporte aéreo, ferroviário e rodoviário (Base Aérea de Monte Real e transporte ferroviário);
- Apoio direto a obras de beneficiação dos sistemas e infraestruturas de mobilidade e transportes orientados para a melhoria das ligações intra e inter-regionais, entre as quais o destaque para a gestão do fluxo de passageiros (sazonais e diários) com base em sistemas adequados de transporte público rodoviário, ferroviário e aéreo; e fluxo de mercadorias, igualmente apostando nas infraestruturas adequadas, destaque para o modo ferroviário e aéreo como complemento ao sistema rodoviário.
- Apoio à reabilitação e/ou refuncionalização de espaços, ou excecionalmente construção de espaços, para criar uma rede regional de apoio à Inovação adequada às necessidades da região de Leiria, integrando vertentes económicas mais tradicionais e espaços de ensino superior e especializado descentralizados (articulação com a medida 8).

Indicadores de resultado e impacto

Taxa de Desemprego
 Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros
 Consumo de energia elétrica por habitante

Potenciais Promotor(es)

- Organismos de tutela Infraestruturas e material circulante – modo ferroviário
- Organismos de tutela Infraestruturas aeroportuárias base aérea de Monte Real
- CIM RL
- Câmaras Municipais
- Empresas

12 | PROGRAMA DE EXPANSÃO DO *CLUSTER* DOS MOLDES, FERRAMENTAS ESPECIAIS E PLÁSTICOS

Medidas a desenvolver

- Atualização da análise e mapeamento do *cluster*, preferencialmente no âmbito de estratégia de especialização inteligente, importando a identificação de constrangimentos e oportunidades de investimento, tecnologias-chave, áreas charneira de expansão do *cluster* e mercados a explorar.
- Apoio à formação e atração de talento para o *cluster*:
 - Constituição de um consórcio para a adequação das ofertas de formação com a procura por parte das empresas dos setores do *cluster*.
 - Implementação de sistema de formação-ação nas empresas do *cluster*.

- Criação de unidade de apoio ao *cluster* nos gabinetes de TT das IES.
- Estudo para a constituição de novas formações, de interesse para o *cluster*.
- Formação intermédia e avançada de nível doutoral e pós-doutoral.
- Apoio a investimentos de promoção da inovação incremental e não tecnológica, nomeadamente que tenham reflexo na melhoria da eficiência nos processos de fabrico, na implementação de novos processos, na melhoria do *design* ou do marketing.
- Apoio a projetos de investigação:
 - Nas áreas do *cluster*.
 - Nas áreas limítrofes do *cluster*.
 - Em áreas chave do mercado das empresas da região de Leiria: saúde, eletrónica, aeronáutica, embalagem, energia e ambiente e vidro, onde seja visível a aplicação de moldes ou plásticos.
 - Com articulação com outros *clusters* regionais, especialmente a Floresta e o Habitat.
 - Nas tecnologias de largo espectro, como por exemplo os materiais inteligentes.
- Apoio a aceleração de dinâmicas empreendedoras, especialmente no tocante à mobilização de capital para as start-up de alta tecnologia, a que acresce a concessão de condições indispensáveis para a sua localização adequada nas incubadoras.
- Apoio à abertura ou à intensificação das trocas nos mercados globais:
 - Apoio à participação internacional em eventos ou missões.
 - Estabelecimento de trocas internacionais de estudantes nas áreas da Clusterização.
 - Apoio e assistência à exportação e às redes de exportação.
- Apoio na formulação e implementação de estratégias de marketing do setor.
- Análise da sustentabilidade da iniciativa de *cluster*.

Indicadores de resultado e impacto

Pedidos de patentes de acordo com a classificação internacional de patentes (IPC)
 Empresas com atividades inovadoras tecnológicas ou não tecnológicas
 Proporção de exportações de bens de alta tecnologia
 Grau de abertura ao comércio internacional
 Projetos de IDI nos setores estratégicos copromovidos entre SCT e empresas
 Taxa de sobrevivência das empresas
 Taxa de natalidade empresarial
 PIB sub-regional a preços correntes
 Crescimento da produtividade sub-regional (base 2006)

Potenciais Promotor(es)

- Centro tecnológico
- Poolnet
- Associações empresariais
- Centros de formação especializado Empresas

13 | PROGRAMA DE INCENTIVO À CONSOLIDAÇÃO DA INICIATIVA DO CLUSTER DO HABITAT

Medidas a desenvolver

- Realização de estudo relativo à situação das empresas dos setores da construção (cerâmica, pedra, madeiras, etc.), que poderão consubstanciar um *cluster* do habitat. Preferencialmente no seio de estratégia de especialização inteligente, importa obter informação sobre o contexto atual, nomeadamente:
 - Ambiente regulatório e de taxas.
 - Recursos humanos.
 - Tecnologias utilizadas e acessíveis.
 - Disponibilidade/facilidade de obtenção de capital.
 - Situação económica.
 - Identificação de constrangimentos e oportunidades de investimento,
 - Relações mútuas e com outros *clusters*, e
 - Mercados a explorar.
- Análise da sustentabilidade da iniciativa de “*cluster*”.
- Construção de lideranças e parcerias:
 - Dinamização de oportunidades para a colaboração entre empresas, com a colaboração do gestor do *cluster* Habitat nacional (Plataforma para a Construção Sustentável).
 - Identificação de equipa responsável pela liderança do processo.
- Apoio à formação e atração de talento para o *cluster*:
 - Estruturar as ofertas formativas atuais e novas ofertas formativas na área dos materiais e habitat para criar quadros médios e superiores com competências específicas para o setor.
 - Constituição de um consórcio para a adequação das ofertas de formação com a procura por parte das empresas.
 - Sistema de formação-ação nas empresas do *cluster*.
 - Criação de unidade de apoio ao *cluster* nas IES, da região de Leiria ou no exterior.
 - Estudo para a constituição de novas formações, com interesse para o *cluster*.
- Apoio a investimentos (em consórcio ou individualmente) de promoção da inovação incremental, nomeadamente decorrentes:
 - Da incorporação e valorização de recursos locais, nomeadamente a rocha e a floresta nas soluções de construção.
 - No desenvolvimento de soluções pré-fabricadas.
 - Da incorporação de considerações de ciclo de vida na cadeia de valor.
 - De sistemas construtivos integrados.
 - De eficiência energética ou de minimização de impactos ecológicos.
- Apoio à construção de estruturas físicas especialmente equipadas para a instalação e acolhimento de empresas dos setores do *cluster*, e destinadas a fomentar dinâmicas de inovação baseada no local (*place-based innovation*).
- Apoio a investimentos de inovação não tecnológica, nomeadamente que tenham reflexo na melhoria

da eficiência nos processos de fabrico, na implementação de novos processos, na melhoria do *design* ou do marketing.

- Apoio a projetos de investigação:
 - Nas áreas do *cluster*.
 - Com articulação com outros *clusters* regionais, especialmente a Floresta e os Moldes.
 - Nas tecnologias de largo espetro, como por exemplo novos materiais, em novas aplicações para os materiais existentes, em materiais inteligente ou de fácil ou imediata aplicação.
- Apoio a aceleração de dinâmicas empreendedoras, especialmente no tocante à mobilização de capital para as start-up de elevado valor acrescentado.
- Apoio ao estabelecimento de parcerias que possibilitem a experimentação de sistemas construtivos integrados que permitam a reutilização e/ou a reciclagem de recursos (ex. na administração pública)
- Apoio à abertura ou à intensificação das trocas nos mercados globais:
 - Apoio à participação internacional em eventos ou missões.
 - Estabelecimento de trocas internacionais de estudantes nas áreas da Clusterização.
 - Apoio e assistência à exportação e às redes de exportação.
- Apoio na formulação e implementação de estratégias de marketing do setor.

Indicadores de resultado e impacto

População entre os 18 e os 65 anos a frequentarem ações de aprendizagem ao longo da vida
 Resíduos encaminhados para a reciclagem e compostagem
 Consumo de energia elétrica por habitante
 Área florestal certificada
 Pedidos de patentes de acordo com a classificação internacional de patentes (IPC)
 Empresas com atividades inovadoras tecnológicas ou não tecnológicas
 Proporção de exportações de bens de alta tecnologia
 Grau de abertura ao comércio internacional
 Projetos de IDI nos setores estratégicos copromovidos entre SCT e empresas
 Taxa de sobrevivência das empresas
 Taxa de natalidade empresarial
 PIB sub-regional a preços correntes
 Crescimento da produtividade sub-regional (base 2006)

Potenciais Promotor(es)

- Associações empresariais
- Centros de formação especializados
- Empresas

14 | PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DA FLORESTA

Medidas a desenvolver

- Elaboração de diagnóstico e mapeamento de aproveitamento dos recursos florestais: biomassa, turismo, gastronomia específica e madeira, em conjunto com o seu papel ecológico.
- Apoio direto e implementação do processo de certificação da floresta da região para madeira e outros fins.
- Construção do Parque Temático da Floresta, de demonstração das técnicas associadas a este recurso.
- Apoio a processos de reflorestação recorrendo a leque diversificado de espécies (ver complementaridade com P7)
- Criação de condições adequadas ao acolhimento de empresas de base agrícola – ordenamento do território/regras e espaços adequados às características da sub-região (articulação com medida 9).
- Apoio a projetos de inovação ou de investigação de:
 - Desenvolvimento de novos produtos florestais.
 - Aplicação dos recursos florestais em outros domínios como o Habitat.
 - Aplicação das TIC na monitorização da floresta.
 - Produtos florestais de qualidade.
- Identificação e criação de polos de venda e distribuição dos produtos da floresta – economias de escala e possibilidade de entrada em mercados.
- Mercado de Carbono.
- Formação a agentes do setor, nomeadamente na área da certificação florestal.
- Ações de monitorização da floresta (ver complementaridade com medida 7)

Indicadores de resultado e impacto

População entre os 18 e os 65 anos a frequentarem ações de aprendizagem ao longo da vida
 Resíduos encaminhados para a reciclagem e compostagem
 Consumo de energia elétrica por habitante
 Área florestal certificada
 Pedidos de patentes de acordo com a classificação internacional de patentes (IPC)
 Empresas com atividades inovadoras tecnológicas ou não tecnológicas
 Proporção de exportações de bens de alta tecnologia
 Grau de abertura ao comércio internacional
 Projetos de IDI nos setores estratégicos copromovidos entre SCT e empresas
 Taxa de sobrevivência das empresas
 Taxa de natalidade empresarial
 PIB sub-regional a preços correntes
 Crescimento da produtividade sub-regional (base 2006)

Potenciais Promotor(es)

- Câmaras municipais
- Associações florestais e Proprietários
- Associações empresariais
- Centros de formação especializado Empresas
- Empresas

15 | PROGRAMA DE DIVERSIFICAÇÃO DE OFERTA TURÍSTICA

Medidas a desenvolver

- Apoio à criação do gabinete de promoção do destino região de Leiria, articulado com o Turismo do Centro, com a responsabilidade de integração da informação e promoção nacional e internacional, decorrente da agregação de atores regionais com o objetivo de alcançar níveis críticos de atuação, em torno da marca “Maravilhas” e “Diversidade Concentrada”.
- Criação de consórcio de promoção do destino região de Leiria, que agregue os atores do setor, nomeadamente hotelaria, restauração, museus, câmaras municipais, termas, associações culturais, operadores de transporte, empresas de animação, entre outros. O consórcio será estruturado de acordo com em sub-redes estruturadas de acordo com as seguintes motivações: cultural e paisagista, saúde e bem-estar, natureza e de negócios.
- Elaboração do Programa Regional de Turismo, articulado com redes e projetos regionais, como é o caso, a norte, da rede de Aldeias de Xisto e a Rede de Praias Fluviais, enquadrador do desenvolvimento de iniciativas estruturantes para a integração da oferta turística, nomeadamente:
 - Desenho integrado de roteiros de experiências (paisagens, eventos, gastronomia, produtos endógenos, história, etc.).
 - Intervenções na rede de alojamentos no sentido de incremento da qualidade da oferta.
 - Qualificação das instalações e serviços de apoio ao turista, tais como restauração, mobilidade, comércio tradicional.
 - Incorporação de produtos locais na cadeia de fornecedores da rede de operadores e no contexto da promoção turística.
 - Criação de Portal “Turismo Região de Leiria”, para integração e disponibilização online da informação.
 - Criação do Portal “Invest Região de Leiria”.
 - Presença em *websites* externos.
 - Produção de materiais de divulgação.
- Organização de eventos fora da estação alta e relacionados com os recursos culturais e sociais locais – gestão integrada de eventos dos 10 municípios.
- Criação de marca única regional, e respetivas marcas associadas a cada motivação turística.
- Apoio à integração de marketing, gestão e *design* nas estratégias empresariais do setor.
- Apoio ao processo de internacionalização do setor:
 - Participação em eventos e missões empresariais no estrangeiro.
 - Convite a agentes externos para viagens de familiarização.
- Criação de materiais promocionais.
- Implementação de campanhas promocionais sazonais.
- Formação aos técnicos de turismo, nomeadamente para a qualidade no acolhimento, língua estrangeira, etc.

Indicadores de resultado e impacto

Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros

Potenciais Promotor(es)

- | | |
|----------------------|---------------------|
| – CIM RL | – Turismo do Centro |
| – Câmaras municipais | – Empresas |
| – | |

3.6 Síntese

Em síntese, na tabela seguinte é apresentada a correlação entre as medidas propostas e a estratégia apresentadas nos pontos anteriores, nomeadamente os eixos e objetivos estratégicos.

Tabela 14. Correlação das medidas a desenvolver e eixos /objetivos estratégicos.

	simplicificação administrativa	educação e competências	coesão social	gestão dos recursos	alterações climáticas	i&d+i e internacionalização	empreendedorismo	sociedade digital	reabilitação urbana	especialização inteligente - moldes	especialização inteligente - Habitat	especialização inteligente - Floresta	especialização inteligente - Turismo
1 Programa + escola													
2 Sistema regional de qualificação e respostas profissionais													
3 Sistema regional de apoio à inclusão e coesão													
4 Programa regional de gestão integrada da água													
5 Programa regional de gestão integrada de resíduos sólidos													
6 Programa regional energia eficiente e renovável													
7 Programa regional de proteção ambiental													
8 Programa de reforço da i&d e da inovação													
9 Programa + empresas													
10 Programa leiria digital 3.0													
11 Programa de requalificação urbana e da mobilidade sustentável													
12 Programa expansão do cluster dos moldes, ferramentas especiais e plásticos													
13 Programa incentivo à consolidação da iniciativa do cluster do habitat													
14 Programa valorização económica da floresta													
15 Programa de diversificação da oferta turística													

À semelhança do exercício realizado na tabela 12, considerando a necessária demonstração do alinhamento das medidas a desenvolver com as áreas temáticas constantes do convite à apresentação de candidaturas, apresenta-se na tabela seguinte a matriz de correlação entre medidas e áreas temáticas na qual se verifica o pleno alinhamento da EIDT com os requisitos temáticos expressos.

Tabela 15. Matriz de correlação das medidas Leiria 2020 e áreas temáticas do convite PT 2020 nº1/2014.

	Desenvolvimento urbano	Articulação territorial de competências municipais	Competitividade económica local	Promoção da inclusão social
1 Programa + escola		+++		+++
2 Sistema regional de qualificação e respostas profissionais		+++	+++	++
3 Sistema regional de apoio à inclusão e coesão	+	+++	+	+++
4 Programa regional de gestão integrada da água	++	+	+	
5 Programa regional de gestão integrada de resíduos sólidos	++	+	+	
6 Programa regional energia eficiente e renovável	++	+	+	
7 Programa regional de proteção ambiental	++	++	++	++
8 Programa de reforço da i&d e da inovação		+	+++	+
9 Programa + empresas		++	+++	+
10 Programa leiria digital 3.0	+	+++	+	+
11 Programa de requalificação urbana e da mobilidade sustentável	+++	+		
12 Programa expansão do <i>cluster</i> dos moldes, ferramentas especiais e plásticos			+++	+
13 Programa incentivo à consolidação da iniciativa do <i>cluster</i> do habitat	++		+++	+
14 Programa valorização económica da floresta			+++	+
15 Programa de diversificação da oferta turística	++		+++	+

Legenda: impacto muito elevado: +++ ; impacto elevado: ++ ; impacto médio: +

Considerando ainda a necessária articulação do Programa Regional Centro 2020 com a EIDT da região de Leiria 2020, e vice-versa, procedeu-se a uma verificação do alinhamento. De salientar que, em todas as atividades do GAR, esteve presente um representante da CCDRC o que

permitiu assegurar a devida articulação e acompanhamento das opções sub-regionais (NUTS III) e alinhamento das opções da região (NUTS II). No documento estratégico regional do CENTRO são estabelecidas as seguintes prioridades Nucleares:

1. Sustentar e Aumentar a Criação de Valor
2. Estruturar uma Rede Policêntrica de Cidades de Média Dimensão
3. Gerar, Captar e Reter Talento
4. Reforçar a Coesão Territorial
5. Dar Vida e Sustentabilidade às Infraestruturas Existentes
6. Consolidar a Capacitação Institucional

Face ao exposto é possível afirmar que existe um pleno alinhamento entre as estratégias definidas para a NUTS III região de Leiria e para a NUTS II região centro, como se demonstra na tabela seguinte.

Tabela 16. Matriz de correlação entre medidas região de Leiria 2020 e CENTRO 2020.

Região de Leiria 2020	CENTRO 2020		Programa Operacional (eixos)
	EIXO Correspondente	Domínios diferenciadores	
1 Programa + escola	EIXO 2	Transversal	EDUCAR
2 Sistema regional de qualificação e respostas profissionais	EIXO 2	Transversal	EMPREGAR
3 Sistema regional de apoio à inclusão e coesão	EIXO 3	Transversal	APROXIMAR
4 Programa regional de gestão integrada da água	EIXO 5	Transversal	PRESERVAR
5 Programa regional de gestão integrada de resíduos sólidos	EIXO 5	Transversal	Gestão de resíduos e descontaminação dos solos
6 Programa regional energia eficiente e renovável	EIXO 5	Transversal	PERENE
7 Programa regional de proteção ambiental	EIXO 5	Transversal	PRESERVAR SUSTENTAR
8 Programa de reforço da i&d e da inovação	EIXO 1	Transversal	COMPETIR IDEIAS DINAMIZAR
9 Programa + empresas	EIXO 1 e EIXO 2	Transversal	COMPETIR IDEIAS EMPREGAR TALENTO
10 Programa leiria digital 3.0	Transversal	Transversal	DINAMIZAR
11 Programa de requalificação urbana e da mobilidade sustentável	EIXO 4	Transversal	URBES CONVERGIR
12 Programa expansão do <i>cluster</i> dos moldes, ferramentas especiais e plásticos	EIXO 1	Materiais	ESPECIALIZAR
13 Programa incentivo à consolidação da iniciativa do <i>cluster</i> do habitat	EIXO 1	Materiais TICE Floresta	ESPECIALIZAR
14 Programa valorização económica da floresta	EIXO 1	Floresta	ESPECIALIZAR
15 Programa de diversificação da oferta turística	EIXO 1	Turismo Mar	ESPECIALIZAR

4. MODELO DE GOVERNAÇÃO

(alínea d) do ponto 5. do convite)

A Estratégia da região de Leiria 2020 não deverá ser estática, devendo prever mecanismos que permitam o acompanhamento das dinâmicas de desenvolvimento regional, bem como a monitorização constante das estratégias e indicadores assumidos por parte de todos os agentes de desenvolvimento da região.

4.1 Modelo de gestão e organização

A implementação da Estratégia deve acontecer de forma integrada, demonstrando a complementaridade entre investimentos públicos e privados para o alcance das metas e objetivos definidos. Assume-se assim um modelo de gestão e organização multinível que permita garantir *ex-ante* as condições de execução da EIDT.

Com base no exposto, nos pontos seguintes apresenta-se a proposta de modelo de gestão e organização que se considera melhor responder aos desafios da EIDT, tendo em conta os diferentes agentes que terão um papel decisivo na implementação das medidas propostas.

Importa salientar que a implementação da EIDT é da responsabilidade de todos os agentes públicos e privados da região. Assim, independentemente do modelo de gestão dos financiamentos sub-regionais, deverão estes agentes integrar o GAR (constituído para o desenvolvimento da EIDT e que se prevê possa permanecer na fase de implementação e monitorização) responsável pelo acompanhamento da implementação, em paralelo com o Conselho Estratégico Intermunicipal, com o mesmo papel.

A coordenação geral e monitorização da implementação será responsabilidade da CIMRL, que afetará uma equipa de 2 pessoas a estas tarefas. Será também responsabilidade da CIM a atualização da bateria de indicadores, através do Observatório sub-regional. Para esta última tarefa será crucial o envolvimento de todos os promotores e entidades gestoras de programas e projetos com incidência na região, para que facultem informação atualizada.

“Estas estratégias devem traduzir quadro estratégico sub-regional completo e claro, devidamente articulado com a estratégia dinamizada pela CCDR, que garante a coerência das intervenções, independentemente da forma como são implementadas, permitindo integrar estratégias de desenvolvimento rural, desenvolvimento urbano e de desenvolvimento das zonas costeiras como parte integrante do desenvolvimento regional. As EIDT reconhecidas constituirão igualmente referenciais no âmbito de outras intervenções, designadamente na componente das estratégias subregionais centradas na promoção da competitividade empresarial.”(convite nº1/2014 do Portugal 2020)

Com base no exposto no convite e no definido no DL 137/2014 de 12 de setembro, a implementação das medidas constantes da EIDT será responsabilidade de múltiplas entidades (entidades gestoras de instrumentos como os ITI e DLBC e promotores individuais), pelo que a gestão e implementação de projetos caberá a este conjunto alargado de entidades, devendo haver a preocupação permanente de alinhamento com a EIDT (ver figura seguinte).



Figura 32. Modelo de gestão e monitorização.

Fonte: CIM RL, 2013.

Prevê-se assim 3 níveis no modelo de gestão e monitorização:

- Coordenação geral e monitorização da EIDT: responsabilidade da CIM, tendo por base a estruturação de informação e mobilização dos stakeholders;

- Acompanhamento: responsabilidade do conselho Estratégico Intermunicipal e GAR, tendo por base a informação disponibilizada pela CIM;
- Gestão e implementação: responsabilidade das entidades gestoras de diferentes instrumentos de gestão de fundos e de promotores de projetos, tendo por base o necessário alinhamento com a EIDT.

4.2 Mecanismos de acompanhamento, monitorização e autoavaliação/mecanismos de *intelligence* e gestão de redes

A implementação da Estratégia deverá ser acompanhada por um processo objetivo e expedito de avaliação do seu sucesso, que permita, de uma forma ágil e em tempo útil, detetar pontos críticos na implementação da mesma e introduzir as necessárias medidas corretivas. Assim, à semelhança do que tem vindo a ser feito em diferentes regiões europeias será aconselhável existir uma estrutura de acompanhamento e gestão que se responsabilize pela eficiência do processo de avaliação.

Para garantir uma governação sugere-se a implementação dos seguintes mecanismos de acompanhamento, monitorização e autoavaliação/mecanismos de *intelligence* e gestão de redes:

- Reuniões anuais de acompanhamento com o Conselho Estratégico Intermunicipal e o GAR, convocadas pela CIM, com o objetivo de efetuar uma análise crítica da implementação da EIDT, criando condições para a formulação de medidas corretivas e ajustamentos às metodologias adotadas.
- Realização de reuniões trimestrais de coordenação e monitorização realizadas com as EG /promotores de projetos, convocadas pela CIM, com o objetivo de garantir a implementação da EIDT através de projetos alinhados e coerentes e que permitam a concretização das metas estabelecidas.
- Atualização trimestral dos indicadores, com atualização de valores alcançados. Uma tarefa da responsabilidade da CIM com o envolvimento direto das EG/promotores que devem facultar informação real nas reuniões trimestrais de coordenação. A análise periódica é materializada em relatórios semestrais de execução.

- Elaboração de relatórios semestrais de execução da EIDT, com a sua evolução e a verificação da implementação.

A implementação destes mecanismos será fundamental para o sucesso da EIDT, garantindo que a região tem uma maior capacidade prospetiva para diferentes tipos de ameaças, que incluam situações novas e até pouco prováveis, detetando precocemente sinais de perturbação no horizonte de origem interna ou externa.

4.3 Recursos e competências

A implementação da EIDT, conforme se propõe na figura anterior, terá afeta uma pequena equipa da CIM. Esta equipa será constituída por duas pessoas (ver tabela seguinte) podendo contar com colaborações pontuais de outros técnicos da CIM e de entidades parceiras com um papel ativo no modelo de gestão e monitorização.

Prevê-se que a necessidade dos seguintes recursos humanos: um coordenador técnico e um gestor de projeto. No quadro seguinte apresentam-se as competências e funções da equipa interna da CIM a afetar à EIDT.

Tabela 17. Recursos humanos a afetar à EIDT - Quadro Síntese.

Funções no Projeto	Competências - responsabilidades
Coordenador– 1º Secretária da CIM	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coordenação geral; ▪ Responsável pela implementação e gestão executiva; ▪ Representação em atividades/ações do GAR; ▪ Avaliar a evolução da execução física e financeira das medidas; ▪ Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos.
Gestor de Projeto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; ▪ Disseminação da EIDT: press-releases, redes sociais, etc.; ▪ Realiza ações/atividades de economia/gestão financeira; ▪ Elaboração de elementos informativos; ▪ Apoio e organização das ações de demonstração e disseminação; ▪ Elaboração de relatórios semestrais de acompanhamento e execução da EIDT; ▪ Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços; ▪ Atualização do observatório sub-regional.

O **Coordenador** participa nas reuniões anuais de acompanhamento e reuniões trimestrais de coordenação e monitorização na qualidade de interlocutor e responsável da CIM, apresentando os relatórios de execução e outra informação pertinente.

O **Gestor de Projeto** é responsável pelo levantamento e recolha de informação para atualização do ponto de situação da execução da EIDT e para a atualização dos indicadores. Deverá assim ser responsável pela correta implementação dos mecanismos de acompanhamento, monitorização e autoavaliação/mecanismos de *intelligence* e gestão de redes. Aquando da elaboração de relatórios semestrais de acompanhamento e execução da EIDT o gestor deverá procurar complementaridades e soluções inovadoras para potenciar os resultados dos projetos, bem como reportar dificuldades, desvios e problemas ao coordenador para que sejam discutidas nas reuniões.

4.4 Parcerias e redes

“(...) o desenvolvimento de projetos inovadores, por norma em parceria, juntamente com a concretização de diferentes ações, combinando atividades de construção de consensos, de análise de boas práticas, de análise das necessidades de serviços de apoio, de definição de quadros estratégicos, criou sinergias entre diferentes atores e potenciou os resultados muito para além dos resultados imediatos que se teriam se as diferentes ações tivessem sido desenvolvidas de uma forma isolada...”

Estudo do Impacto das Estratégias Regionais de Inovação na Competitividade e no Emprego em Portugal (SPI, 2005).

A correta implementação da EIDT depende do envolvimento de diversas entidades locais regionais, nacionais e internacionais e da capacidade de, entre eles se estabelecerem parcerias e redes.

Destacam-se as entidades já apresentadas no ponto 2.4. e com as quais existe um histórico muito relevante de cooperação. A identificação das entidades estratégicas com as quais a CIM já possui ou irá desenvolver parcerias e redes é sistematizada na tabela seguinte.

Tabela 18. Parceiros / potenciais promotores das medidas a implementar na região no período 2014- 2020.

DESIGNAÇÃO	PROMOTORES
1 Programa + escola	<ul style="list-style-type: none"> • Escolas (ensino básico, secundário e profissional) • Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIM RL) • Instituto Politécnico de Leiria (escolas e incubadora IDD) • Associações de desenvolvimento local – GAL (ADAE, Terras de Sicó e Pinhais do Zezere)
2 Sistema regional de qualificação e respostas profissionais	<ul style="list-style-type: none"> • Escolas secundárias • Escolas profissionais • Centros de formação profissional do IEFP • Instituto Politécnico de Leiria • Incubadoras • Empresas • Associações de desenvolvimento local – GAL (ADAE, Terras de Sicó e Pinhais do Zezere) • IPSS • ONG e CLDS • Associações de desenvolvimento • Associações empresariais
3 Sistema regional de apoio à inclusão e coesão	<ul style="list-style-type: none"> • Câmaras Municipais • Administração central – IEFP e GIP • Hospitais e centros de saúde • CIM RL • Associações de desenvolvimento local – GAL (ADAE, Terras de Sicó e Pinhais do Zezere) • IPSS • ONG da área social • CLDS
4 Programa regional de gestão integrada da água	<ul style="list-style-type: none"> • Câmaras Municipais e respetivos Serviços municipalizados de Água e Saneamento • Agência Portuguesa do Ambiente e demais entidades de tutela • SIMLIS • Empresas • Associações empresariais • RECILIS
5 Programa regional de gestão integrada de resíduos sólidos	<ul style="list-style-type: none"> • Autarquias e sistemas multimunicipais • CIM RL • Valorlis • ERSUC • Empresas • Associações empresariais
6 Programa regional energia eficiente e renovável	<ul style="list-style-type: none"> • CIM RL • Câmaras Municipais • Centro da Biomassa para a Energia • Instituições de Ensino Superior • Associações florestais e de produtores florestais • ENERDURA e AREAC • Empresas
7 Programa regional de proteção ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • CIM RL • Serviços públicos centrais e regionais das tutelas (água ARH, floresta DRF, etc.) • Câmaras Municipais • Instituições de Investigação e Ensino • Associações de desenvolvimento local • Associações florestais e de produtores florestais • Produtores florestais.

	<ul style="list-style-type: none"> • Associações de agricultores
8 Programa de reforço da i&d e da inovação	<ul style="list-style-type: none"> • CIM RL • Instituições de ensino superior • Incubadoras • Associações empresariais • Centros tecnológicos • Empresas
9 Programa + empresas	<ul style="list-style-type: none"> • CIM RL • Autarquias • Instituto Politécnico de Leiria • Incubadoras • Associações de desenvolvimento local – GAL (ADAE, Terras de Sicó e Pinhais do Zezere) • Associações empresariais • Centros tecnológicos • Associações de desenvolvimento
10 Programa leiria digital 3.0	<ul style="list-style-type: none"> • CIM RL • Câmaras Municipais
11 Programa de requalificação urbana e da mobilidade sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Organismos de tutela Infraestruturas e material circulante – modo ferroviário • Organismos de tutela Infraestruturas aeroportuárias base aérea de Monte Real • CIM RL • Câmaras Municipais • Empresas
12 Programa expansão do cluster dos moldes, ferramentas especiais e plásticos	<ul style="list-style-type: none"> • Centro tecnológico • Poolnet • Associações empresariais (NERLEI, etc.) • Centros de formação especializado Empresas
13 Programa incentivo à consolidação da iniciativa do cluster do habitat	<ul style="list-style-type: none"> • Associações empresariais • Centros de formação especializados • Empresas
14 Programa valorização económica da floresta	<ul style="list-style-type: none"> • Câmaras municipais • Proprietários e associações florestais • Associações empresariais • Centros de formação especializado Empresas • Empresas
15 Programa de diversificação da oferta turística	<ul style="list-style-type: none"> • CIM RL • Câmaras municipais • Turismo do Centro • Empresas

Fonte: CIM RL, 2013.

Estes agentes públicos e privados da região de Leiria serão parte integrante do modelo de gestão e monitorização, quer enquanto responsáveis pelo acompanhamento no seu papel de membros do GAR quer enquanto gestores e promotores responsáveis pela execução de medidas/projetos concretos.

Complementarmente importa, de forma breve sistematizar o histórico existente na nova Região de Leiria em matéria de parcerias e redes, o que se apresenta de seguida.

Tabela 19. Parcerias e redes promovidas pela CIM ou das quais faz/fez parte.

PARCERIAS E REDES	Breve sinopse																				
Contratualização 2007-2013	O projeto de contratualização correspondeu a uma parceria entre as CIM e os municípios, numa ótica de rentabilização de meios e de recursos humanos e financeiros no período 2007-2013.																				
REGIÃO DE LEIRIA 2020	O Plano Estratégico Regional Leiria 2020 é o mais recente exemplo da capacidade da região e dos seus múltiplos stakeholders se unirem e se tornarem parceiros em prol do desenvolvimento regional integrado.																				
Projeto ECONOMIA DIGITAL	Este projeto consistiu numa parceria entre a CIM e os municípios para dotar as escolas de quadros interativos, rede estruturada e vídeo vigilância.																				
LEIRIA REGIÃO DIGITAL	<p>Uma parceria multissetorial que permitiu:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de pontos de internet em todos os municípios (internet de acesso gratuito) • Aquisição de 2 Carros da Net, devidamente equipados - têm estado presente em diversos eventos e estacionado em vários locais nos 8 concelhos pertencentes à AMLEI - Alvaiázere, Ansião, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós, permitindo o acesso a internet e dinamizando atividades uteis à população • Criação de um portal regional www.leiriaregiaodigital.pt/ 																				
REDE URBANA PARA A COMPETITIVIDADE E A INOVAÇÃO DO PINHAL LITORAL	<p>Com a liderança da CIM, foi desenvolvida a RUCI do Pinhal Litoral, uma parceria com diversas entidades da região que durante um período de 3 anos implementaram diversos projetos numa lógica conjunta de desenvolvimento regional. Destacam-se os seguintes:</p> <table border="1"> <tbody> <tr> <td>P1. Plano de Marketing / branding regional e estratégia de internacionalização da rede</td> <td>CIMPL</td> </tr> <tr> <td>P2. Programa de Animação e Monitorização da Rede</td> <td>CIMPL</td> </tr> <tr> <td>P3.1. Gestão em Rede e Desenvolvimento de Núcleos de Competências</td> <td>Nerlei</td> </tr> <tr> <td>P3.2. Rede de inovação <i>Engineering and Tooling</i></td> <td>CENTIMFE</td> </tr> <tr> <td>P4. Plataforma de transferência de conhecimento</td> <td>IPL</td> </tr> <tr> <td>P5.1. Redes Municipais de Banda Larga</td> <td>CIMPL</td> </tr> <tr> <td>P5.3. Plataforma de suporte e difusão de conteúdos digitais</td> <td>AMLEI</td> </tr> <tr> <td>P.8.1. Bienal Internacional do Design Industrial</td> <td>CM Marinha Grande</td> </tr> <tr> <td>P.12.1. Plano Intermunicipal para as alterações climáticas</td> <td>ENERDURA</td> </tr> <tr> <td>P14. Normalização da sinalética, esplanadas, publicidade e mobiliário</td> <td>CIMPL</td> </tr> </tbody> </table> <p>Informação em http://rucimregiaodeleiria.pt/</p>	P1. Plano de Marketing / branding regional e estratégia de internacionalização da rede	CIMPL	P2. Programa de Animação e Monitorização da Rede	CIMPL	P3.1. Gestão em Rede e Desenvolvimento de Núcleos de Competências	Nerlei	P3.2. Rede de inovação <i>Engineering and Tooling</i>	CENTIMFE	P4. Plataforma de transferência de conhecimento	IPL	P5.1. Redes Municipais de Banda Larga	CIMPL	P5.3. Plataforma de suporte e difusão de conteúdos digitais	AMLEI	P.8.1. Bienal Internacional do Design Industrial	CM Marinha Grande	P.12.1. Plano Intermunicipal para as alterações climáticas	ENERDURA	P14. Normalização da sinalética, esplanadas, publicidade e mobiliário	CIMPL
P1. Plano de Marketing / branding regional e estratégia de internacionalização da rede	CIMPL																				
P2. Programa de Animação e Monitorização da Rede	CIMPL																				
P3.1. Gestão em Rede e Desenvolvimento de Núcleos de Competências	Nerlei																				
P3.2. Rede de inovação <i>Engineering and Tooling</i>	CENTIMFE																				
P4. Plataforma de transferência de conhecimento	IPL																				
P5.1. Redes Municipais de Banda Larga	CIMPL																				
P5.3. Plataforma de suporte e difusão de conteúdos digitais	AMLEI																				
P.8.1. Bienal Internacional do Design Industrial	CM Marinha Grande																				
P.12.1. Plano Intermunicipal para as alterações climáticas	ENERDURA																				
P14. Normalização da sinalética, esplanadas, publicidade e mobiliário	CIMPL																				

<p>REDE REGIONAL DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO DE BASE LOCAL – PINHAL LITORAL</p>	<p>Programa de Ação Territorial para a Promoção do Empreendedorismo 2011-2015, um projeto estratégico para o reforço do potencial empreendedor da Região de Leiria através de iniciativas em rede, com elevada amplitude e transversalidade sectorial que garantam o necessário suporte à dinamização e apoio ao empreendedorismo local. Foram criados Gabinetes de Apoio ao empreendedor/Desenvolvimento económico em todos os municípios</p>
<p>REDE REGIONAL DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO DE BASE LOCAL – PINHAL INTERIOR NORTE</p>	
<p>PROMOÇÃO CONJUNTA DA REGIÃO - Parcerias</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participação conjunta com a Turismo do Centro e a ADAE na BTL – Feira de Turismo de Lisboa de 2014 • Participação da CIM na Portugal Agro em parceria com a ADAE, em novembro de 2014 • Participação na FACIM – como promoção da economia local • Participação na Feira de Turismo de Pequim, em parceria com os operadores portugueses tendo por objetivo a promoção turística da região • Parceria/participação como associados da Escola de Negócios de Leiria Business Scholl
<p>SIG – SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICO</p>	<p>Projeto promovido através da parceria de vários municípios com vista a desenvolver: Cartografia topográfica (1:2000) e temática (diversa); Software SIG Opensource e geoportais; Apoio técnico aos municípios na implementação do SIG Municipal.</p> <p>Mapas de Ruído (DL 9/2007).</p> <p>Parceira ESTG/IPLeiria para os concelhos de Alvaiázere, Batalha, Leiria, Ourém, Pombal e Porto de Mós.</p>
<p>FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA FUNCIONÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL - AMLEI E CIMPIN</p>	<p>Promovidos nas extintas Comunidades Intermunicipais, a formação profissional dos funcionários da Administração local foi mais um exemplo de projeto de rede e parceria intermunicipal.</p>
<p>LEIRIA REGIÃO DIGITAL / COMPETE/ SAMA</p>	<p>Parceria intermunicipal que permitiu: Gestão de Data center, apoio técnico aos municípios, implementação VOIP, gestão de Pontos de banda larga.</p>
<p>MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, LICENCIAMENTO ZERO E PORTAL ELETRÓNICO</p>	<p>Continuidade da parceria com os Municípios e com a AMA</p>
<p>PARCERIA ASSOCIAÇÃO ERASMUS (UNIVERSIDADE DE COIMBRA)</p>	<p>A CIMRL integra o Consórcio ERASMUS – OPEras – Opportunity Placements with ERASMUS www.uc.pt/operas.</p>

<p>LEVANTAMENTO E CARATERIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA</p>	<p>Continuidade no Levantamento e caracterização da iluminação pública com vista à melhoria da eficiência energética. Execução do Plano Intermunicipal de Iluminação Pública.</p>
<p>SERVIÇOS DE APOIO AO CONSUMIDOR</p>	<p>Continuidade da atividade do Centro de Informação Autárquico ao Consumidor nos municípios aderentes. Intensificar parceria com o Centro de Informação Europe Direct da ADAE, desenvolvendo ações e atividades de interesse dos Municípios, em matéria de defesa do consumidor.</p>
<p>CENTRAL DE COMPRAS</p>	<p>Central de Compras da Região de Leiria (CC-CIMRL) intermunicipal com o objetivo de disponibilizar aos municípios um conjunto de bens e serviço a preços mais competitivos bem como facilitar e agilizar todos os procedimentos concursais.</p>
<p>PROJETO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL</p>	<p>Projeto de cooperação da CIM com todas as corporações de Bombeiros para apoio na aquisição de equipamento de proteção individual.</p>
<p>PARCERIA LEIRIA REGIÃO DE EXCELÊNCIA (NERLEI)</p>	<p>Projeto de desenvolvimento regional promovido pela NERLEI, no âmbito da RUCI. Criação da Escola de Negócios de Leiria pela Nerlei, e da qual a AMLEI foi uma das entidades fundadoras, em representação dos Municípios associados.</p>
<p>PÓLO DE COMPETITIVIDADE E TECNOLOGIA ENGINEERING AND TOOLING</p>	<p>A implementação da estratégia do Pólo de Competitividade e Tecnologia “Engineering and Tooling” pressupõe a interação alargada de vários atores com diferentes tipologias de intervenção, permitindo reunir esforços, rentabilizar recursos, integrar diferentes perspetivas e congregar competências de forma a conferir maior eficácia e eficiência às intervenções a realizar. O Pólo reúne cerca de 41 entidades publicas e privadas e tem havido uma grande interação com múltiplos stakeholders da região.</p>
<p>REDE IDT - REDE REGIONAL DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA</p>	<p><i>Em 2005, um conjunto de entidades públicas e privadas do Pinhal Litoral, entre elas a Associação de Municípios da Alta Estremadura (AMAE), o Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos (CENTIMFE), o Instituto Politécnico de Leiria (IPL), a Associação Nacional de Indústria de Moldes (CEFAMOL), a Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE) e a Agência de Inovação (ADI), juntaram-se para criar uma Rede Regional de Inovação, Desenvolvimento e Tecnologia, com o objetivo de ligar formalmente os “nós” de Inovação e desenvolvimento da região, ampliando a visibilidade da capacidade de inovação regional. Os objetivos desta Rede incluem a promoção da criação de um “ambiente de inovação” na região, o estímulo do contacto regular entre os agentes de inovação, o incremento da atracção de novos agentes</i></p>

de inovação e o estímulo de integração em Rede, numa perspetiva de atuação concentrada na ERA – European Research Area e, por fim, aproximar a comunidade científica à comunidade empresarial da região.



5. INDICADORES E METAS DE RESULTADO

(alínea e) do ponto 5. do convite)

É importante que a avaliação e monitorização da Estratégia Região de Leiria 2020 sejam assumidas como uma prioridade desde o atual estágio de definição estratégica.

As metas de sucesso Leiria 2020 foram definidas de acordo com os indicadores estabelecidos à escala europeia e nacional e procurou-se o devido enquadramento nas metas da Europa 2020.

Tabela 20. Metas para 2020 Região de Leiria.

	INDICADOR	METAS NACIONAIS	REGIÃO DE LEIRIA	
			META	VALOR REFERÊNCIA ATUAL
EMPREGO	Taxa de emprego (faixa etária 25-64 anos)	75% da população entre os 20 e os 64 anos deverá estar empregada	Nível de 75%	66,1% Região Centro (INE, 2012)
I&D/ INOVAÇÃO	I&D em % do PIB	3% do PIB da UE (publico e privado) deverá ser investido em I e I&D	1,5%	CIMPL 0,76% CIMPIN 0,1% (INE, 2010)
MUDANÇAS CLIMÁTICAS/ ENERGIA	Metas de redução das emissões de CO ₂	Diminuição de 20% dos gases com efeito de estufa em relação a valores de 1990	1% Redução CO ₂	Emissões totais CO ₂ (APA, 2012) Média de emissões CO ₂ Pinhal litoral: 782,8t/km ² Média de emissões CO ₂ PIN (5 mun.): 58,8t/km ²
	Energias renováveis	20% da energia proveniente de fontes renováveis	20% de energias renováveis	Energia proveniente de fontes renováveis no consumo bruto de energia final 25,7% em 2011 em Portugal (PNAER)
	Eficiência energética (redução do consumo de energia em Mtep)	Aumento de 20 % da eficiência energética, equivalente a 368 Mtep	Aumento de 20 % eficiência energética	Consumo de energia elétrica por habitante 1299kWh (DGE, 2012)
EDUCAÇÃO	Abandono escolar precoce (%)	Redução para 10%	Redução para 10%	20,5% Região Centro (INE, 2012)
	Ensino superior (%)	Pelo menos 40% da população entre os 30 e 34 anos com o nível 3 de formação completo	30%	28% (INE, 2011)
REDUÇÃO DA POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	Redução da população em risco de pobreza	Menos 20 milhões de pessoas em risco de pobreza e exclusão social	Menos 10% da população	7.044 Beneficiários RSI (INE, 2010)

Complementarmente às metas 2020, definiu-se um conjunto de metas complementares, organizadas por prioridade transversal, que devem contribuir para o sucesso da Estratégia Região de Leiria 2020 e que revelam a especificidade das necessidades da região:

Tabela 21. Bateria de Indicadores de Monitorização região de Leiria 2020.

EIXOS RL 2020	INDICADOR	UNID.	VALOR DE REFERÊNCIA	ANO DE REFERÊNCIA	META ANUAL(*)	META 2020
Educação e competências	a) Taxa bruta de pré-escolarização	%	PL – 93,0 PIN – 100,5	2012/2013	+0,4%	Superior a 95%
	b) População entre os 18 e os 65 anos a frequentarem ações de aprendizagem ao longo da vida	Nº	PL – 1418 PIN – 870	2011	+2%	Aumento de 10%
	c) Diplomados do ensino superior por 1000 habitantes	Nº	PL – 60,8 PIN – 6,9	2012/2013	+1%	Aumento de 5%
	d) População desempregada com grau de ensino superior	Nº	PL – 113 204 PIN – 48 737		-2%	Diminuição de 10%
	e) Taxa de retenção e desistência no ensino básico	%	PL – 7,5 PIN – 11	2012/2013	- 0,4% a 1,3%	Inferior a 5%
	f) Número de investimentos para a requalificação da rede escolar de 1º ciclo do ensino básico e de educação pré-escolar (últimos 6 anos)	Nº	Região de Leiria – 23	2014 (Fonte: Mais Centro)	+1%	Aumento de 5%
Coesão social	g) Taxa de desemprego	%	PL – 9,29% PIN – 10,88%	2011	-0,6%	Diminuição de 3%
	h) Diferença entre o valor das prestações sociais obtidas por homens e mulheres	Nº	PL – 12% PIN – 13%	2011	-1%	Diminuição de 5%
	i) Beneficiários do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa	‰	PL – 23,26 PIN – 31,93	2012	-1%	Diminuição de 5%
Gestão de recursos	j) Taxa de cobertura do saneamento básico	%	PL – 68 PIN – 66	2009	+1,8%	Superior a 75%
	k) Resíduos urbanos recolhidos seletivamente	%	PL – 16 PIN – 9	2013	+2,2%	Superior a 20%
	l) Proporção de água segura para consumo humano	%	PL – 99,41 PIN – 97,77	2013	+0,3%	Superior a 99%
	m) Água distribuída/consumida por habitante	m ³ /hab.	PL – 72,9 PIN – 38,4	2009	-1%	Diminuição de 5%
	n) Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros	Nº	PL – 147 024 PIN – 37 550	2013	+2%	Aumento de 10%
Alterações climáticas	o) Energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis	%	PL – 39,95 PIN – 99,69	2011	Média de 10%	Média de 50%
	p) Energia elétrica produzida em centrais eólicas por sub-região	%	PL – 40 PIN – 83,7	2011	Média de 8%	Média de 40%
	q) Consumo de energia elétrica por habitante	kWh/hab.	PL – 6 007,5 PIN – 3 411,5	2012	-2%	Diminuição de 10%
Investigação e Desenvolvimento	r) Pedidos de patentes de acordo com a classificação internacional de patentes (IPC) *	Nº	Região de Leiria – 8	2014	2	10

internacionalização	s)	Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%)	%	PL – 0,88 PIN – 0,35	2012	+0,1%	0,5 - 1%
	t)	Nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia	%	PL – 1,82 PIN – 1,28	2012	+0,1%	1,5 - 2,5%
	u)	Proporção de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia	%	PL – 1,67 PIN – 1,07	2012	+0,2%	1,5 - 2,5%
	v)	Proporção de exportações de bens de alta tecnologia	%	PL - 0,47 PIN - 0,10	2013	+0,4%	2 - 5%
	w)	Grau de abertura ao comércio internacional	%	PL – 48 PIN – 32	2012	+1%	Aumento de 5%
	x)	Projetos de IDI nos setores estratégicos copromovidos entre SCT e empresas ⁺	Nº	Região de Leiria - 0	2014	2	10
Empreendedorismo	y)	Taxa de sobrevivência das empresas	%	PL – 51,96 PIN – 54,56	2012	+0,7%	Superior a 55%
	z)	Taxa de natalidade empresarial	%	PL – 10,51 PIN – 10,7	2012	+0,1%	Superior a 11%
Sociedade digital	aa)	Percentagem de indivíduos com idade entre 16 e os 74 anos que utilizam computador	%	Centro – 60	2013	+1%	65%
	bb)	Percentagem de indivíduos com idade entre 16 e os 74 anos que utilizam Internet	%	Centro – 57,5	2013	+1,5%	65%
	cc)	Percentagem de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos	%	Centro – 28,6	2014	+1,28%	35%
Transversal	dd)	PIB sub-regional a preços correntes	M €	PL – 4 138,242 PIN – 1 347,958	2012	+2%	Aumento de 10%
	ee)	Produtividade aparente do trabalho /VAB/Emprego)	m €	PL - 29,564 PIN – 28,163	2011	+1%	Aumento de 5%

Fontes: INE, PORDATA, DATACENTRO, 2014. Exceto: * Instituto Politécnico de Leiria.

(*) – Valor médio corresponde à meta intercalar a alcançar, sobre o valor de referência atual, no final do período indicado na “frequência” e não ao valor que se pretende alcançar em 2020 que corresponderá ao cumulativo dos valores intercalares.

5.1 Articulação das metas de sucesso da EIDT da região de Leiria e outras metas estabelecidas em diferentes unidades territoriais

O Plano de Ação Regional Centro 2020 define no seu documento estratégico um Barómetro do CENTRO de PORTUGAL que incorpora as seguintes dimensões de análise:

1. Crescimento e Competitividade
2. Potencial Humano
3. Qualidade de Vida
4. Coesão
5. Sustentabilidade Ambiental e Energética

Este sistema de monitorização contempla um conjunto de indicadores chave faltando ainda definir as metas a alcançar. Apresenta-se assim os 25 indicadores para a região Centro:

Tabela 22. Barómetro Regional do Plano de Ação Regional Centro 2020.

DIMENSÕES DE ANÁLISE	INDICADOR		
Crescimento e Competitividade	<i>Internacionalização</i> 1 – Exportações de bens 2 - Investimento direto estrangeiro		
	<i>Investigação, Desenvolvimento e Inovação</i> 3 - Investimento em I&D 4 – <i>Regional Innovation Scoreboard</i> 5 - Doutorados		
	<i>Dinâmica Empresarial</i> 6 - Empresas Gazela 7 – Criação líquida de empresas		
	<i>Criação de Valor e Produtividade</i> 8 – Produto Interno Bruto 9 - Produtividade do trabalho		
	Potencial Humano	<i>Educação e Formação</i> 10 - Taxa de abandono escolar precoce 11 - População Jovem (30-34 anos) com formação superior 12 - Resultados de Exames Nacionais	
		<i>Formação de Ativos</i> 13 - Formação ao Longo da Vida	
		<i>População e Emprego</i> 14 – População residente 15 - Taxa de desemprego 16 - Taxa de desemprego Jovem	
		Qualidade de Vida	17 - Satisfação dos Residentes 18 – Produto Interno Bruto por habitante
			Coesão
<i>Coesão Territorial</i> 21 - Dispersão de variação populacional 22 - Dispersão de rendimento familiar			
Sustentabilidade Ambiental e Energética	23 - Energias Renováveis 24 - Emissão de Gases com Efeito Estufa 25 - Eficiência Energética		

Fonte: CCDRC (2014). Barómetro do Centro de Portugal.

No quadro seguinte apresenta-se a correspondência entre as metas definidas ao nível da Europa 2020 e da Estratégia 2020 da região de Leiria, bem como o cruzamento com os indicadores do Barómetro do Centro de Portugal.

Tabela 23. Alinhamento das metas RL, Centro e Europa.

SUB-METAS DE SUCESSO DA ESTRATÉGIA REGIONAL 2020 RL PORTUGAL NO HORIZONTE 2020		METAS DE SUCESSO EUROPA 2020	BARÓMETRO DO CENTRO DE PORTUGAL
Indicador	Meta 2020	Indicador / meta	Indicador
a) Taxa bruta de pré-escolarização	93%	Abandono escolar precoce (%)	10 - Taxa de abandono escolar precoce
b) População entre os 18 e os 65 anos a frequentarem ações de aprendizagem ao longo da vida	Aumento de 10%	Ensino superior (%)	13 - Formação ao Longo da Vida
c) População desempregada com grau de ensino superior	Diminuição de 10%		11 - População Jovem (30-34 anos) com formação superior
d) Taxa de retenção e desistência no ensino	Inferior a 5%	Abandono escolar precoce (%)	10 - Taxa de abandono escolar precoce
e) População em risco de pobreza	Diminuição de 10%	Redução da população em risco de pobreza	19 - Beneficiários do RSI por 1000 habitantes 20 - Indicador da distribuição do rendimento 21 - Dispersão concelhia de variação populacional 22 - Dispersão concelhia de rendimento familiar por habitante
f) Taxa de Desemprego	Inferior a 7%	Taxa de emprego (faixa etária 25-64 anos)	15 - Taxa de Desemprego 16 - Taxa de Desemprego Jovem
g) Diferença entre o valor das prestações sociais obtidas por homens e mulheres	Menos de 5%	Redução da população em risco de pobreza	22 - Dispersão concelhia de rendimento familiar por habitante
h) Beneficiários do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (‰)	Diminuição de 5%		19 - Beneficiários do RSI por 1000 habitantes 20 - Indicador da distribuição do rendimento
i) Taxa de cobertura do saneamento básico	75%	Eficiência energética (redução do consumo de energia em Mtep)	17 - Satisfação dos Residentes
j) Resíduos encaminhados para a reciclagem e compostagem	25%	Metas de redução das emissões de CO2	24 - Emissão de Gases com Efeito Estufa sobre PIB
k) Proporção de água segura para consumo humano	99%	Transversal	17 - Satisfação dos Residentes
l) Água distribuída / consumida por habitante	Diminuição de 5%	Transversal	17 - Satisfação dos Residentes
m) Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros	Aumento de 10%	Taxa de emprego (faixa etária 25-64 anos)	1 - Exportações 7 - Taxa líquida de criação de empresas 8 - PIB 15 - Taxa de Desemprego 16 - Taxa de Desemprego Jovem
n) Energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis	Média de 50%	Energias renováveis	23 - Percentagem de Energias Renováveis no consumo final de energia
o) Energia elétrica produzida em centrais	Média de		24 - Emissão de Gases com Efeito Estufa

eólicas por sub-região	40%		sobre PIB
p) Consumo de energia elétrica por habitante	Diminuição de 10%	Eficiência energética (redução do consumo de energia em Mtep)	25 - Indicador de Eficiência Energética
q) Área florestal certificada*	Mínimo 15%	Transversal	17 - Satisfação dos Residentes
r) Pedidos de patentes de acordo com a classificação internacional de patentes (IPC) **	10/ano	I&D em % do PIB	3 - Investimento em I&D 4- Resultado RIS 5- Número de doutorados por ano na região Centro 8 - PIB 9 - Produtividade do trabalho
s) Empresas com atividades inovadoras tecnológicas ou não tecnológicas	65%		
t) Proporção de exportações de bens de alta tecnologia	5%		1 – Exportações 8 - PIB 9 - Produtividade do trabalho
u) Grau de abertura ao comércio internacional	40%		Transversal
v) Projetos de IDI nos setores estratégicos copromovidos entre SCT e empresas	6/ano	I&D em % do PIB	3 - Investimento em I&D 4 - Resultado RIS 5 - Número de doutorados por ano na região Centro
w) Taxa de sobrevivência das empresas	60%	Transversal	6 - Número de Empresas Gazela 7 - Taxa líquida de criação de empresas 8 - PIB 9 - Produtividade do trabalho
x) Taxa de natalidade empresarial	11%		
y) Percentagem de indivíduos com idade entre 16 e os 74 anos que utilizam computador	75%		
z) Percentagem de indivíduos com idade entre 16 e os 74 anos que utilizam Internet	75%	Transversal	9 - Produtividade do trabalho 17 - Satisfação dos Residentes
aa) Percentagem de empresas a utilizar a internet para interagir com a administração pública	93%		
bb) PIB sub-regional a preços correntes	Acréscimo de 20%		
cc) Crescimento da produtividade sub-regional (base 2006)	Acréscimo de 10%		9 - Produtividade do trabalho

Em relação ao contributo da EIDT da região de Leiria para as metas da NUTS II Centro de Portugal, na tabela seguinte é apresentado o exercício realizado que permite reiterar o alinhamento entre as propostas estratégicas destas duas escalas de intervenção.

Tabela 24. Contributos das medidas para os indicadores.

PROJETOS	INDICADORES REGIÃO DE LEIRIA 2020	BARÓMETRO DO CENTRO DE PORTUGAL
----------	-----------------------------------	---------------------------------

<p>1 Programa + escola</p>	<p>a) Crianças a frequentar infantário b) Percentagem de jovens até 15 anos com capacidades insuficientes em matemática e ciências e) Taxa de retenção e desistência no ensino</p>	<p>10 - Taxa de abandono escolar precoce 12 - Resultados de Exames Nacionais 13 - Formação ao Longo da Vida 14 – População 17 - Satisfação dos Residentes</p>
<p>2 Sistema regional de qualificação e respostas profissionais</p>	<p>c) Percentagem de população entre os 18 e os 65 anos a frequentarem ações de aprendizagem ao longo da vida d) Percentagem de população empregada de acordo com o seu nível de escolaridade com grau de ensino superior</p>	<p>13 - Formação ao Longo da Vida 11 - População Jovem (30-34 anos) com formação superior 14 – População 17 - Satisfação dos Residentes</p>
<p>3 Sistema regional de apoio à inclusão e coesão</p>	<p>f) Percentagem de pessoas em risco de pobreza após as transferências sociais g) Taxa de desemprego h) Disparidade entre o valor das prestações sociais obtidas por homens e mulheres i) Beneficiários das principais prestações familiares da Segurança Social</p>	<p>13 - Formação ao Longo da Vida 14 – População 17 - Satisfação dos Residentes 19 - Beneficiários do RSI por 1000 habitantes 20 - Indicador da distribuição do rendimento 22 - Dispersão concelhia de rendimento familiar por habitante</p>
<p>4 Programa regional de gestão integrada da água</p>	<p>l) Número de análises à água abaixo do nível legal m) Perdas registadas na rede de abastecimento de água</p>	<p>17 - Satisfação dos Residentes</p>
<p>5 Programa regional de gestão integrada de resíduos sólidos</p>	<p>j) Taxa de cobertura do saneamento básico k) Percentagem de resíduos encaminhados para a reciclagem e compostagem</p>	<p>17 - Satisfação dos Residentes</p>
<p>6 Programa regional energia eficiente e renovável</p>	<p>o) % do consumo de energia renováveis no consumo global de energia p) Energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis q) Energia elétrica produzida em centrais eólicas por sub-região r) Consumo de energia elétrica</p>	<p>23 - Percentagem de Energias Renováveis no consumo final de energia 24 - Emissão de Gases com Efeito Estufa sobre PIB 25 - Indicador de Eficiência Energética</p>
<p>7 Programa regional de proteção ambiental</p>	<p>s) Área florestal certificada</p>	<p>17 - Satisfação dos Residentes 24 - Emissão de Gases com Efeito Estufa sobre PIB 25 - Indicador de Eficiência Energética</p>
<p>8 Programa de reforço da i&d e da inovação</p>	<p>t) Pedidos de patentes europeias, de acordo com a classificação internacional de patentes (ipc) u) Empresas com atividades inovadoras tecnológicas ou não tecnológicas v) Proporção de exportações de bens de alta tecnologia w) Grau de abertura ao comércio internacional x) Projetos de I+D+i nos setores estratégicos copromovidos entre sct e empresas ee) crescimento do pib sub-regional (2014-2020) ff) crescimento da produtividade sub-regional (2014-2020)</p>	<p>1 - Exportações 2 - Captação de investimento direto estrangeiro 3 - Investimento em I&D 4- Resultado RIS 5 - Número de doutorados por ano na região Centro 8- PIB 9 - Produtividade do trabalho 17 - Satisfação dos Residentes</p>
<p>9 Programa + empresas</p>	<p>y) Taxa de sobrevivência das empresas z) Taxa de natalidade empresarial ee) Crescimento do PIB sub-regional (2014-2020) ff) Crescimento da produtividade sub-regional (2014-2020)</p>	<p>1 - Exportações 2 - Captação de investimento direto estrangeiro 6 - Número de Empresas Gazela 7 - Taxa líquida de criação de empresas 8- PIB 9 - Produtividade do trabalho 15 - Taxa de Desemprego</p>

		16 - Taxa de Desemprego Jovem 17 - Satisfação dos Residentes
10 Programa leiria digital 3.0	aa) Grau de cobertura nos indicadores INE da sociedade de informação bb) Percentagem de indivíduos com idade entre 16 e os 74 anos que utilizam computador, Internet e telemóvel cc) Percentagem de empresas a utilizar a internet para interagir com a administração pública dd) Percentagem de cidadãos a utilizar a internet para interagir com a administração pública	9 - Produtividade do trabalho 17 - Satisfação dos Residentes 24 - Emissão de Gases com Efeito Estufa sobre PIB
11 Programa de requalificação urbana e da mobilidade sustentável	o) % do consumo de energia renováveis no consumo global de energia r) Consumo de energia elétrica	14 - População 17 - Satisfação dos Residentes 21 - Dispersão concelhia de variação populacional 24 - Emissão de Gases com Efeito Estufa sobre PIB 25 - Indicador de Eficiência Energética
12 Programa expansão do cluster dos moldes, ferramentas especiais e plásticos	t) Pedidos de patentes europeias, de acordo com a classificação internacional de patentes (IPC) u) Empresas com atividades inovadoras tecnológicas ou não tecnológicas v) Proporção de exportações de bens de alta tecnologia w) Grau de abertura ao comércio internacional x) Projetos de IDI nos setores estratégicos copromovidos entre SCT e empresas y) Taxa de sobrevivência das empresas z) Taxa de natalidade empresarial ee) Crescimento do PIB sub-regional (2014-2020) ff) Crescimento da produtividade sub-regional (2014-2020)	1 - Exportações 2 - Captação de investimento direto estrangeiro 3 - Investimento em I&D 4- Resultado RIS 5 - Número de doutorados por ano na região Centro 6 - Número de Empresas Gazela 7 - Taxa líquida de criação de empresas 8- PIB 9 - Produtividade do trabalho 15 - Taxa de Desemprego 16 - Taxa de Desemprego Jovem 17 - Satisfação dos Residentes 18 – PIB per capita
13 Programa incentivo à consolidação da iniciativa do cluster do habitat	t) Pedidos de patentes europeias, de acordo com a classificação internacional de patentes (IPC) u) Empresas com atividades inovadoras tecnológicas ou não tecnológicas v) Proporção de exportações de bens de alta tecnologia w) Grau de abertura ao comércio internacional x) Projetos de IDI nos setores estratégicos copromovidos entre SCT e empresas y) Taxa de sobrevivência das empresas z) Taxa de natalidade empresarial ee) Crescimento do PIB sub-regional (2014-2020) ff) Crescimento da produtividade sub-regional (2014-2020)	1 - Exportações 2 - Captação de investimento direto estrangeiro 3 - Investimento em I&D 4- Resultado RIS 5 - Número de doutorados por ano na região Centro 6 - Número de Empresas Gazela 7 - Taxa líquida de criação de empresas 8- PIB 9 - Produtividade do trabalho 15 - Taxa de Desemprego 16 - Taxa de Desemprego Jovem 17 - Satisfação dos Residentes 18 – PIB per capita
14 Programa valorização económica da floresta	s) Área florestal certificada y) Taxa de sobrevivência das empresas z) Taxa de natalidade empresarial	1 - Exportações 2 - Captação de investimento direto estrangeiro 3 - Investimento em I&D 4- Resultado RIS 5 - Número de doutorados por ano na região Centro

		<p>6 - Número de Empresas Gazela 7 - Taxa líquida de criação de empresas 8- PIB 9 - Produtividade do trabalho 15 - Taxa de Desemprego 16 - Taxa de Desemprego Jovem 17 - Satisfação dos Residentes 18 – PIB per capita 23 - Percentagem de Energias Renováveis no consumo final de energia 24 - Emissão de Gases com Efeito Estufa sobre PIB 25 - Indicador de Eficiência Energética</p>
<p>15 Programa de diversificação da oferta turística</p>	<p>n) Número de turistas y) Taxa de sobrevivência das empresas z) Taxa de natalidade empresarial</p>	<p>1 - Exportações 2 - Captação de investimento direto estrangeiro 3 - Investimento em I&D 4- Resultado RIS 5 - Número de doutorados por ano na região Centro 6 - Número de Empresas Gazela 7 - Taxa líquida de criação de empresas 8- PIB 9 - Produtividade do trabalho 15 - Taxa de Desemprego 16 - Taxa de Desemprego Jovem 17 - Satisfação dos Residentes 18 – PIB per capita</p>

6. SÍNTESE

Dimensões de análise da candidatura (de acordo com o ponto 4.4. do convite)

Dimensões de análise:	ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA REGIÃO DE LEIRIA 2020
<p>Parceria e envolvimento de atores relevantes</p>	<p>Como resposta à presente dimensão de análise, foram sistematizados os conteúdos presentes no capítulo 1. Metodologia de elaboração da estratégia.</p> <p>Este capítulo faz referência à metodologia utilizada para a elaboração da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da região de Leiria 2020 que conta, entre outras atividades, com a mobilização e capacitação de uma rede de parceiros que formaram o Grupo de Ação Regional Leiria 2020. Ao longo do exercício de construção da EIDT da região de Leiria, foram realizados vários momentos de participação tendo como objetivo o envolvimento de todos os atores regionais com relevância na região de Leiria na elaboração da Estratégia.</p>
<p>Governança e liderança</p>	<p>Como resposta à presente dimensão de análise, foram sistematizados os conteúdos presentes no capítulo 4. Modelo de Governança.</p> <p>Neste capítulo são identificados os mecanismos a implementar no acompanhamento das dinâmicas de desenvolvimento regional no período 2015-2020, bem como na monitorização constante da EIDT.</p>
<p>Alinhamento com a estratégia regional e instrumentos de gestão territorial</p>	<p>Como resposta à presente dimensão de análise, foram sistematizados os conteúdos presentes nos capítulos 3. Estratégia Região de Leiria, 5. Indicadores e metas de resultado e 7. Anexos</p> <p>Nestes capítulos apresenta-se a estratégia para a região de Leiria, demonstrando-se o alinhamento com a Estratégia Europa 2020, com as metas acordadas entre o Estado Português e a União Europeia, com as estratégias nacional (Portugal 2020) e regional (região Centro) assim como com os instrumentos de gestão territorial, nomeadamente o PNPOT (Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território) e o PROT (Plano Regional de Ordenamento do Território). Nota-se que o capítulo 3 remete a seguinte informação para o capítulo 7:</p>

Orientações Europeias (Estratégia Europa 2020, Estratégias de Especialização Inteligente RIS3, Quadro Estratégico Comum 2014-2020); Orientações Nacionais (Portugal 2020 – Programa Nacional de Reformas, Acordo de Parceria); Orientações da região Centro (região Centro – CENTRO 2020 e RIS 3 do Centro de Portugal); Orientações dos Instrumentos de Gestão Territorial (PNPOT e PROT Centro).

O capítulo 5, relativo aos indicadores e metas contempla também uma análise do alinhamento dos mesmos, propostos para a região de Leiria, com os propostos a outras escalas estratégicas.

7. ANEXOS

7.1 Orientações Europeias

7.1.1 Estratégia Europa 2020

A Europa encontra-se perante um cenário crítico do ponto de vista económico e social, obrigando à formulação de novas estratégias de desenvolvimento e modelos de atuação. Em face a esta realidade, e perante os resultados da Estratégia de Lisboa, a União Europeia (UE) definiu uma estratégia concertada de desenvolvimento que sustenta a visão e os objetivos a alcançar no horizonte 2020 – **Estratégia Europa 2020**.

As metas da Estratégia Europa 2020 pretendem transformar a UE numa economia inteligente, sustentável e inclusiva, que proporcione níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social.

Para o futuro da UE, são estabelecidas na **Estratégia Europa 2020 (EE2020)** três prioridades que se reforçam mutuamente:

1. **CRESCIMENTO INTELIGENTE:** melhorar a qualidade da educação, fortalecer o desempenho da investigação, promover a inovação e a transferência de conhecimento e utilizar todo o potencial das TIC;
2. **CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL:** introduzir soluções tecnológicas que possibilitem combinar o cumprimento das metas de redução de emissões com o aumento de competitividade e a redução de custos energéticos;
3. **CRESCIMENTO INCLUSIVO:** fomentar uma economia de empregabilidade elevada marcada pela coesão territorial e social.

A concretização destas prioridades passa pela reestruturação das estratégias e políticas comunitárias de suporte ao desenvolvimento dos diferentes estados-membro e das suas regiões, e pela formulação de quadros regionais de atuação.

As três prioridades supramencionadas, correspondentes à valorização de novos domínios passíveis de fomentarem o crescimento e o emprego, são objeto de sete iniciativas

emblemáticas⁷, que estabelecem novas agendas e detalham atividades âncora para o horizonte 2020, conforme se apresenta na tabela seguinte.

Tabela 25. Prioridades Estratégia 2020.

PRIORIDADE	TEMÁTICA	INICIATIVA EMBLEMÁTICA
Crescimento Inteligente	Inovação	“União da Inovação”
	Educação	“Juventude em movimento”
	Sociedade Digital	“Agenda Digital para a Europa”
Crescimento Sustentável	Energia limpa e eficiente	“Uma Europa eficiente em termos de recursos”
	Competitividade	“Uma política industrial para a era da globalização”
Crescimento Inclusivo	Emprego	“Agenda para novas competências e empregos”
	Combate à pobreza	“Plataforma Europeia contra a pobreza”

A UE, na proposta de implementação do Quadro Estratégico Comum 2014-2020, reitera que as atuais mudanças e desafios terão um impacto distinto em cada estado-membro e região. Estas diferenças decorrem da maior ou menor capacidade da região para alcançar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, o que por sua vez depende do seu potencial específico de desenvolvimento e dos recursos disponíveis em termos de capital humano, físico e ambiental, conhecimento, instituições e redes em que se insere. Estes desafios traduzem-se em compromissos com **metas** a alcançar no horizonte 2020 (ver tabela seguinte).

Tabela 26. Metas a alcançar no Horizonte 2020.

TEMÁTICA	INDICADORES	UE		PT	
		Metas UE	Previsões	METAS ⁺	Atual 2011
Emprego	Taxa de emprego (faixa etária 25-64 anos)	75% da população entre os 20 e os 64 anos deverá estar empregada	73,70-74 %	Nível de 75%	69.1%
I&D/ Inovação	I&D em % do PIB	3% do PIB da UE (publico e privado) deverá ser investido em I e I&D	2,65-2,72 %	2,7% a 3,3% Meta 3%	1,59% *
Mudanças climáticas/ Energia	Metas de redução das emissões de CO2	Diminuição de 20% dos gases com efeito de estufa em relação a valores de 1990	=	1%	117% em 2010**
	Energias renováveis	20% da energia proveniente de fontes renováveis	=	31%	25,7%
	Eficiência energética (redução do consumo de energia em Mtep)	Aumento de 20 % da eficiência energética, equivalente a 368 Mtep	206.9 Mtep		Aumento de 20 % - Redução de 6

⁷ ec.europa.eu/europe2020/reaching-the-goals/flagship-initiatives/index_pt.htm

Educação	Abandono escolar precoce (%)	Redução para 10%	10,30-10,50 %	Nível de 10%	23,2%
	Ensino superior	Pelo menos 40% da população entre os 30 e 34 anos com o nível 3 de formação completo (secundário)	37,50-38,0 %	40%	26,1%
Redução da pobreza e exclusão social	Redução da população em risco de pobreza	Menos 20 milhões de pessoas em risco de pobreza e exclusão social	Impossível de calcular devido a diferenças nas metodologias nacionais	Menos 200.000 pessoas	2.693.000 (25,3% do total)*

+ Metas comprometidas por Portugal
* valor 2010

** Meta Quioto/Burden sharing Europeu – não compara com meta 2020, a qual que só se aplica a emissões fora do CELE.

7.1.2 Estratégias de especialização inteligente (RIS3⁸)

“Não há nenhum país capaz de ser competitivo em todas as áreas. O ideal consiste em empregar (...) as fontes limitadas de recursos humanos e não humanos nos usos mais produtivos. Mesmo os países com níveis de vida mais elevados possuem indústrias em que as empresas locais não são competitivas.” Porter, 1999, pp. 77

Na proposta da Comissão Europeia para a política de desenvolvimento regional e coesão para o período de 2014-2020 está incorporada a ideia da aplicação dos Fundos Estruturais de uma forma eficiente e inteligente, tal que se verifique, por um lado, a amplificação dos seus efeitos na economia e, por outro lado, se produzam efeitos multiplicadores ao nível de investimento privado.

O desenvolvimento deste género de estratégias é uma **condição ex ante para a aplicação de instrumentos de coesão**, como é referido no artigo 17º do Quadro Estratégico Comum⁹, e desenvolvido no seu Anexo IV. De facto, no que se refere ao objetivo associado à I&D, um dos critérios de cumprimento é:

⁸ RIS3 - National/Regional Research and Innovation Strategy for Smart Specialisation

⁹ COM (2011) 615.

“Existência de uma estratégia nacional ou regional de investigação e inovação para a especialização inteligente que:

- *“Seja baseada numa análise SWOT destinada a concentrar os recursos num número limitado de prioridades de investigação e inovação;*
- *“Descreve medidas de incentivo ao investimento privado na IDT.*
- *“Inclua um sistema de monitorização e revisão.”¹⁰*

Uma estratégia de especialização inteligente corresponde à identificação das características de cada região e à revelação das suas vantagens quando analisadas de forma comparativa com outros territórios. Incorpora uma vertente de ação, na medida em que assume estratégias de mobilização das diversas partes interessadas¹¹, bem como recursos físicos ou financeiros, de forma a tirar partido dos recursos e capacidades da região distintivas previamente reveladas.

Uma estratégia de especialização inteligente (RIS3) traduz uma agenda de transformação económica baseada em quatro princípios gerais (Foray et al (2012), pp. 17):

- *Escolher alternativas e atingir massa crítica: selecionar um número limitado de prioridades baseadas nas potencialidades próprias e na especialização analisada ao nível internacional, evitando duplicação e fragmentação de atividades de I&D e inovação.*
- *Aproveitar vantagens competitivas: alinhar as capacidades da I&D com as necessidades empresariais, através do empreendedorismo.*
- *Promover conectividade e clusters: promover o desenvolvimento de clusters e proporcionar ligações intersetoriais na região e com o exterior, de forma a fomentar a diversificação e sofisticação.*
- *Liderança colaborativa: promover sistemas de inovação eficientes baseados em entendimentos público-privados de quádrupla hélice – com o envolvimento do sistema financeiro.*

A análise do panorama sub-regional é efetuada nos parágrafos seguintes, alicerçada nas recomendações da União Europeia, ilustradas no Guia para as Estratégias de Investigação e

¹⁰ Idem, pp. 138.

¹¹ Utilizar-se-á a designação “partes interessadas” como tradução do termo vulgarmente empregue “stakeholders”.

Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3)¹². Este documento sustenta a necessidade de adotar estratégias baseadas no conhecimento pormenorizado do sistema regional de inovação, atendendo ao facto das regiões possuírem capacidades distintas ao nível do I&D+i, políticas públicas específicas de apoio a essas capacidades, e ligações internacionais intensivas em conhecimento tecnológico.

A figura seguinte apresenta a sugestão da EURADA (Associação Europeia das Agências de Desenvolvimento Regional) no que se refere a parâmetros a considerar na determinação do sistema regional de inovação.



Figura 33. Ecosistema de Inovação.

Fonte: Apresentação Christian Saublens no âmbito da reunião do Grupo de Ação Regional (19 de março de 2013).

Um ecossistema de inovação implica, para além da simples presença no território dos seus diversos agentes e componentes (políticas, iniciativas), **o seu trabalho em rede e em coerência**

¹² Foray et al (2012). *Guide To Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation (RIS 3)*. European Union Regional Policy, Março 2012. 117 pp. Consultado em 16 de novembro de 2011. URL: <http://www.observatorio.pt/download.php?id=611>.

com uma visão comum e partilhada. Os empreendedores e empresários devem encontrar a resposta às suas necessidades dentro do contexto regional (“*in-house*”), e de uma forma livre, ou seja, sem recorrer a contratação de empresas privadas. Desde logo acresce que estes agentes constituem-se como partes interessadas e a envolver na estratégia.

O enfoque em determinadas áreas ou o desenvolvimento de estratégias RIS3 obriga assim à análise detalhada dos diferentes parâmetros e apoios disponibilizados pelas autoridades públicas na área da I&D+i. De acordo com EURADA, esta análise constitui a **primeira etapa da Estratégia RIS3**. Esta etapa resulta da análise dos recursos existentes ou emergentes ao nível da especialização económica, bem como da leitura da informação proveniente de cada entidade local e regional, com os seguintes objetivos:

- **A identificação dos vetores de especialização económica.** A possibilidade de estabelecer cruzamentos entre esses vetores e as tecnologias facilitadoras essenciais (*Key Enabling Technologies* – biotecnologia, laser/ótica, sistemas baseadas no conhecimento, tecnologias de microssistemas e nanotecnologia, novos materiais, química, engenharia médica, energia/ambiente, engenharia de tráfego e logística, e TIC). A revisão dos serviços de apoio, perante as necessidades das empresas.
- **A análise do posicionamento competitivo dos produtos/serviços regionais.**
- **A dinâmica empreendedora,** baseada nos resultados da I&DT nas componentes do Sistema Científico e Tecnológico regional.

As restantes etapas referem-se a: (2º) processo de envolvimento e gestão do processo, (3º) a definição de uma visão partilhada e comum, (4º) a identificação das prioridades, baseadas nas vantagens competitivas e nas capacidades da envolvente institucional, incluindo a existência de massa crítica, (5º) o mix de políticas adequado à abordagem dos desafios identificados, e, finalmente, (6º) o desenho e implementação do processo de monitorização, avaliação e feedback.

A leitura dos parâmetros regionais com o intuito de identificar os vetores de especialização regional regeu-se por uma combinação de métodos de natureza qualitativa e quantitativa (processo descrito no documento “Avaliação do Potencial Regional”).

7.1.3 Quadro Estratégico Comum 2014-2020

A implementação da Estratégia 2020 será efetuada pelo Quadro Estratégico Comum 2014-2020. Este Quadro tem como objetivo a determinação da direção estratégica para o período de planeamento financeiro seguinte de 2014 a 2020 nos Estados-Membros e respetivas regiões.

A definição de um Quadro Estratégico Comum 2014-2020 visa garantir uma maior coerência entre as políticas comunitárias e os investimentos concretizados, tendo sido identificado um conjunto de objetivos, alinhado com a EE2020, que sustentará a afetação do investimento e dos apoios comunitários:

- Promover a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação;
- Melhorar o acesso às tecnologias de informação e comunicação;
- Aumentar a competitividade das pequenas e médias empresas;
- Apoiar a mudança para uma economia de baixo carbono;
- Promover uma maior adaptação às mudanças climáticas e prevenir riscos naturais;
- Proteger o ambiente e promover a eficiência de recursos;
- Promover os transportes sustentáveis e suprimir lacunas nas redes de infraestruturas âncora;
- Promover o emprego e apoiar a mobilidade no trabalho;
- Promover a inclusão social e o combate à pobreza;
- Investir na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida;
- Capacitar as instituições e promover a eficiência na administração pública.

Com a adoção do Quadro Estratégico Comum 2014-2020, a UE estabelece um novo modelo de programação e distribuição dos apoios comunitários, no qual é reforçado o papel das regiões na definição de estratégias que sustentem o alcance das metas da EE2020 e que maximizem o impacto da política regional em conjugação com as outras políticas da União.

Estas estratégias não serão impostas superiormente, mas irão depender de um trabalho conjunto entre autoridades regionais, empresas, centros de investigação, universidades e outras entidades regionais, tendo em vista a identificação das necessidades/objetivos regionais, das metas a alcançar e dos projetos comuns que sustentarão a contratualização dos apoios comunitários 2014-2020.

Neste contexto, a União consagra a figura dos Contratos de Parceria, que irão incluir os compromissos assumidos regionalmente e que, alinhados com a política comunitária e com os programas nacionais de reforma, irão estabelecer uma *“abordagem integrada para o desenvolvimento territorial sustentada pelos fundos do Quadro Estratégico Comum.”*¹³

O período 2014-2020 tem assim uma génese programática bastante distinta do atual, baseada numa **abordagem integrada de todos os fundos comunitários** e na **definição de um quadro regulamentar comum**. Tendo em conta os desafios desta nova abordagem e de modo a maximizar os impactos dos fundos do Quadro Estratégico Comum 2014-2020, é crucial que a EE2020 **seja trabalhada e adaptada ao contexto nacional e regional, assegurando-se assim uma mobilização de todos os intervenientes para o alcance das metas e prioridades estratégicas estabelecidas**. De acordo com o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso¹⁴, *“A estratégia Europa 2020 só será bem-sucedida com compromisso total a todos os níveis, em particular ao nível local e regional. As autoridades locais têm competências chave, e estão melhor colocados para implementar as necessárias reformas em áreas cruciais.”*

No sentido de assegurar e facilitar essa apropriação local/regional da EE2020 e respetivo Quadro Estratégico Comum 2014-2020, é definida como fundamental a adoção de mecanismos que estimulem a mobilização dos agentes locais e da comunidade para a construção e implementação dos programas a contratualizar¹⁵.

7.2 Orientações Nacionais

4.2.1. Portugal 2020 - Programa Nacional de Reformas

De acordo com a EE2020 aprovada pelo Conselho Europeu, o Programa Nacional de Reformas (PNR) a apresentar por cada Estado-Membro da União Europeia (UE) deve ser elaborado em articulação com o respetivo Programa de Estabilidade e Convergência (PEC), garantindo a

¹³ COM(2011) 500/II final, Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions 'A Budget For Europe 2020 - Part II - Policy Fiches', p. 5.

¹⁴ Handbook for Local and Regional Authorities.

¹⁵ Elements for a Common Strategic Framework 2014 to 2020, Commission Staff Working Document, 14.3.2012.

coerência entre os dois instrumentos, com reformas que no curto prazo levem em conta a prioridade da consolidação orçamental e da correção dos desequilíbrios macroeconómicos e que contribuam para o reforço da competitividade, do crescimento e do emprego. Neste contexto, os fundos comunitários da política de coesão da UE (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - FEDER, Fundo de Coesão e Fundo Social Europeu - FSE), inseridos até 2013 no QREN, são chamados a contribuir para a concretização da Estratégia 2020.

O Programa Nacional de Reformas, aprovado a 20 de março de 2011 pelo Conselho de Ministros, integra os **seguintes compromissos e metas**:

- Redução do défice público: 4,6% do PIB em 2011, 3% em 2012 e 2% em 2013;
- Aumento do peso das exportações no PIB para 40% em 2020;
- Intensidade em I&D (DIDE/PIB): 2,7% - 3,3%, dos quais de 1,0% - 1,2% no setor público e de 1,7% - 2,1% no setor privado em 2020 (1,9% em 2014);
- Redução para 10% da taxa de saída precoce do sistema de ensino em 2020 (15% em 2014) e aumento para 40% de diplomados entre os 30 e os 34 anos em 2020 (30% em 2014);
- 31% da eletricidade consumida produzida com recurso a fontes endógenas e renováveis (23,1 em 2014 com base num critério de média dos últimos dez anos), aumento da eficiência energética em 20% (9,8% em 2015) e contributo nacional para a redução das emissões de gases com efeito de estufa ao nível europeu em 20% em 2020;
- Taxa de emprego de 75% para a população entre os 20 e os 64 anos em 2020 (71% em 2014);
- Redução do nível de pobreza em menos 200 000 pessoas em 2020 (menos 50 000 em 2014).

O Programa Nacional de Reformas, tem como foco a identificação dos estrangulamentos nacionais ao crescimento e ao emprego e a definição de linhas de reforma fortes e consistentes com o quadro macroeconómico. O exercício de focalização e definição de linhas de ação tem como referência o objetivo agregador de garantir que a posição de **Portugal nos diversos indicadores da EE2020 deve situar-se, em 2020, na média europeia, anulando nesta década o diferencial de competências e condições de contexto que têm vindo a penalizar as sucessivas gerações.**

4.2.2. Acordo de Parceria

A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) 33/2013 de 20 de maio estabelece que “(...) a estruturação do Acordo de Parceria deve respeitar os quatro domínios temáticos enunciados nos seus pressupostos – competitividade e internacionalização, inclusão social e emprego, capital humano, sustentabilidade e eficiência no uso de recursos e-, bem como os dois domínios transversais relativos à reforma da administração pública e a territorialização das intervenções.”

Estabelece, a mesma RCM, a seguinte estruturação operacional dos fundos europeus:

Fundos da Política de Coesão – FEDER, FC e FSE		FEADER	FEAMP
Programas Operacionais Temáticos i. Competitividade e internacionalização ii. Inclusão social e emprego iii. Capital humano iv. Sustentabilidade e eficiência no uso de recursos	Programas Operacionais Regionais i. Norte ii. Centro iii. Lisboa iv. Alentejo v. Algarve vi. Madeira vii. Açores	Programa Operacional de Assistência Técnica	Programa Operacional do Fundo da Política de Desenvolvimento Rural i. PO Continente ii. PO regional Açores iii. PO regional Madeira
			Programa Operacional do Fundo da política marítima e das Pescas

Figura 34. Estruturação operacional dos fundos europeus.

Fonte: Resolução do Conselho de Ministros (RCM) 33/2013 de 20 de maio.

O Acordo de Parceria apresenta a seguinte matriz de estruturação temática do Portugal 2020, na qual se explicita a correlação entre os domínios temáticos (coerentes com os Programas Operacionais (PO) Temáticos Nacionais) e os objetivos temáticos (OT) Portugal 2020:

		Domínios transversais	
		Abordagem territorial	Reforma da Administração Pública
Domínios temáticos	Competitividade e Internacionalização	Objetivos temáticos (OT) centrais: OT 1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação OT 2 - Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade OT 3 - Reforçar a competitividade das PME e dos setores agrícola das pescas e da aquicultura OT 7 - Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas redes de infraestruturas OT 11 - Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	
	Inclusão Social e Emprego	OT centrais: OT 8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores OT 9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	
	Capital Humano	OT central: OT 10 - investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	
	Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	OT centrais: OT 4 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores OT 5 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão dos riscos OT 6 - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	

Figura 35. Matriz de Estruturação temática do Portugal 2020.

Fonte: Acordo de Parceria, janeiro 2014.

O domínio **temático Competitividade e Internacionalização** observa cinco OT e será essencialmente integrado no PO com o mesmo nome e nos PO regionais, observando-se, entre outras, as seguintes prioridades de investimento em que o setor público terá um papel de relevo:

- Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu;
- Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior;
- Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha;
- Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas;
- Melhoria da mobilidade regional, com a ligação dos nós secundários e terciários à infraestrutura da RTE.

No domínio da **Inclusão Social e Emprego**, integrado nos PO temáticos (em especial no PO com o mesmo nome) e regionais, são prioritários, entre outros, os seguintes investimentos em que a administração pública local e sub-regional terá um papel estratégico:

- Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
- A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
- Envelhecimento ativo e saudável;
- A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade;

- Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
- Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;
- Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
- Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;
- A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.

No domínio **Capital Humano**, observa-se um OT, perspetivando-se o seu cumprimento através de iniciativas integradas no PO temático com o mesmo nome e nos PO regionais. Apontam-se como prioritários, entre outros, os seguintes investimentos, com especial importância para a administração local e sub-regional:

- Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis;
- Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem;
- Investimentos na educação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas.

No domínio **Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos** observam-se três OT, cuja implementação passará por investimentos a integrar nos PO temáticos (em especial no PO

com o mesmo nome) e regionais. Apontam-se como prioritários, entre outros, os seguintes investimentos em que a administração pública local e sub-regional terá um papel estratégico:

- Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas;
- Desenvolvimento e implantação de sistemas inteligentes de energia;
- A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios;
- Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;
- Investimentos no setor dos resíduos e no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;
- Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural;
- A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes;
- A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.

7.3 Orientações da região Centro

7.3.1 Região Centro – CENTRO 2020

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) encontra-se já em processo de conclusão da estratégia de desenvolvimento da região para o atual período de programação financeira, tendo divulgado o Plano de Ação Regional em julho de 2013, e a Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (Centro de Portugal) em janeiro de 2014.

Tendo em vista a redução das assimetrias regionais que ainda se fazem sentir na região Centro, a coesão territorial assumiu-se como prioritária para o desenvolvimento regional no período 2014-2020. Estas assimetrias regionais evidenciam também problemas de atratividade

populacional assim como económica de alguns dos municípios, o que é particularmente visível nos do interior da região Centro, como se pode observar na figura seguinte.

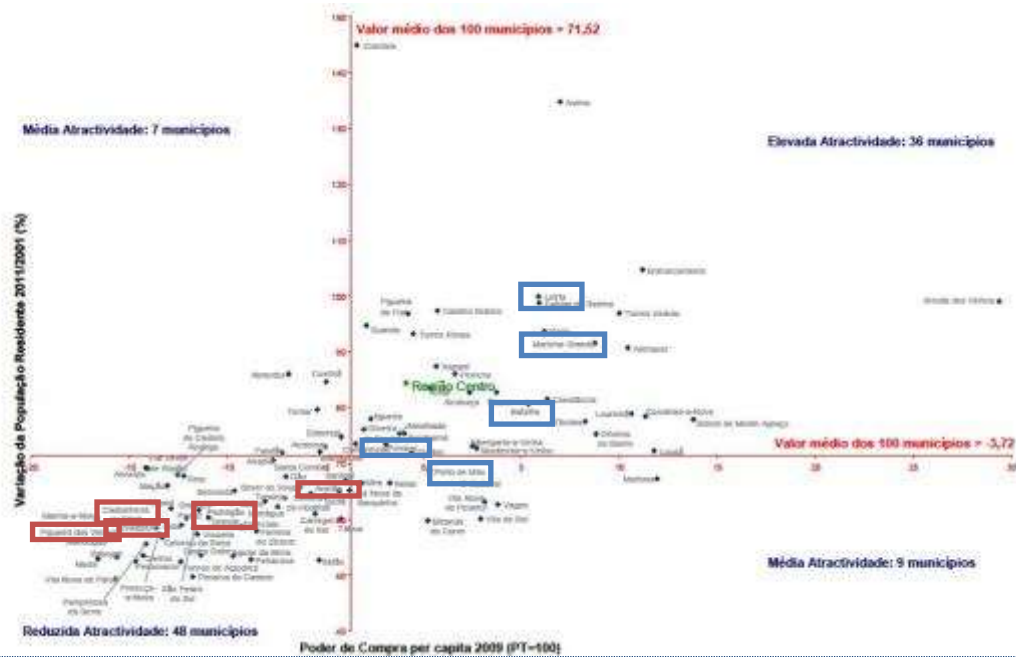


Figura 36. Mapeamento de atratividade dos 100 concelhos da região Centro de acordo com as dinâmicas populacionais e índice de poder de compra.

Nota: Os municípios da região de Leiria estão assinalados a vermelho (Pinhal Interior Norte) e a azul (Pinhal Litoral).
Fonte: CCDRC, CENTRO 2020.

Segundo o CENTRO 2020, verifica-se uma grande diversidade intermunicipal relativamente à **atratividade territorial**. No que se refere à **sub-região é possível observar o posicionamento de todos os municípios no quadrante da atratividade reduzida**.

Em termos de visão estratégica, o CENTRO 2020 traduz a ambição da região nos moldes seguintes:

“A região Centro assume enquanto seu Desígnio Central, para o período 2014-2020, CRER no CENTRO de PORTUGAL 2020, que representa, neste contexto, um duplo sentido, de acreditar e mobilizar o CENTRO de PORTUGAL, mas igualmente de assumir como desígnio central a geração de valor acrescentado decorrente da afirmação de um modelo de Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente (CRER)”¹⁶

¹⁶ in CCDRC - CRER2020, 2013

Para alcançar a visão estratégica assumida, a região Centro pretende alcançar o seguinte conjunto de metas:

- Representar 20% do PIB nacional, aproximando a participação da região Centro na economia do país ao seu peso populacional (22,0%);
- Situar-se como Innovation Leader, de acordo com os resultados do Regional Innovation Scoreboard (RIS), continuando a evoluir no investimento efetuado em I&D orientado a resultados, assegurando uma crescente participação do setor privado em projetos deste tipo, promovendo a qualidade, a inovação e o empreendedorismo;
- Diminuir em 10% as assimetrias territoriais, reduzindo as disparidades de desenvolvimento económico, coesão social e coesão territorial que marcam profundamente o território da região Centro, nomeadamente ao nível da dicotomia entre o litoral e o interior, entre as áreas urbanas e as áreas rurais;
- Ter 40% da população jovem (30-34 anos) com formação superior, valorizando as ofertas formativas de qualidade e reforçando as condições de equidade no acesso ao Ensino Superior, promovendo em toda a região Centro a continuidade dos jovens no sistema de ensino até ao nível superior, nomeadamente em áreas com maior nível de empregabilidade;
- Apresentar Taxa de Desemprego Inferior a 70% da média nacional, promovendo a sustentabilidade dos diversos setores e sistemas produtivos regionais, nomeadamente através da afirmação de novos patamares de competitividade e internacionalização, que garantam um elevado nível de oferta de emprego, bem como do fomento das diferentes vertentes do empreendedorismo.

Atingir tais metas é um desafio para a região Centro, tendo por isso sido definidas, para o período 2014 – 2020, as Prioridades Estratégicas Nucleares que se apresentam na figura seguinte.



Figura 37. Princípios da Estratégia para a região Centro para 2014-2020.

Fonte: CCDRC, CENTRO 2020.

Com base nestas prioridades nucleares, o CENTRO 2020 preconiza a seguinte estratégia, constituída por eixos e respetivos objetivos e **domínios de intervenção** na região Centro (articulados com a RIS3 e com o Programa Operacional Regional):

EIXO 1 – PROMOVER A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA REGIONAL E A AFIRMAÇÃO DE UM TECIDO ECONÓMICO RESILIENTE, INDUSTRIALIZADO, INOVADOR E QUALIFICADO

OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar a capacidade regional de produção competitiva para os mercados mundiais • Valorizar a capacidade de resposta da região às diferentes dimensões da lusofonia • Captar IDE de natureza estruturante e alinhado com a estratégia de desenvolvimento regional • Reforçar a incorporação da I&D e da inovação em setores com expressão na estrutura produtiva regional • Capitalizar os benefícios da concentração na região Centro de “distritos industriais” com elevada capacidade de afirmação • Incrementar o empreendedorismo, o empreendedorismo de base tecnológica e a criação de empresas de elevado crescimento no espaço regional • Apostar de forma reforçada nos domínios diferenciadores relevantes à escala da região Centro • Implementar de forma ambiciosa, eficaz e eficiente a abordagem regional RIS3.
DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Competitividade e Internacionalização do Tecido Empresarial (COMPETIR) • Investigação & Desenvolvimento, Inovação e Empreendedorismo (IDEIAS) • Especialização Inteligente (ESPECIALIZAR): • Agricultura • Floresta • Mar • Turismo • Tecnologias de Informação Comunicação e Eletrónica (TICE) • Materiais • Biotecnologia • Saúde, Bem-Estar.

EIXO 2 – REFORÇAR O POTENCIAL HUMANO E A CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL DAS ENTIDADES REGIONAIS



<p>OBJETIVOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Universalizar a acessibilidade ao ensino pré-escolar. • Combater o abandono escolar precoce e o insucesso escolar. • Reforçar níveis de qualificação secundária e superior da população. • Universalizar o desenvolvimento de competências centradas na criatividade, qualidade, inovação e empreendedorismo a todos os níveis de ensino (do primeiro ciclo do básico até ao superior). • Dinamizar abordagens e experiências pedagógicas inovadoras em todos os níveis de ensino. • Apostar na aprendizagem ao longo da vida. • Reforçar a qualificação dos empresários. Aprofundar a eficácia do modelo de formação e qualificação de ativos, na articulação entre a formulação do quadro de necessidades da base empresarial e a adequação da oferta formativa. • Fomentar a empregabilidade e o emprego, a todos os níveis. • Fomentar o empreendedorismo, atitudes “empreendedoras” e “impreendedoras” • Captar talentos provenientes de outras regiões ou países. • Fomentar a capacitação institucional de organizações relevantes para o desenvolvimento regional, em função de uma contratualização de objetivos e resultados a alcançar, alinhados com a estratégia regional. • Dinamizar mecanismos de colaboração interinstitucional, de cooperação, parceria e trabalho em rede, especialmente quando alinhados com prioridades regionais e através de uma contratualização de resultados a alcançar. • Estabelecer plataformas colaborativas que implementem redes operacionais articuladas entre as unidades produtivas e os centros de conhecimento e investigação.
<p>DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Educação (EDUCAR). • Transição para o Mercado de Trabalho (EMPREGAR). • Aprendizagem ao Longo da Vida (L3). Captação de Talentos (TALENTO©). • Desenvolvimento de Cidadãos Plenos e Saudáveis (CIDADANIA). • Demografia e Política de Família (POVOAR). • Capacitação Institucional (CAPACITAR).

EIXO 3 – FORTALECER A COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL, POTENCIANDO A DIVERSIDADE E OS RECURSOS ENDÓGENOS

<p>OBJETIVOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a coesão social, através da redução das assimetrias e da estruturação de medidas orientadas para diminuir a franja populacional com debilidades potencialmente geradoras de exclusão social. • Estruturar modelo de coesão pró-ativo e centrado nas pessoas, numa lógica de proximidade, apostando na economia social, no papel das IPSS e ONG. • Cobrir eventuais falhas pontuais da rede de equipamentos sociais e da sustentabilidade a infraestruturas já existentes. • Dinamizar iniciativas de combate à pobreza e exclusão social. • Apostar no reforço da igualdade de oportunidades no acesso à educação e à formação profissional, de modo inclusivo. • Fomentar novas abordagens à inovação e empreendedorismo social. • Promover a adoção de modelos e abordagens de inovação aberta. • Esbater as assimetrias territoriais, através de apostas concretas no potencial endógeno de cada espaço geográfico específico, mormente através da aplicação de instrumentos de base territorial disponíveis para o conseguir (DBLC, ITI, inovação social, inovação rural). • Implementar medidas de discriminação positiva baseadas no grau de desenvolvimento diferenciado dos 100 concelhos da região Centro, que correspondem a concelhos da Competitividade (38), de Transição (18) e da Coesão (44). • Dinamizar ações concretas direcionadas exclusivamente para concelhos de transição e/ou da coesão (e.g. continuidade do atual SIALM, em termos a definir). • Envolver ativamente os concelhos e sub-regiões da coesão no sucesso da região Centro como um todo, em termos de capacidade competitiva, de criação de riqueza e postos de trabalho.
<p>DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Coesão Social (APROXIMAR) • Coesão Territorial (CONVERGIR).

EIXO 4 – CONSOLIDAR A ATRATIVIDADE E A QUALIDADE DE VIDA NOS TERRITÓRIOS

<p>OBJETIVOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificar a estruturação do corredor de desenvolvimento logístico Aveiro-Salamanca, enquanto via central de apoio à internacionalização e ao transporte de bens transacionáveis. • Melhorar qualidade infraestrutural e capacidade intermodal das infraestruturas portuárias (Portos de Aveiro e Figueira da Foz). • Completar a rede de acessibilidades rodoviárias onde, a título excecional, ainda apresenta manifestas fragilidades. • Afirmar o papel das infraestruturas de TICE enquanto instrumento de afirmação da competitividade. • Melhorar a coerência da rede patrimonial e cultural com potencial de promoção da atratividade da região. • Afirmar de uma hierarquia de polos urbanos, beneficiária de iniciativas de regeneração urbana orientada e valorizadora de uma articulação urbano-rural mais efetiva e eficaz.
-------------------------	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Prestar particular atenção aos espaços periurbanos, através de intervenções integradas. • Estruturar intervenções que operacionalizam a montagem de uma rede consolidada de turismo em espaço rural (regeneração de edifícios e caminhos rurais, paisagem, modernização dos pequenos centros urbanos). • Implementar iniciativas de afirmação do intermunicipalismo enquanto espaço de gestão integrada dos recursos existentes. • Assumir como prioritária a regeneração, dinamização e sustentabilidade das infraestruturas e equipamentos já existentes, articulando o seu funcionamento em lógicas de rede. • Melhorar as condições de suporte à governação e modernização administrativa • Promover sistemas de mobilidade assentes em transportes públicos. • Apostar na conclusão das redes de ciclo urbano da água e tratamento de resíduos, mas também na otimização do seu funcionamento, com redução das correspondentes perdas existentes.
DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Rede Urbana e Qualificação das Cidades (URBES) • Acessibilidades, Logística e Mobilidade à Escala Regional (MOVIMENTOS) • Outras Infraestruturas de Apoio à Competitividade (DINAMIZAR) • Cultura e Conservação do Património (CONSERVAR)
EIXO 5 – AFIRMAR A SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Acentuar a dimensão de sustentabilidade no perfil competitivo da região, em particular nos setores ligados à valorização dos seus recursos. • Incrementar setores de substituição da economia do carbono (e.g. reutilização e reciclagem de materiais). • Apostar na eficiência energética enquanto elemento identitário da região Centro. Aplicar, manter e renovar recursos naturais e espaços qualificados, preservando a biodiversidade. • Resolver passivos ambientais ainda existentes. • Proteger a orla costeira e recursos hídricos regionais. • Investir na gestão de riscos, com particular incidência na prevenção de incêndios florestais.
DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Ciclo da água e gestão dos resíduos (PRESERVAR). • Proteção do ambiente, recursos naturais e prevenção de riscos (SUSTENTAR). Promoção das Energias Renováveis e da Eficiência Energética (PERENE).

7.3.2 RIS3 do Centro de Portugal

A região Centro definiu a sua Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3) a qual assume os seguintes **domínios diferenciadores**:

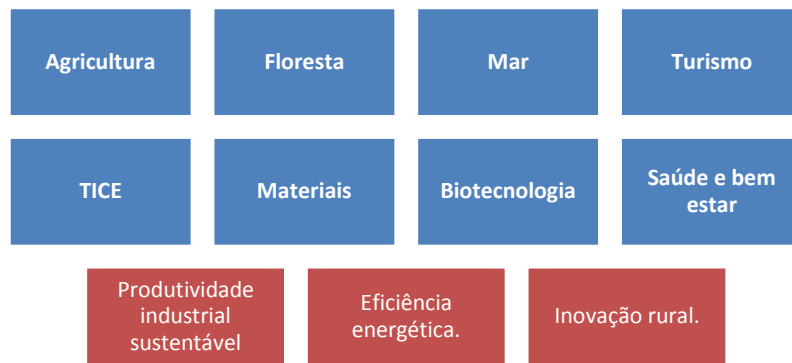


Figura 38. Domínios diferenciadores e transversais (a vermelho) RIS3 Centro.

Fonte: CCDRC, julho 2013.

São ainda referidas **áreas de interligação** que cruzam os domínios diferenciadores e enquadram as apostas RIS3:

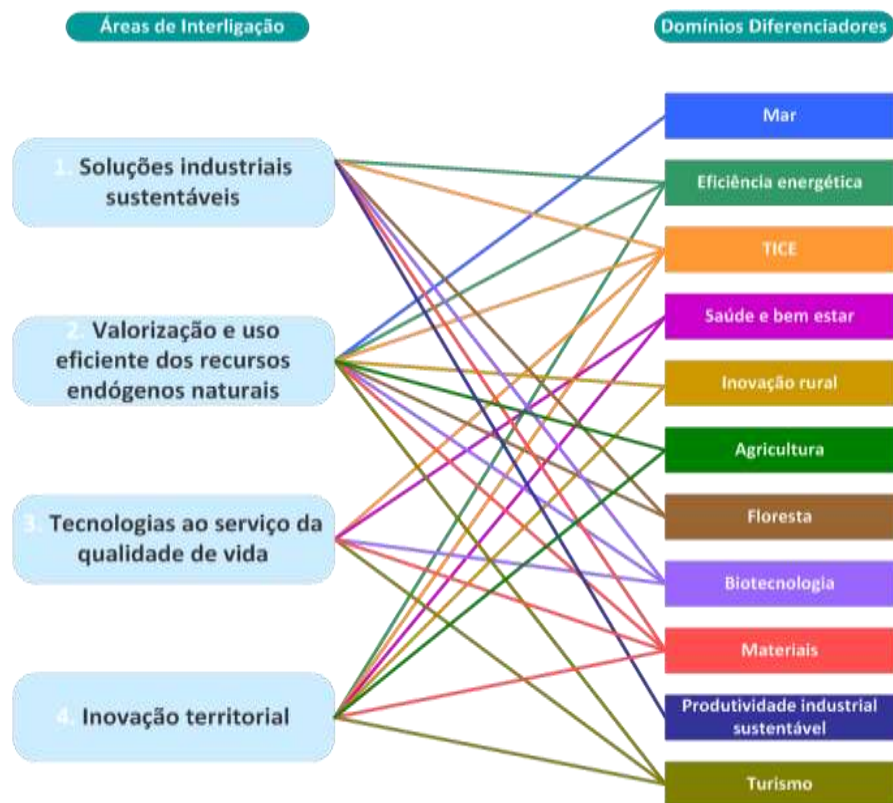


Figura 39. Prioridades RIS3: Áreas de Interligação.

Fonte: CCDRC, julho 2013.

No interior das áreas de interligação, a CCDRC identificou um conjunto de “apostas indicativas”, que se assumem constituírem áreas de fronteira a explorar pelos empreendedores regionais. Essas apostas indicativas são¹⁷:

Tabela 27. Apostas indicativas RIS3 Centro.

ÁREAS DE INTERLIGAÇÃO	APOSTAS INDICATIVAS
1. Soluções Industriais sustentáveis	1.1. Otimização sustentada da produtividade industrial
	1.2. Desenvolvimento e utilização de materiais
2. Valorização e uso eficiente dos recursos endógenos naturais	2.1. Fontes energéticas alternativas
	2.2. Desenvolvimento de cadeias de valor associadas aos recursos endógenos naturais
3. Tecnologias ao serviço da qualidade de vida	3.1. Futuro digital
	3.2. Inovação centrada na saúde
	3.3. Envelhecimento ativo
4. Inovação Territorial	4.1. Inovação rural
	4.2. Cidades sustentáveis, criativas e inteligentes
	4.3. Investigação, desenvolvimento e inovação no turismo

Fonte: CCDRC, julho 2013.

7.4 Orientações dos Instrumentos de Gestão Territorial

7.4.1 PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território¹⁸ é um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica e de âmbito nacional que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional e consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial.



Atendendo ao contexto estratégico da região Centro, que se caracteriza por ser um território bastante diversificado relativamente aos seus recursos naturais, estrutura económica e

¹⁷ “RIS3 do Centro de Portugal. Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente, pp. 98”.

¹⁸ Aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro e retificado pelas Declarações de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de setembro, e n.º 103-A/2007, de 23 de novembro.

distribuição da população, o PNPOT identifica as seguintes **opções estratégicas territoriais** para a região:

- Reforçar os fatores de **internacionalização da economia regional** e a posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu;
- Promover o **caráter policêntrico do sistema urbano**, consolidando os sistemas urbanos sub-regionais que estruturam a região;
- Reforçar o potencial estruturante dos grandes eixos de comunicação, de forma a estimular complementaridades entre centros urbanos, em particular nas áreas do interior, e a assegurar as ligações intrarregionais relevantes para a **coesão regional**;
- Promover **redes urbanas de proximidade** que potenciem dinâmicas de inovação e suportem novos polos regionais de competitividade, consolidando as dinâmicas dos *clusters* emergentes;
- Promover a **coesão**, nomeadamente dinamizando as pequenas aglomerações com protagonismo supralocal e estruturando o povoamento das áreas de baixa densidade;
- Promover o **potencial turístico**, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico;
- Mobilizar o **potencial agropecuário** e valorizar os grandes empreendimentos hidroagrícolas da região;
- Valorizar os **recursos hídricos e recuperar a qualidade da água**, concluindo os projetos integrados de despoluição;
- Assumir como prioridade estratégica a **proteção, valorização e gestão sustentável da riqueza em termos geológicos**, nomeadamente rochas industriais e minérios metálicos;
- Explorar o potencial para a produção de **energias renováveis**;
- **Proteger e valorizar o litoral** e ordenar as dinâmicas urbanas nestas áreas;
- Ordenar os **territórios urbanos** e, em particular, qualificar as periferias das cidades e revitalizar os centros históricos;
- Ordenar a **paisagem**, salvaguardar as áreas agrícolas ou de valia ambiental da pressão do uso urbano/industrial e implementar estruturas ecológicas de âmbito regional e local;

- Ordenar as **Áreas Protegidas**, articulando níveis elevados de proteção dos valores naturais com o uso sustentável dos recursos, com benefícios económicos e sociais para a população residente.

Neste contexto, a **região Centro de Portugal Continental é dividida em quatro “espaços da região”**: Centro Litoral, Dão-Lafões, Beira Interior e Pinhal Interior, apresentando opções para o desenvolvimento do território de acordo com as especificidades de cada divisão. O território da região de Leiria (NUT III) é abrangido pelo Centro Litoral (municípios de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Porto de Mós e Pombal) e pelo Pinhal Interior (municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande).

Neste sentido, o PNPOT identifica as seguintes **opções para o desenvolvimento do território Centro Litoral** que importa apresentar, com especial destaque sobre aquelas que incidem diretamente na região de Leiria:

- Reforçar as dinâmicas industriais que valorizem competências em setores de alto valor acrescentado e suscetíveis de elevados ganhos de produtividade;
- Valorizar o novo quadro de acessibilidades resultantes dos investimentos na construção, melhoramento ou conclusão de infraestruturas de transporte e logística, nomeadamente relacionados com o comboio de alta velocidade, os portos da Figueira da Foz e Aveiro (incluindo a plataforma logística em Cacia) e a A17;
- **Promover a estrutura policêntrica dos sistemas urbanos do litoral, reforçando os eixos urbanos centrados em Leiria-Marinha Grande e Coimbra-Figueira da Foz e a constelação urbana de Aveiro;**
- Promover a **cooperação interurbana de proximidade** para criar a escala e a integração funcional necessárias ao desenvolvimento e sofisticação dos serviços e valorizar o novo quadro de acessibilidades para concorrer com as atividades terciárias instaladas em Lisboa e Porto;
- **Fomentar o desenvolvimento do eixo de ensino, ciência e inovação tecnológica de Aveiro – Coimbra – Leiria** como elemento fundamental para sustentar dinâmicas de competitividade e inovação territorial;

- **Valorizar os grandes projetos hidroagrícolas do Baixo Mondego, Baixo Vouga e do Liz** e promover o desenvolvimento do *cluster* horticultura de acordo com os princípios de bom ordenamento e de preservação dos recursos naturais;
- Compatibilizar o modelo de urbanização e de industrialização difusas com a preservação e valorização do potencial de desenvolvimento das atividades agropecuárias, dos setores da pesca e da aquicultura e do turismo e com a salvaguarda dos valores ambientais, patrimoniais e paisagísticos;
- **Favorecer o reordenamento industrial, sobretudo nas áreas do Pinhal Litoral e do Baixo Vouga, no sentido de criar espaços de localização empresarial** que contribuam para o reforço da estrutura policêntrica do sistema urbano e que promovam fatores potenciadores da inovação e do desenvolvimento tecnológico;
- **Promover a valorização integrada dos recursos do litoral e gerir a pressão urbano-turística na zona costeira**, de forma a assegurar a exploração sustentável dos recursos naturais, a qualificação da paisagem e a adequada prevenção dos riscos;
- **Valorizar os recursos hídricos e concluir os projetos de despoluição integrada das bacias do Liz, do Mondego e do Vouga e ainda da Ria de Aveiro.**

Relativamente ao território do **Pinhal Interior** foram identificadas as seguintes opções de desenvolvimento que importa ter em consideração para a construção da estratégia da região de Leiria:

- **Gerir o declínio da população e a baixa densidade** de forma a garantir os mínimos de ocupação necessários à gestão sustentável do território;
- Implementar planos setoriais de **ordenamento florestal** com capacidade para ultrapassar as limitações decorrentes da estrutura da propriedade e promover a gestão sustentável dos recursos, prevenindo o risco de incêndio, e a sua exploração integrada numa ótica empresarial;
- **Reforçar as funções urbanas das sedes de concelho** como centros organizadores do território, apostando em soluções inovadoras com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação;
- **Reforçar as articulações com as cidades de Leiria/Pombal, Coimbra, Viseu, Castelo Branco e com os centros urbanos do Médio Tejo**, indo ao encontro de novas procuras urbanas, sobretudo nos domínios do turismo e do lazer;

- Assumir o papel que pode ter o **uso residencial das estruturas de povoamento tradicionais**, em particular das aldeias da serra, para manter a ocupação do espaço e para a dinamização económica;
- Valorizar o potencial para a **produção de energias renováveis**, sobretudo eólica e de biomassa;
- **Valorizar os recursos hídricos** e concluir os projetos de despoluição integrada, em particular da bacia do Zêzere;
- **Estruturar a rede de equipamentos de âmbito supramunicipal** numa lógica de complementaridade, especialização e funcionamento concertado;
- Prever soluções de **mobilidade e acessibilidade** que garantam a todos os grupos populacionais o acesso efetivo às funções urbanas.

Por último, tendo em conta a Estratégia Portugal 2025, o PNPOT constitui-se como um dos instrumentos-chave para a implementação da ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, pondo em relevo o contributo das políticas de ordenamento do território para que Portugal seja:

1. **Um espaço sustentável e bem ordenado;**
2. **Uma economia competitiva integrada e aberta;**
3. **Um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar;**
4. **Uma sociedade criativa e com sentido de cidadania;**

A Estratégia Portugal 2025, constante no Relatório do PNPOT, identifica os três primeiros desígnios anteriormente apresentados, um conjunto de opções estratégicas:

1. UM ESPAÇO SUSTENTÁVEL E BEM ORDENADO

OPÇÕES ESTRATÉGICAS

- Preservar o quadro natural e paisagístico, em particular os recursos hídricos, a zona costeira, a floresta e os espaços de potencial agrícola;
- Gerir e valorizar as áreas classificadas integrantes da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;
- Articular o sistema de “espaços abertos” de natureza ambiental e paisagística com o sistema urbano e as redes de infraestruturas;
- Estruturar nucleações que contrariem a tendência para a urbanização contínua ao longo da faixa litoral de Portugal Continental;

2. UMA ECONOMIA COMPETITIVA INTEGRADA E ABERTA

OPÇÕES ESTRATÉGICAS

- Reforçar a integração do território nacional através de uma organização mais policêntrica do sistema urbano;
- Valorizar o papel estratégico da Região Metropolitana de Lisboa, da aglomeração urbano-industrial do Noroeste, do polígono Leiria-Coimbra-Aveiro-Viseu e das regiões turísticas de valia internacional do Algarve, da Madeira e de outros polos emergentes de desenvolvimento turístico, para a afirmação internacional de Portugal;
- Desenvolver redes de conectividade internacional que conjuguem as necessidades de integração ibérica e europeia com a valorização da vertente atlântica e com a consolidação de novas centralidades urbanas;
- Estruturar sistemas urbanos sub-regionais de forma a constituir polos regionais de competitividade, em particular no interior;

3. UM TERRITÓRIO EQUITATIVO EM TERMOS DE DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR

OPÇÕES ESTRATÉGICAS

- Definir o sistema urbano como critério orientador do desenho das redes de infraestruturas e de equipamentos coletivos, cobrindo de forma adequada o conjunto do País e estruturando os sistemas de acessibilidades e mobilidades em função de um maior equilíbrio no acesso às funções urbanas de nível superior;
- Promover redes de cidades e subsistemas urbanos locais policêntricos que, numa perspetiva de complementaridade e especialização, permitam a qualificação dos serviços prestados à população e às atividades económicas;
- Valorizar a diversidade dos territórios e a articulação dos centros urbanos com as áreas rurais, garantindo em todo o País o acesso ao conhecimento e aos serviços coletivos e boas condições de mobilidade e comunicação, favorecendo a liberdade de opção por diferentes espaços e modos de vida;

4. UMA SOCIEDADE CRIATIVA E COM SENTIDO DE CIDADANIA

Neste contexto, a próxima tabela faz a relação entre os principais desígnios apresentados na Estratégia Portugal 2025 do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e as principais medidas adotadas para a região de Leiria, traduzindo um alinhamento entre a Estratégia desta sub-região com as opções estratégicas definidas à escala nacional ao nível do PNPT.

Tabela 28. Matriz de correlação entre as medidas região de Leiria 2020 e as opções estratégicas do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

Medidas Leiria 2020:	PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO			
	1. Um espaço sustentável e bem ordenado	2. Uma economia competitiva integrada e aberta	3. Um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar	4. Uma sociedade criativa e com sentido de cidadania
1 Programa + escola		++	+++	+
2 Sistema regional de qualificação e respostas profissionais		++	+++	
3 Sistema regional de apoio à inclusão e coesão		+	+++	++
4 Programa regional de gestão integrada da água	+++		+	
5 Programa regional de gestão integrada de resíduos sólidos	+++		+	
6 Programa regional energia eficiente e renovável	+++		+	
7 Programa regional de proteção ambiental	+++		+	
8 Reforço da I&D e da inovação	+	+++	+++	+
9 + Empresas		+++		
10 Leiria digital 3.0	+	+	+++	+
11 Programa de requalificação urbana e da mobilidade sustentável	+++	+	+++	
12 Expansão do <i>cluster</i> dos moldes, ferramentas especiais e plásticos		+++	+	
13 Incentivo à consolidação da iniciativa do <i>cluster</i> do habitat		+++	+	
14 Valorização económica da floresta	+++	+++	+	
15 Diversidade de oferta turística	+++	+++	+	

Legenda: impacto muito elevado: +++ ; impacto elevado: ++ ; impacto médio: +

7.4.2 PROT-C: Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro

O Plano Regional de Ordenamento do Território para a região Centro (PROT-C) é um instrumento estratégico que estabelece as linhas orientadoras do desenvolvimento, organização e gestão dos territórios da região Centro, enquadra os investimentos estruturantes a realizar e serve de referência para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território.



Este instrumento apresenta as **principais opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento da região Centro**, o modelo de organização do território para a sua operacionalização e os elementos necessários à sua concretização, nomeadamente as normas orientadoras e o programa de execução.

O PROT-C assume como **objetivos gerais**:

- Definir diretrizes para o uso, ocupação e transformação do território, num quadro de opções estratégicas estabelecidas a nível regional;
- Desenvolver, no âmbito regional, as opções constantes do programa nacional da política de ordenamento do território e dos planos setoriais;
- Traduzir, em termos espaciais, os grandes objetivos de desenvolvimento económico e social sustentável formulados no plano de desenvolvimento regional;
- Equacionar as medidas tendentes à atenuação das assimetrias de desenvolvimento intrarregionais;
- Servir de base à formulação da estratégia nacional de ordenamento territorial e de quadro de referência para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território.

Relativamente aos **objetivos estratégicos**, destacam-se:

- O reforço dos fatores de **internacionalização** da economia regional e a valorização da posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu;
- A **proteção, valorização e gestão sustentável** dos recursos hídricos e florestais;
- O aproveitamento do **potencial turístico**, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico;
- A mobilização do **potencial agropecuário** e a valorização dos grandes empreendimentos hidroagrícolas;

- O desenvolvimento de uma **política integrada para o litoral**;
- O reforço da **cooperação transfronteiriça**, visando uma melhor inserção ibérica das sub-regiões do interior.

No âmbito do PROT-C, foram definidas quatro unidades territoriais: Centro Litoral, Dão-Lafões e Planalto Beirão, Beira Interior e Pinhal Interior e Serra da Estrela. O território da região de Leiria encontra-se abrangido por duas unidades territoriais, nomeadamente o Centro Litoral – Subsistema Leiria-Marinha Grande/Pinhal Litoral (abrange os municípios de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós) e Pinhal Interior e Serra da Estrela (abrange os municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande).

Neste sentido, a próxima tabela sintetiza as principais normas específicas de base territorial presentes no Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro, tendo em conta os seguintes domínios:

- Sistema Urbano, Povoamento e Ordenamento do Território;
- Inovação e Competitividade;
- Turismo;
- Acessibilidade e Mobilidade;
- Sistema de Proteção e Valorização Ambiental.

Nota-se que as normas que a seguir se apresentam foram estruturadas em função de duas unidades territoriais (com abrangência no território da região de Leiria, como foi visto anteriormente):

- Centro Litoral (e sempre que possível apenas restringido ao subsistema urbano ancorado em Leiria – Marinha Grande);
- Pinhal Interior e Serra da Estrela.

Tabela 29. Normas específicas de base territorial por domínio estratégico e unidade territorial (Centro Litoral e Pinhal Interior e Serra da Estrela).

	SISTEMA URBANO, POVOAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
CENTRO LITORAL	<p>Qualificar o subsistema urbano ancorado em Leiria - Marinha Grande:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reforçar as centralidades do eixo Leiria – Marinha Grande e inovar os serviços em torno da base económica envolvente; 2. Organizar este subsistema integrando o centro urbano regional de Leiria e ainda os centros estruturantes de Marinha Grande e Pombal, associando um leque de centros urbanos complementares localizados nas proximidades; 3. Afirmar Leiria – Marinha Grande nas redes de articulação com a metrópole de Lisboa, rentabilizando as sinergias funcionais instaladas e potenciais; 4. Criar e reforçar redes de articulação com o Oeste e o Médio Tejo nas áreas do património e do turismo (Alcobaça -Batalha - Fátima -Tomar). <p>No subsistema urbano Leiria – Marinha Grande/Pinhal Litoral consideram-se prioritárias as seguintes intervenções:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Estruturar a aglomeração urbana Leiria – Marinha Grande, tendo em conta a localização da futura estação e traçado da RAVE e a conclusão do IC 36 prevista no PRN; 2. Operacionalizar a articulação da malha rodoviária arterial com a rede de Estradas Nacionais (EN), tendo em conta a intensidade de urbanização ao longo destas, através de soluções que valorizem e requalifiquem a rede existente em articulação com as estratégias urbanísticas; 3. Conceber e operacionalizar alternativas para o tráfego de passagem na EN1 (aproveitando ao máximo as conexões com a IP1/A1 intervindo nomeadamente no cruzamento das referidas vias na localidade do Barracão, no limite dos concelhos de Leiria e Pombal) como condição de intervir urbanisticamente na urbanização linear ao longo da “estrada-rua”; 4. Controlar a pressão urbanística junto aos nós do IC1/A17 e sua relação com a orla costeira; 5. Qualificar as zonas de acolhimento empresarial (novas ou expansões), diminuindo o conflito com a urbanização envolvente e aproveitando ao máximo a infraestrutura existente, nomeadamente as ligações aos nós do sistema arterial; 6. Garantir a concertação intermunicipal para as estratégias de qualificação da urbanização difusa de baixa densidade para a zona agrícola a SO do Pombal (setor, grosso modo, entre a N1 e o IC8); e para toda a faixa entre o IC1/A17 e o IP1/A1; 7. Ordenar e regular a indústria extrativa; 8. Preservar as manchas de produção hortícola e de produção frutícola com denominação de origem reconhecida (Pera Rocha – DOP) e preservar as manchas vitícolas de produção de vinho de qualidade; 9. Salvaguardar de utilizações não agrícolas as áreas de aproveitamento hidroagrícola do Lis e garantir a conclusão das obras de reabilitação e de reestruturação fundiária.

PINHAL INTERIOR
E SERRA DA
ESTRELA

A estruturação do sistema urbano da unidade territorial do Pinhal Interior implica:

1. Desenvolver serviços, organizados à escala supramunicipal, com características polivalentes e orientados para as zonas rurais de baixa densidade;
2. Integram esta unidade os centros urbanos complementares, ou sejam, as sedes de concelho que constituem a base de sustentação da coesão territorial e das redes de proximidade;
3. Reforçar os centros urbanos complementares nomeadamente Arganil, a norte, e a Sertã, a sul;
4. Reforçar a potencial estruturação linear de centros urbanos complementares localizados ao longo do IC 8;
5. Reforçar as atividades ligadas à gestão integrada dos recursos naturais, com destaque para a floresta e o potencial energético;
6. Focar intervenções na população envelhecida e da infância (à primeira infância e infância em idade escolar) e dar prioridade ao ensino profissional, combinando saberes horizontais (como a informática, as línguas, as tecnologias), com especializações, instituições e saberes localmente enraizados;
7. Focar intervenções nos domínios que:
 - a. Revitalizar e recuperar saberes, especificidades culturais e tradicionalismos (incluindo os temas relacionados com o “desenvolvimento endógeno”, TER, termalismo, valores patrimoniais, desenvolvimento rural);
 - b. Constituem procuras e prioridades conhecidas (apoio social, cuidados continuados).
8. Consagrar a obrigatoriedade de uma maior e melhor focalização e articulação das políticas públicas, de modo a que estas possam, ao mesmo tempo, desenvolver os desígnios da coesão social e trabalhar algumas componentes da competitividade, onde a alta cotação ambiental e cultural contrasta com a escassez dos recursos humanos e de capital;
9. Discriminar positivamente a amarração local das iniciativas (incorporação local de matérias primas e produtos intermédios, capacidade de construir relações com instituições escolares e de formação profissional), explorando os objetivos do desenvolvimento endógeno ou local e dando prioridade a instituições com provas reconhecidas de boas práticas.

Tendo em conta a **estrutura de povoamento e ordenamento do território existentes, destacam-se as seguintes prioridades ao nível da intervenção:**

1. Garantir a estruturação do sistema urbano, num cenário territorial “centrífugo”, i.e. sem um centro principal de polarização, consagrando a unidade Pinhal Interior como um todo;
2. Discriminar positivamente o reforço funcional das sedes de concelho e incentivar o crescimento funcional dos centros que, pela sua dimensão e perfil funcional, jogam um papel importante de influência sub-regional;
3. Intensificar o uso dos equipamentos existentes, tal como o reforço de redes e complementaridades intermunicipais para a gestão de equipamentos e organização de serviços;
4. Conjuguar “subsistemas” de prestação de serviços e de redes de equipamentos mais ou menos autónomos e articular serviços, modos de funcionamento e rendibilização de espaços e recursos (p.e. da rede escolar com equipamentos culturais e desportivos), combinando os serviços móveis e fixos;

	<p>5. Consagrar a necessidade de, em PDM, rever os critérios de edificabilidade em situações de elevada dotação infraestrutural e proximidade a aglomerados existentes; bem como garantir o acolhimento nos PMOT dos projetos TER com qualidade e viabilidade económica financeira;</p> <p>6. Operacionalizar dois modos de intervenção ao nível do “espaço rural”:</p> <ol style="list-style-type: none"> A defesa de políticas restritivas para a conservação dos solos, no caso de haver fortes investimentos em infraestruturas (caso dos perímetros de regadio) e dos solos produtivos estratégicos, agrícolas e florestais; O recurso a políticas incentivadoras da produção agrícola e florestal assentes numa visão de multifuncionalidade do espaço rural, promovendo a melhoria da qualidade de vida e a diversificação da economia nas zonas rurais em que se verifica o maior perigo de abandono.
	<p>INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE</p>
<p>CENTRO LITORAL</p>	<p>No subsistema urbano Leiria - Marinha Grande/Pinhal Litoral as medidas para a implementação do sistema regional para a inovação empresarial são as seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Rede de Criação de Conhecimento e Tecnologia: <ol style="list-style-type: none"> Desenvolver uma Área de Localização Empresarial dedicada à atracção de IDE: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estruturar a interface com o SC&T, designadamente nas áreas das tecnologias cerâmicas e do vidro e das tecnologias associadas à injeção de plásticos; ▪ Aproveitar as redes de relacionamento de C&T consolidadas e estimular a capacidade empreendedora; ▪ Desenvolver a capacidade de atrair PME internacionais que procurem instalar-se na UE e, paralelamente, desenvolver condições para incubação e desenvolvimento de empresas a partir de investimentos externos; ▪ Proporcionar serviços de apoio a outras zonas industriais; ▪ Proporcionar serviços de apoio à atividade empresarial nas ZAES. 2. Rede de Apoio Tecnológico: <ol style="list-style-type: none"> Implementar rede de ALEC; Implementar rede de ZAES. 3. Medidas de Apoio Setorial: <ol style="list-style-type: none"> Desenvolver uma Estrutura Intermediária entre o tecido empresarial e o SC&T que deve: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Articular-se com os polos do Baixo Vouga (HA-TIC) e do Baixo Mondego (Saúde – nano/bio/telemed) no sentido de contribuir para a orientação da I&D; ▪ Posicionar-se como estrutura prospetora de novas tecnologias e aplicações; ▪ Intermediar as relações do SC&T com a estrutura empresarial local; ▪ Aproveitar o potencial existente, designadamente os fortes níveis de empreendedorismo e as estruturas formais presentes (IPL, CEFAMOL, CENTIMFE). Desenvolver centros experimentais para melhorar a capacidade de uso de TIC:

- Desenvolver redes de utilizadores de TIC, aproveitando a plataforma Leiria Digital;
 - Promover a aplicação na telemedicina, na promoção turística, nos sistemas de controlo de incêndios, etc.
- c. Promover Polos de Competitividade, Tecnologia e Negócios Agro Rurais, através da criação de parcerias em torno das instituições universitárias da região com núcleos de competências na área de I&ED, do aconselhamento de negócios agro-rurais, transferência do saber – agro formação e redes de explorações de experimentação e inovação nomeadamente nas áreas da tecnologia do regadio, da horticultura, floricultura, da fruticultura, energias alternativas (biogás), etc..

As normas para a implementação do sistema regional para a inovação empresarial são as seguintes:

1. Rede de Apoio Tecnológico:

- a. Implementar rede de ZAES.

2. Medidas de Apoio Setorial:

- a. Desenvolver centros experimentais para melhorar a capacidade de uso de TIC, promovendo:
- i. Projetos de utilização de TIC em articulação com os principais núcleos de desenvolvimento (e.g. telemedicina; apoio ao turismo etc.);
 - ii. A implementação de um sistema de monitorização florestal, em articulação com a administração local, o sistema de proteção civil e de combate a incêndios;
 - iii. Promover o desenvolvimento da telemedicina para acesso a serviços gerais, visando: facilitar o acesso a serviços apenas disponíveis nos principais aglomerados urbanos; desenvolver sistema de cuidados médicos a partir de casa (e.g. acompanhamento médico em doenças crónicas; em situações de recuperação; etc.).
- b. Apoiar e promover o desenvolvimento de projetos existentes e de projetos-piloto de valorização ecossistémica e de promoção turística, visando:
- i. Mobilizar instituições locais (e.g. C.M.) e apoiar unidades de C&T regionais relevantes como o Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE) ou o Parque Biológico da Serra da Lousã;
 - ii. Promover a qualidade cénica, a exploração cinegética, a micologia, as áreas de lazer, a ornitologia, etc.;
 - iii. Desenvolver estruturas de suporte aos fluxos turísticos (e.g. apoios à criação e modernização de alojamento, gastronomia, etc.).
- c. Desenvolver a rede de micro-recolha de biomassa, promovendo:
- i. A revitalização do Centro de biomassa de Miranda do Corvo;
 - ii. Apoio à criação de microempresas a funcionar em articulação com as centrais de biomassa;
 - iii. Apoio ao estabelecimento de programas de fomento à economia social, designadamente o envolvimento na recolha de setores sociais mais desfavorecidos (e.g. desempregados de longa duração, baixas qualificações, trabalho parcial, etc.);
 - iv. Implementar o sistema de monitorização florestal com base em TIC, promovendo a articulação com o SC&T, a administração local e as sistema institucional de proteção civil;
 - v. Promover Polos de Competitividade, Tecnologia e Negócios Agro Rurais – Criar núcleos de competências na área de I&D, do

	aconselhamento de negócios agro - rurais, transferência do saber – agro formação e redes de explorações de experimentação e inovação, nomeadamente, nas áreas da tecnologia da madeira, da fruticultura, energias alternativas, etc.
	TURISMO
CENTRO LITORAL	<p>O Centro Litoral é caracterizado por uma grande diversidade de recursos naturais, ambientais e culturais sendo a atividade turística fortemente ancorada em estruturas urbanas.</p> <p>1. Produtos Turísticos:</p> <p>a. Nesta unidade territorial dever-se-á privilegiar os seguintes produtos turísticos: <i>Touring</i> Cultural e Paisagístico (Rota do Vidro, Rota da Arte Nova), Turismo de Natureza, Turismo de Negócios, Turismo Náutico, Turismo Sol e Mar, Gastronomia e Vinhos, Saúde e Bem-estar, Golfe.</p> <p>2. Tipologias de Espaços Turísticos:</p> <p>a. Centralidades Urbano Turísticas (CUT):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ CUT I: Coimbra/Figueira da Foz, Aveiro/Ílhavo, Leiria/ Marinha Grande; ▪ CUT II: Ovar, Batalha; ▪ CUT III: Condeixa-a-Nova, Murtosa, Mira; ▪ Cabe aos PDM: prever equipamentos e serviços a instalar; prever a requalificação dos centros urbanos; melhorar a conectividade com os NUTL e NDT. <p>b. Núcleos Urbanos de Turismo de Lazer (NUTL):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Praia de Esmoriz, Furadouro, Torreira, S. Jacinto, Barra, Costa Nova, Vagos, Vagueira; ▪ Praia de Mira, Praia da Tocha, Quiaios, Costa de Lavos, Leirosa; ▪ Praia de Pedrógão, Vieira de Leiria e S. Pedro de Moel; ▪ Termas: Curia, Monte Real, Luso ▪ Mealhada; ▪ Outros definidos em PDM; ▪ Cabe aos PDM: prever a respetiva requalificação urbana e ambiental; prever a qualificação de equipamentos e serviços; melhorar a conectividade com os CUT e NDT. <p>c. Núcleo de Desenvolvimento Turístico (NDT):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Área mínima de NDT – 35 hectares; ▪ Atividades preferenciais de recreio e lazer ao ar livre; ▪ Melhorar a conectividade com os CUT e NUTL. <p>d. São permitidos, em solo rural, todas as tipologias de empreendimentos turísticos previstas na modalidade de “Empreendimentos Turísticos Isolados”. (ETI):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Os hotéis, pousadas e hotéis rurais construídos de raiz, devem obedecer aos seguintes parâmetros: Mínimo de 3 estrelas; Densidade máxima: 40 camas/ hectares; Número máximo de camas: 200 camas; Associar equipamentos de recreio e lazer de ar livre (campos de

	<p>jogos, piscinas, percursos pedonais e ciclovias, etc.); Aos hotéis deve-se associar as temáticas específicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Turismo em Espaço Rural (TER) e turismo de habitação: são permitidas todas as tipologias TER previstas na legislação em vigor.
<p>PINHAL INTERIOR E SERRA DA ESTRELA</p>	<p>Concretizar e aprofundar redes/projetos tematizados de expressão regional, nacional, transfronteiriça ou internacional (rotas turísticas, produtos com denominação de origem, “pacotes” mistos):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Produtos Turísticos: <ol style="list-style-type: none"> a. Nesta unidade territorial dever-se-á privilegiar os seguintes produtos turísticos: <i>Touring</i> Cultural e Paisagístico (Aldeias Históricas, Aldeias do Xisto), Turismo em Espaço Rural, Turismo de Natureza. 2. Tipologias de Espaços Turísticos: <ol style="list-style-type: none"> a. CUT: CUT II: Oliveira do Hospital, Seia, Gouveia; CUTIII: Todas as restantes sedes de concelho; Cabe aos PDMs: prever equipamentos e serviços a instalar; prever a requalificação dos centros urbanos; melhorar a conectividade com os NUTL. b. Os NUTL correspondem às áreas urbanas existentes com concentração de funções turísticas, residências de lazer, a consolidar, qualificar e regenerar: i. Aldeias Históricas; ii. Aldeias de Xisto; iii. Outros definidos em PDM; iv. Cabe aos PDM: prever a respetiva requalificação urbana e ambiental; prever a qualificação e concentração de equipamentos e serviços; melhorar a conectividade com os CUT. c. NDT: i. Área mínima de NDT – 15ha; ii. Atividades preferenciais de recreio e lazer ao ar livre; iii. Melhorar a conectividade com os CUT e NUTL. d. São permitidos, em solo rural, todas as tipologias de empreendimentos turísticos previstas na modalidade de “Empreendimentos Turísticos Isolados”.(ETI): i. Os hotéis, pousadas e hotéis rurais construídos de raiz, devem obedecer aos seguintes parâmetros: Mínimo de 3 estrelas; Densidade máxima: 40 camas/ hectares; Número máximo de camas: 200 camas; Associar equipamentos de recreio e lazer de ar livre (campos de jogos, piscinas, percursos pedonais e ciclovias, etc.); Aos hotéis deve-se associar as temáticas específicas. ii. Turismo em Espaço Rural (TER) e turismo de habitação: são permitidas todas as tipologias TER previstas na legislação em vigor. 3. Nas albufeiras de águas públicas deve-se potenciar e qualificar o uso turístico e de lazer e o acesso público de acordo com o previsto nos respetivos POAAP; 4. Área envolvente da albufeira do Castelo de Bode; <ol style="list-style-type: none"> a. Na zona terrestre de proteção admitem-se as tipologias consideradas no plano de ordenamento da albufeira em vigor; b. No caso de se verificar a revisão ou alteração do Plano da Albufeira em vigor devem ser discriminadas positivamente as seguintes situações: i. A proximidade das tipologias TER, TH e Hi ao plano de água; ii. A proximidade de equipamentos de recreio desporto e restauração ao plano de água. 5. Rever o POA da barragem de Santa Luzia, de acordo com as seguintes orientações:

	<ul style="list-style-type: none"> a. A proximidade das tipologias TER, TH e Hi ao plano de água; b. A proximidade de equipamentos de recreio desporto e restauração ao plano de água; <p>6. Deverá ser promovido o aproveitamento turístico da Albufeira da Barragem de Girabolhos. Na elaboração do respetivo POAAP devem ser discriminadas positivamente as seguintes situações: i. A proximidade das tipologias TER, TH e Hi ao plano de água; ii. A proximidade de equipamentos de recreio desporto e restauração ao plano de água.</p> <p>7. Praias fluviais:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Definição no âmbito dos PMOT das regras de qualificação ambiental e paisagística, nos termos da legislação em vigor.
	<p>ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE</p>
<p>CENTRO LITORAL</p>	<p>No corredor estruturante do litoral, dado o seu posicionamento geoestratégico deve-se:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Promover uma forte concentração e diversidade de infraestruturas de transporte e logística; 2. Considerar as infraestruturas lineares já existentes, em construção e programadas/previstas, incluindo aquelas que, embora possuindo um horizonte temporal de concretização que extravasa o próprio PROT-C, condicionam o modelo territorial da região a longo prazo. <p>A concretização da proposta de modelo territorial exige:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A melhoria do nível de serviço e das condições de segurança do atual IC2, designadamente através da materialização de novas infraestruturas com melhores condições de segurança e mobilidade; 2. A Construção do IC12 Mira (IC1/A17)/Mealhada (IP1/A1); 3. A construção do IC35 entre Vale de Cambra e Sever do Vouga como ligação inter-regional e entre o Litoral e o Interior; 4. A conclusão do ramal ferroviário entre a Linha do Norte e o Porto de Aveiro; 5. A garantia de acessos rodo e ferroviários à plataforma Logística de Cacia; 6. Modernizar o ramal ferroviário da Figueira da Foz que faz a ligação entre o Porto da Figueira da Foz e a Pampilhosa do Botão; 7. A construção e entrada em exploração da Linha de Alta Velocidade Lisboa - Porto; 8. Prever a ligação da Linha de Alta Velocidade Aveiro – Salamanca à linha do Norte de forma a assegurar a circulação de mercadorias entre o Porto de Aveiro, a plataforma de Cacia e o espaço ibérico; 9. A redefinição dos objetivos de modernização das Linhas do Norte e do Oeste, tendo em conta as atuais características físicas e operacionais e os níveis previsíveis de procura futura; 10. Estudar a viabilidade da ligação ferroviária da linha do Oeste à linha do Norte (Leiria -Tomar) incluindo Fátima; 11. Implementação dos sistemas intermunicipais de transportes, nomeadamente na área de influência de Coimbra em virtude da diversidade de infraestruturas de transporte aí instaladas e dos movimentos pendulares existentes.

<p>PINHAL INTERIOR E SERRA DA ESTRELA</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. A construção do IC6, C7 e IC37; 2. Assegurar a concretização da Subconcessão do Pinhal Interior incluindo as intervenções previstas nas EN e ER; 3. Aumentar a permeabilidade no Pinhal Interior, qualificando nomeadamente os eixos viários estruturantes tais como p.e. a EN17 e as ligações rodoviárias às sedes de concelho.
<p style="text-align: center;">SISTEMA DE PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL</p>	
<p>CENTRO LITORAL</p>	<p>No domínio das infraestruturas ambientais, é necessário:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir a eficácia e a eficiência dos sistemas de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais, nas seguintes localizações: rio Vouga: no troço desde a nascente até à confluência com o rio Zela (bacia hidrográfica do rio Vouga); albufeira da barragem da Aguieira no rio Mondego (bacia hidrográfica do rio Mondego; albufeira da barragem da Pracana no rio Ocreza (bacia hidrográfica do rio Tejo) e estuário do rio Mondego (bacia hidrográfica do rio Mondego); 2. Promover a adoção de soluções técnicas integradas para o tratamento de águas residuais de proveniência agropecuária, nomeadamente de suiniculturas (região de Leiria – solução já em curso com a participação da SIMLIS), de explorações de bovinos nas Regiões do Baixo Vouga e do Baixo Mondego e nas explorações de aviários de Pombal; 3. Definir condições para a modernização, ampliação e/ou deslocalização de unidades agropecuárias, designadamente para garantir o cumprimento de normas relativas à higiene, bem-estar animal e ambiente, nos termos da legislação aplicável. <p>No domínio dos recursos hídricos, é necessário:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir a satisfação das necessidades de água para rega, em particular nas áreas de regadio do Baixo Vouga, Baixo Mondego, Bacia do Lis; 2. Promover a qualificação ambiental do sistema hidrológico do Lis, controlando a poluição difusa com origem nas suiniculturas e nos efluentes domésticos e industriais; é prioritário o fecho da rede de saneamento em alta e as ligações “em baixa” (municípios, SIMLIS e RECILIS), e a despoluição de linhas de água; a valorização agrícola dos vales do Lis, Lena e Arunca deve articular-se com o Plano de Bacia Hidrográfica; 3. Promover a implementação de medidas de proteção na prevenção do risco potencial de contaminação antropogénica das águas subterrâneas, com especial incidência nos aquíferos que apresentam maior vulnerabilidade: sistema aquífero de Sicó - Alvaiázere, sistema aquífero de Pousos – Caranguejeira, sistema aquífero do Lourçal, sistema aquífero Leirosa – Monte Real, sistema aquífero de Ançã – Cantanhede e sistema aquífero quaternário de Aveiro; 4. Garantir a construção da barragem de Ribeiradio (Rio Vouga) para regularização dos caudais e utilização da água para fins múltiplos (rega e abastecimento); 5. Proteger a qualidade dos recursos hídricos através da aplicação dos Planos de Ação das Zonas Vulneráveis à poluição causada por nitratos de origem agrícola: ZV Aveiro e ZV Mira, através de atuação preventiva com a implementação e aumento de pontos de monitorização da qualidade química e ecológica das águas superficiais e subterrâneas;

6. Garantir a conclusão do dique de defesa dos Campos Agrícolas do Vouga;
7. Garantir a integridade dos potenciais Aproveitamentos Hidroagrícolas do Rio das Amieiras (concelho de Anadia), do Luso, Vacariça e Mealhada (concelho da Mealhada);
8. Garantir a integridade do Aproveitamento Hidroagrícola da Ribeira do Porcão (concelho de Anadia);
9. Salvaguardar de utilizações não agrícolas, nos termos da legislação específica, as áreas do Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo Mondego e garantir a conclusão das obras;
10. Elaborar programa de descontaminação dos campos do Baixo Mondego em resultado da atividade agrícola.

No domínio da conservação da natureza e biodiversidade é necessário:

1. Desenvolver os processos que conduzam à classificação da Ria de Aveiro e Pateira de Fermentelos com o Sítio RAMSAR;
2. Desenvolver os processos que conduzam à integração da Foz do Cáster (Ovar), Baixo Vouga Lagunar (Estarreja, Albergaria-a-Velha, Aveiro) e Pateira de Fermentelos (Águeda, Aveiro e Oliveira do Bairro), nomeadamente como áreas protegidas de âmbito local ou regional e sua posterior integração na RNAP;
3. Equacionar a criação do Parque Natural da Ria de Aveiro no âmbito da elaboração do Plano de Ordenamento do Estuário da Ria de Aveiro;
4. A requalificação e ordenamento do Estuário do Mondego bem como, a respetiva gestão integrada e coordenada das entidades com competência na área, incluindo a desenvolvimento da atividade salícola tradicional com projetos de Ecoturismo e de Educação Ambiental e incluindo a construção de um centro de I&D;
5. Desenvolver os processos que conduzam à integração do Paul do Taipal, Paul da Madriz e Ilha da Murraceira (Baixo Mondego) nomeadamente como áreas protegidas de âmbito local ou regional e sua posterior integração na RNAP;
6. Desenvolver os processos que conduzam à integração das lagoas costeiras (Complexo das lagoas da Vela/Teixoeiros/Salgueira/Três Braças, Lagoa de Ervedeira/Mata Nacional do Urso e Barrinha de Esmoriz) nomeadamente como áreas protegidas de âmbito local ou regional e sua posterior integração na RNAP;
7. Promover a requalificação das lagoas costeiras da Barrinha de Mira, Lagoa e Lago do Mar;
8. Promover e apoiar a manutenção de arrozais em regime extensivo na ZPE da Ria de Aveiro e na **bacia do rio Lis**;
9. Promover a atividade salícola tradicional na Ria de Aveiro e no Estuário do Mondego;
10. Promover a manutenção e proteção dos habitats naturais nos interstícios do espaço agro-silvo-pastoril nomeadamente através de: **conservação e proteção de turfeiras no Vale do Lis**; recuperação, nas áreas agrícolas, de áreas de vegetação palustre na Ria de Aveiro e **Bacia do Lis**; conservação de manchas de vegetação esclerofítica (ex.: **Serra d’Aire e Candeeiros**).
11. No domínio das florestas deve promover-se a otimização funcional e a eliminação das vulnerabilidades dos espaços florestais, bem como a prevenção de potenciais estrangimentos e problemas, seguindo as orientações e diretrizes específicas dos respetivos PROF, designadamente, assegurando a reconversão das áreas degradadas da floresta de proteção do litoral com recurso a espécies de folhosas autóctones, sobretudo nas zonas em que o nível freático é mais superficial;
12. Assegurar que a reconversão das áreas degradadas da floresta de proteção do Litoral, sobretudo nas zonas em que o nível freático é mais superficial, se efetue com recurso a espécies de folhosas autóctones, interditando a plantação de espécies exóticas de rápido crescimento

	<p>na zona costeira;</p> <ol style="list-style-type: none"> 13. Desenvolver estudos e aplicar os seus resultados no controlo eficaz da abertura da embocadura da Barrinha de Esmoriz compatível com a conservação dos valores naturais aí presentes, nomeadamente as espécies de aves nidificantes; 14. Promover a exploração sustentável dos recursos marinhos e estuarinos; 15. Promover o enquadramento legislativo relativo à apanha de isca nos estuários e nas praias; 16. Ordenar a atividade da indústria extrativa. Promover a elaboração de estudos municipais e/ou intermunicipais que permitam identificar áreas de extração compatíveis com os valores naturais; 17. Avaliar devidamente os efeitos das dragagens em zonas húmidas sobre os valores naturais; 18. Promover a alimentação artificial dos sistemas dunares recorrendo aos sedimentos resultantes de eventuais dragagens nas zonas húmidas litorais; 19. Interditar a expansão urbana em áreas sensíveis, nomeadamente áreas húmidas, áreas do Domínio Público Hídrico, áreas de elevado valor agrícola e florestal e nas zonas dunares da Ria de Aveiro, Pateira de Fermentelos, Barrinha de Esmoriz; 20. Promover a proteção dos sistemas dunares. <p>Normas específicas aplicáveis ao litoral e à orla costeira assim como medidas para a prevenção e redução dos Riscos Naturais e Tecnológicos, com vista à redução da perigosidade relacionada com: sismicidade; dinâmica e erosão costeira; cheias, inundações e galgamentos marinhos; incêndios florestais; atividades comerciais relacionadas com o manuseamento, armazenamento ou transformação de matérias perigosas e transporte e distribuição de energias através de gasoduto e oleoduto</p>
<p>PINHAL INTERIOR E SERRA DA ESTRELA</p>	<p>No domínio das florestas deve promover-se a otimização funcional e a eliminação das vulnerabilidades dos espaços florestais, bem como a prevenção de potenciais constrangimentos e problemas, seguindo as orientações e diretrizes específicas dos respetivos PROF, designadamente através de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Integração dos espaços florestais em ZIF; 2. Valorização das áreas florestais, com base em novas formas organizativas e de gestão sustentável, e de outros recursos associados, como a paisagem, a biomassa e os recursos hídricos como principais recursos naturais desta unidade territorial; <p>No domínio da conservação da natureza e biodiversidade deve promover-se a gestão sustentada das florestas impedindo a proliferação de extensas manchas florestais de monocultura com espécies combustíveis (contínuos de pinheiro e eucalipto).</p> <p>Promover o ordenamento da atividade turística com especial destaque para o turismo de massas na zona sensível da Serra da Estrela, definindo capacidades de carga compatíveis com os valores naturais presentes.</p> <p>Promover a garantia da qualidade da água na bacia do Zêzere e na bacia do Mondego.</p>

Fonte: Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro, 2011

Neste contexto, tendo em consideração os domínios estratégicos atrás descritos e que fazem parte da estratégia preconizada no Plano Regional de Ordenamento do Território da região Centro, a tabela seguinte demonstra a relação existente entre esses domínios e as medidas da estratégia região de Leiria 2020:

Tabela 30. Matriz de correlação entre as medidas região de Leiria 2020 e os domínios estratégicos do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C).

Medidas Leiria 2020:	PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO CENTRO				
	Sistema Urbano, Povoamento e Ordenamento do Território	Inovação e Competitividade	Turismo	Acessibilidade e Mobilidade	Sistema de Proteção e valorização ambiental
1 Programa + escola	+	++	+		
2 Sistema regional de qualificação e respostas profissionais	+	++	+		
3 Sistema regional de apoio à inclusão e coesão	+	+	+	++	
4 Programa regional de gestão integrada da água	+	+			+++
5 Programa regional de gestão integrada de resíduos sólidos	+	+			+++
6 Programa regional energia eficiente e renovável	+	+			+++
7 Programa regional de proteção ambiental	+	+	+		+++
8 Reforço da I&D e da inovação	+	+++	+		
9 + Empresas	++	+++	+		+
10 Leiria digital 3.0	+	+++	+		+
11 Programa de requalificação urbana e da mobilidade sustentável	+++	+	+	+++	
12 Expansão do <i>cluster</i> dos moldes, ferramentas especiais e plásticos	+	++			
13 Incentivo à consolidação da iniciativa do <i>cluster</i> do habitat	+	++			
14 Valorização económica da floresta	+	++	+		+++
15 Diversidade de oferta turística	+	++	+++	+	+

Legenda: impacto muito elevado: +++ ; impacto elevado: ++ ; impacto médio: +

Um Futuro

Um Território

Um Grupo Regional

Uma Estratégia